

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA – UNIALFA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MDR)

Rosália Saldanha Barboza

**INDICADORES DE URBANISMO E INFRAESTRUTURA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO DISTRITO
FEDERAL - PROCIDADES**

Goiânia
2023

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA – UNIALFA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MDR)

Rosália Saldanha Barboza

**INDICADORES DE URBANISMO E INFRAESTRUTURA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO DISTRITO
FEDERAL - PROCIDADES**

Trabalho realizado para aquisição de título de Mestre pelo Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA).
Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.
Orientador: Prof. Dr. Guilherme Resende Oliveira

Goiânia

2023

Catálogo na fonte: Biblioteca UNIALFA

B175i

Barboza, Rosália Saldanha.

Indicadores de urbanismo e infraestrutura do programa de desenvolvimento econômico do distrito federal - PROCIDADES. / Rosália Saldanha Barboza. – 2023.

113 f.: il. 30cm.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Resende Oliveira.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) – Goiânia, 2023.

1. PROCIDADES. 2. Políticas Públicas 3. Indicadores para Análise Econômica. 4. Critérios SMART. I. Oliveira, Guilherme Resende. II. UNIALFA. III. Título.

CDU: 711.4:330.34

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA – UNIALFA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ROSÁLIA SALDANHA BARBOZA

Folha de aprovação na defesa apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional, do Centro Universitário Alves Faria – UNIALFA, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Aprovado em, ... de de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Guilherme Resende Oliveira – UNIALFA – Orientador

Prof. Dr. Rafael Henrique Dias Manzi – UNIALFA – Membro da Banca

Dr. Francisco de Assis da Silva Ferreira – Membro Externo

Goiânia

MDR – UNIALFA

Agosto/2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço o amor e a paciência incondicionais demonstradas mais uma vez por minha família, que em tantos momentos incentivaram a conclusão desse grande projeto e compreenderam os longos períodos de ausência.

Agradeço ao Prof. Doutor Guilherme Resende Oliveira pela autonomia orientada que me proporcionou no desenvolvimento dessa dissertação, a valorosa compreensão e disposição sempre dedicada.

Agradeço aos Doutores Rafael Henrique Dias Manzi e Alcido Eleonor Wander, membros da Banca de Qualificação, por tão valorosas contribuições que esclareceram e orientaram o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos amigos que me incentivaram a realizar essa pesquisa minha imensa gratidão por acreditarem na relevância do tema para o desenvolvimento de mecanismos de acompanhamento social de políticas e programas que impactam a realidade da população envolvida e o Desenvolvimento Regional. Amigos esses que, mesmo nos momentos difíceis, me fizeram saber de meu potencial e a crer que era possível concluir o Mestrado.

Agradeço especialmente a minha tia Maria Auxiliadora e primo Taylor por me acolherem e proporcionarem condições sem igual para desenvolvimento dessa dissertação.

RESUMO

Esta pesquisa aborda a avaliação de políticas públicas no Brasil, com foco na pesquisa do programa PROCIDADES do Distrito Federal (Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal). O objetivo principal da pesquisa é identificar e avaliar os indicadores utilizados para a análise econômica e de impacto do PROCIDADES e programas similares de desenvolvimento econômico. A falta de indicadores adequados para avaliar o desempenho de programas de desenvolvimento econômico é um problema comum em muitos países. Para resolver essa questão, é necessário adotar práticas de gestão baseadas em dados, definindo indicadores claros e objetivos, estabelecendo metas, monitorando o desempenho e realizando avaliações periódicas. Nesse contexto, o estudo de caso se concentra nos indicadores utilizados no componente de infraestrutura e urbanismo do PROCIDADES, no período de 2014 a 2021, no Distrito Federal. A pesquisa busca identificar se esses indicadores são mensuráveis e se atendem aos critérios SMART (específicos, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e delimitados no tempo) e outros atributos desejáveis. A metodologia utilizada envolveu a análise de documentos públicos, relatórios de auditoria, dados e informações disponíveis em sítios eletrônicos. Os resultados obtidos permitiram identificar indicadores relevantes para avaliar o desempenho do PROCIDADES e como contribuem para o desenvolvimento econômico da região. Ao estabelecer indicadores precisos e confiáveis, a Administração Pública pode melhorar o controle dos investimentos em infraestrutura, atrair mais investimentos e melhorar a eficiência dos gastos públicos. Além disso, os resultados da pesquisa podem servir como referência para a avaliação de outros programas e obras de infraestrutura e urbanismo.

Palavras-chave: Avaliação; Políticas Públicas; Indicadores; PROCIDADES.

ABSTRACT

This research presents a summary of the work that addresses the evaluation of public policies in Brazil, focusing on the research of the PROCIDADES program (Integrated and Sustainable Urban Development Program). The main objective of the research is to identify and evaluate the indicators used for economic analysis and impact assessment of PROCIDADES and similar economic development programs. The lack of adequate indicators to evaluate the performance of economic development programs is a common problem in many countries. To address this issue, it is necessary to adopt data-driven management practices, defining clear and objective indicators, setting goals, monitoring performance, and conducting periodic evaluations. In this context, the case study focuses on the indicators used in the infrastructure and urbanism component of PROCIDADES, from 2014 to 2021, in the Federal District. The research aims to identify whether these indicators are measurable and meet the SMART criteria (specific, measurable, achievable, relevant, and time-bound) and other desirable attributes. The methodology used involved the analysis of public documents, audit reports, data, and information available on websites. The obtained results allowed the identification of relevant indicators to assess the performance of PROCIDADES and contribute to the economic development of the region. By establishing accurate and reliable indicators, the Public Administration can improve control over infrastructure investments, attract more investments, and enhance the efficiency of public spending. Furthermore, the results of the case study can serve as a reference for the evaluation of other programs and infrastructure and urbanism projects.

Keywords: Evaluation; Pubic Policies; Indicators; PROCIDADES.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1 – O Ciclo de Políticas e Programas Públicos	2424
Figura 2 – Ciclo de avaliação continuada da PNDR	2727
Figura 3 – O Ciclo de Políticas e Programas Públicos e a demanda por indicadores	3838

Quadros

Quadro 1 - Características e Funções por Tipo de Avaliação	2727
Quadro 2 - Avaliação: Função X Perguntas a Responder	3232
Quadro 3 - Classificação do Indicador – PPA-GDF	3535
Quadro 4 - Programas PROCIDADES	4848
Quadro 5 - Matriz de Avaliação de Impacto	5555
Quadro 6 - Indicadores mais comuns aos PROCIDADES	8383

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Avaliação do Indicador

6565

LISTA DE ABREVIATURAS

ADEs – Áreas de Desenvolvimento Econômico
BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento ou Banco Mundial
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCFGTS – Conselho Curador Do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
CEB – Companhia Energética de Brasília
CEF – Caixa Econômica Federal
CGDF – Controladoria Geral do Distrito Federal
CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal
COVID-19 – Coronavirus
DF – Distrito Federal
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GDF – Governo do Distrito Federal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDB – Inter-American Development Bank (no Brasil BID)
IDECOM – Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal
IED – Investimentos Externos Diretos
IEG – Independent Evaluation Group
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
IQV – Índice de Qualidade de Vida Urbana
IQVC – Índice de Qualidade de Vida de Curitiba
ITE – Instrumentos de Transferências Especiais
MAUP – *Modifiable Areal Unit Problem* (Unidade de Área Modificável)
NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
PA – Plano de Aquisições

PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

PDAl – Programa de Atração de Investimentos do Distrito Federal

PED/DF – Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal

PIB – Produto Interno Bruto

PMEs – Pequenas e Médias Empresas

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

PROCIDADES - Mecanismo Creditício para Municípios Brasileiros do BID

PROCIDADES-ADEs – Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal - ADEs

PROCIDADES-DF – Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal

PRÓ-CIDADES – Programa de Desenvolvimento Urbano do Governo Federal do Brasil

RAs – Regiões Administrativas

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

ROP – Regulamento Operativo do PROCIDADES

SDE/DF – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal

SDET – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Distrito Federal

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDHAB – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação

SEPLAD – Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal

SMART – *Specific* (específico), *Mensurable* (mensurável), *Achievable/Attributable* (alcançável/ atribuível), *Relevant* (relevante), *Time Bound* (delimitado no tempo).

SO/DF – Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal

UE – União Européia

UGP – Unidade de Gerenciamento do Programa

UGS – Unidade de Gerência Setorial do Programa

UGLs – Unidade de Gerenciamento Local

UNDP – United Nations Development Programme (no Brasil PNUD)

UNRISD - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento das Nações Unidas

TCDF – Tribunal de Contas do Distrito Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1212
1 REVISÃO DE BIBLIOGRAFIA	1616
1.1 Avaliação de Políticas Públicas	1616
1.1.1 Ciclo de gestão da Política Pública	2323
1.1.2 Tipos de avaliação	2525
1. 2 Indicadores	3333
2 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL	
– PROCIDADES	4141
2. 1 Programas semelhantes	4848
2. 2 Histórico de financiamentos do BID no desenvolvimento regional no Brasil	5151
2.3 Avaliação e Monitoramento do PROCIDADES	5353
3 METODOLOGIA	5858
3.1 Materiais e Métodos	5858
3.2 Abrangência Regional da Pesquisa	6060
3.3 Avaliações da Qualidade dos Indicadores	6363
3.4 Plano de Análise e Interpretação dos Dados	6565
3.5 Resultados obtidos	6767
3.5.1 Sobre o PROCIDADES Distrito Federal	6767
3.5.2 Sobre o PROCIDADES Municipais	6868
3.6 Análise dos dados coletados	7070
3.6.1 PROCDADES Distrito Federal	7171
3.6.2 PROCIDADES Municipais	7575
3.7 Identificação dos Indicadores Comuns ao PROCIDADES	7576
4 RESULTADOS DE DISCUSSÃO	7878
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	8585
REFERÊNCIAS	9090
APÊNDICE A	100100
ANEXO A	101101
ANEXO B	104104
ANEXO C	107107
ANEXO D	110110

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta o contexto geral e a problemática que envolve a avaliação de políticas públicas no Brasil, em particular, do programa PROCIDADES do Distrito Federal (Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal), que visa promover melhorias na infraestrutura urbana para atrair mais investimentos.

Programas de atração de investimentos que não conseguem atingir seus objetivos são recorrentes em muitos governos estaduais e municipais e em diferentes níveis de governança, inclusive a nível nacional. A falta de indicadores e métricas que permitam avaliar o desempenho desses programas é um problema comum e pode levar a dificuldades na identificação de áreas que precisam ser melhoradas.

Para resolver esse problema é importante que a Administração Pública adote práticas de gestão baseadas em dados, com a definição de indicadores de desempenho claros e objetivos que permitam avaliar os resultados alcançados pelos programas de atração de investimentos. Isso inclui a definição de metas claras, o monitoramento contínuo do desempenho e a realização de avaliações periódicas para identificar pontos fortes e fracos dos programas.

Além disso, é importante que a Administração Pública seja transparente e compartilhe informações sobre os programas de atração de investimentos com os cidadãos e outras partes interessadas, incluindo os investidores.

Isto possibilita ao Estado aumentar a Transparência Ativa (DISTRITO FEDERAL, 2013), a Participação e Controle Social (BRASIL, 1988), e aos cidadãos compreenderem o processo de contratação e execução de obras realizadas com a aplicação de recursos públicos em infraestrutura e urbanismo, bem como fiscalizar ativamente as ações desenvolvidas pelo Estado por meio da avaliação e monitoramento das obras desenvolvidas, contribuindo com sugestões para melhorá-los.

É importante que a Administração Pública esteja aberta a aprender com as lições do passado e a adotar uma abordagem integrativa para o desenvolvimento e implementação de programas de atração de investimentos. Isso significa que os programas devem ser avaliados continuamente, e que mudanças e ajustes devem ser feitos conforme necessidade, com base em evidências concretas e dados objetivos.

Desta forma, pretende-se que as novas políticas públicas desenvolvidas tenham investimentos mais coerentes com a necessidade de desenvolvimento da região e sejam focadas na criação de infraestrutura adequada ao funcionamento de novos empreendimentos.

A relevância desse trabalho para o Desenvolvimento Regional consiste em encontrar os indicadores que auxiliem a Administração Pública a monitorar seus programas de desenvolvimento regional e econômico para compreender como eles impactam a Região em que são instituídos e quão vantajosos ou viáveis é mantê-los.

A sugestão de indicadores padrões para avaliar os resultados de programas em obras de infraestrutura é um importante retorno social da pesquisa. Esses indicadores podem ajudar a medir o sucesso de um programa em relação a objetivos específicos e a comparar a eficácia de diferentes programas.

Essa dissertação tem como proposta responder ao seguinte problema: Quais são os indicadores que podem ser utilizados para a análise econômica e de impacto do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal - PROCIDADES em obras de urbanismo e infraestrutura e de programas semelhantes?

Para tanto é necessário identificar quais são os indicadores que podem ser mensuráveis para a análise de impacto e econômico, utilizando como estudo de caso a avaliação dos indicadores empregados no componente IV – melhoria da infraestrutura e urbanismos nas Áreas de Desenvolvimento Econômico do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PROCIDADES, no período de 2014 a 2021.

A metodologia adotada inclui critérios específicos para avaliar a conformidade dos indicadores, como a sua relevância para os objetivos do programa, a precisão e confiabilidade dos dados utilizados para medir os indicadores e a capacidade destes de demonstrar o progresso em relação aos objetivos do programa.

A busca pelos indicadores utilizados foi executada em bancos de dados e fontes primárias de informação com documentos públicos disponíveis em sítios eletrônicos.

A presente pesquisa avaliará se os indicadores relacionados ao PROCIDADES/DF atendem a esses critérios e se são adequados para medir o progresso do programa em relação aos seus objetivos.

O PROCIDADES/DF foi selecionado por ser um programa de longa duração da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (SDE/DF), e o recorte temporal definido para o estudo compreende os anos de implantação do programa em 2014 até o ano anterior à extinção da Secretaria em 2022.

Ao final deste trabalho, espera-se que sejam identificados os pontos fortes e fracos dos indicadores do PROCIDADES, bem como possíveis áreas de melhoria. Além disso, espera-se que possa fornecer uma base sólida para a escolha de indicadores padrão na avaliação de programas e obras de infraestrutura e urbanismo para a atração de investimentos para o desenvolvimento regional do Distrito Federal.

O presente trabalho teve como objetivo geral identificar e avaliar o estabelecimento de indicadores comuns empregados no Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PROCIDADES para a avaliação de programas de desenvolvimento regional nas áreas de urbanismo e infraestrutura, para a atração de investimentos para o Distrito Federal e consolidação de empresas.

E como objetivos específicos: avaliar os indicadores relacionados ao Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (PROCIDADES/DF) em relação aos critérios SMART (Específico, Mensurável, Alcançável, Relevante e Delimitado no tempo) e aos atributos desejáveis dos indicadores estabelecidos por autores como Jannuzzi (2006), Secchi (2013), Zimmermann (2015) e o Governo Federal do Brasil (BRASIL, 2018b); e identificar se os indicadores de impacto e econômicos levantados no programa podem ser considerados como padrão para a avaliação de resultados de programas e obras de infraestrutura e urbanismo para a atração de investimentos para o desenvolvimento regional do Distrito Federal.

Os critérios de avaliação basearam na conceituação de autores como Jannuzzi (2005, 2006, 2017), Zimmermann (2015), Resende (2014 e 2017), Lassance (2022) e IPEA (2015) dentre outros, que defendem atributos e propriedades desejáveis aos indicadores, bem como a adoção do método SMART como pré-requisito de avaliação e recomendação de uso em programas de avaliação de políticas públicas.

Ao seguir esses critérios, é possível desenvolver indicadores mais precisos e confiáveis para avaliar o desempenho de políticas públicas, programas e obras de infraestrutura e urbanismo.

A utilização de indicadores SMART permite identificar os resultados alcançados e verificar se as metas estabelecidas foram cumpridas, o que pode contribuir para o aprimoramento dessas políticas e programas e para a atração de investimentos.

Ressalta-se ainda que, a adoção do método SMART como pré-requisito de avaliação é uma prática bastante difundida e reconhecida. Esse método consiste em definir os indicadores a serem avaliados com base em critérios específicos.

Dessa forma, sugere-se que o uso dos indicadores avaliados positivamente no monitoramento do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal desenvolvido pela SDE/DF possa servir de parâmetro para avaliação de outros programas de Desenvolvimento Regional e Econômico no Governo do Distrito Federal - GDF.

A organização dessa dissertação se baseia na definição de conceitos importantes sobre a avaliação de impacto e resultado de políticas públicas e de indicadores que fundamentam a busca pelos indicadores padrões, objetos dessa pesquisa.

O Capítulo 1 do trabalho abordou a importância da avaliação de políticas públicas, destacando o ciclo de gestão da política pública e os tipos de avaliação, incluindo a *ex-ante* e a *ex-post*. Foi discutida também a relevância dos indicadores para a avaliação de políticas públicas, enfatizando os tipos de indicadores de impacto e econômico.

Com relação aos indicadores de impacto, é fundamental definir o que se espera alcançar com a política pública e como medir o seu sucesso ou fracasso. Esses indicadores devem ser claros e precisos, capazes de mensurar o resultado da política pública e fornecer informações para tomada de decisão.

Por outro lado, os indicadores econômicos são importantes para avaliar a eficiência da política pública, isto é, verificar se a política está sendo executada de forma adequada e se os recursos estão sendo utilizados de forma eficiente. Esses indicadores são úteis para identificar os custos e benefícios da política pública e auxiliar na tomada de decisões sobre alocação de recursos.

O Capítulo 2 apresentou o histórico do PROCIDADES, com destaque para o Componente 4 – Infraestrutura e Urbanismo. Foi apresentado também o histórico de financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e dos Bancos Mundiais de Desenvolvimento Regional no Brasil e no Distrito Federal. Além disso, foram mencionados programas semelhantes ao PROCIDADES.

O Capítulo 3 descreveu a metodologia utilizada na pesquisa, incluindo os métodos e técnicas empregados para a coleta de dados.

No Capítulo 4 foram apresentados os resultados e discussões obtidos a partir da coleta de dados. Foram analisados os dados referentes à infraestrutura e urbanismo do Distrito Federal, relacionados ao impacto do PROCIDADES.

Por fim, no Capítulo 5, foram apresentadas as considerações finais, incluindo uma síntese dos principais resultados obtidos e suas implicações para a avaliação de políticas públicas com o objetivo de trazer contribuições relevantes para o debate sobre o tema.

1 REVISÃO DE BIBLIOGRAFIA

1.1 Avaliação de Políticas Públicas

Os métodos e técnicas de avaliação são inúmeros e com múltiplas aplicações, variando conforme o objetivo definido a ser alcançado, conforme Resende (2014), bem expõe:

Existe uma literatura extensa que trata dos vários métodos de avaliação que incluem, por exemplo, técnicas de *matching* (pareamento) e de *propensity score* (escore de propensão), diferença-em-diferença, regressões de descontinuidade, dados em painel de Introdução, efeito fixo, variáveis instrumentais (Bartik e Bingham, 1995; Angrist e Pischke, 2009; Khandker, Koolwal e Samad, 2010; Peixoto *et al.*, 2012). (RESENDE, 2014, p. 16).

Segundo escreveu Lassance (2022, p. 133), “O papel mais nobre do monitoramento e da avaliação: é o de gerar aprendizado, entender a lógica dos processos, identificar seus gargalos e orientar decisões”. Dessa forma, é possível explicar que a essência da avaliação é gerar aprendizado e informação útil para tomadas de decisão fundamentadas em evidências.

Bartik e Bingham (1995) defendem que a avaliação é essencial para entender o impacto das políticas públicas e, portanto, para tomar decisões informadas sobre quais programas são mais eficazes e como alocar recursos de forma mais eficiente. Em seus estudos, os autores enfatizam a importância de avaliar não apenas os resultados imediatos de um programa, como a criação de empregos ou o aumento da renda, mas também os efeitos a longo prazo, como a sustentabilidade econômica e o impacto social. Para eles a avaliação precisa ter seus resultados divulgados de forma transparente para que sejam úteis aos formuladores de políticas e tomadores de decisão, e deve ser baseada em métodos rigorosos e confiáveis, como por exemplo, experimentos controlados aleatórios ou análises de diferenças em diferenças.

Bachtler e Wren (2006) argumentam que a avaliação da política é essencial para medir o impacto dos investimentos em desenvolvimento regional e garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficaz. Eles defendem uma abordagem de múltiplos métodos para avaliação, incluindo avaliações quantitativas e qualitativas, e destacam a importância de levar em conta o contexto específico de cada região.

Embora as áreas de foco específicas de Bachtler e Wren e Bartik sejam diferentes – os primeiros enfocam a política de coesão da União Europeia (UE), enquanto Bartik e Bingham

trabalham com programas de desenvolvimento econômico nos Estados Unidos - ambos compartilham uma visão de que a avaliação é fundamental para melhorar a eficácia das políticas públicas e garantir o uso eficiente dos recursos.

Bovens (2007) propõe a "teoria dos três I's"¹ como um modelo de avaliação de políticas públicas no qual se devem considerar os seguintes fundamentos: a intenção, a implementação e o impacto da política.

A intenção refere-se às metas e objetivos estabelecidos para a política; a implementação diz respeito às estratégias utilizadas para colocar a política em prática; e o impacto refere-se aos resultados alcançados pela política sobre a sociedade.

O modelo dos três I's, considera que ao avaliar a intenção, a implementação e o impacto de forma integral, é possível obter uma avaliação realista de uma política e identificar as áreas que necessitam de aprimoramento.

Hood (1991), por sua vez, argumenta que a avaliação deve considerar não apenas os resultados visíveis da política, mas também os processos e procedimentos utilizados na implementação da política. Ele propõe o uso de indicadores de desempenho para avaliar a efetividade dos processos, o que permite uma avaliação mais completa e precisa dos resultados alcançados pela política.

Bachtler e Wren (2006), Bartik (1995) e Bovens (2007) enfatizam a importância de se avaliar as políticas públicas em termos de seus objetivos, resultados e impactos. Eles argumentam que a avaliação deve ser baseada em evidências empíricas e deve ser conduzida de forma transparente e participativa, envolvendo todos os stakeholders relevantes.

Hood (1991) propõe uma abordagem mais ampla para a avaliação de políticas públicas, que inclui a análise de diferentes aspectos da política, como sua formulação, implementação e impacto. Enfatiza também a importância da avaliação para a aprendizagem organizacional e para a melhoria contínua das políticas públicas.

Weiss (1998) destaca a importância da avaliação em um contexto de incerteza e complexidade. Ela argumenta que a avaliação deve ser flexível e adaptativa, capaz de lidar com a complexidade das políticas públicas e as incertezas que cercam seus resultados e

¹ O modelo dos três I's é baseado em três elementos fundamentais: intenção, implementação e impacto. A intenção é uma parte crucial da política, pois ela orienta as estratégias de implementação e ajuda a garantir que a política esteja alinhada com as necessidades da sociedade. A implementação envolve a alocação de recursos, o envolvimento de diferentes atores e a tomada de decisões operacionais para garantir que a política alcance seus objetivos e produza resultados positivos para a sociedade. O impacto é a parte mais importante da avaliação da política, pois é aqui que se pode avaliar se a política alcançou os seus objetivos e se produziu resultados positivos para a sociedade. BOVENS (2007).

impactos, haja vista que as políticas públicas precisam ser ajustadas e refinadas à medida que novas informações surgem e as circunstâncias mudam.

Para a autora a avaliação não deve ser vista apenas como uma etapa final do processo de formulação de políticas, mas sim, como um processo contínuo que permite a revisão e aprimoramento constante das políticas públicas.

Weiss (1998) defende que a abordagem baseada em evidências é fundamental para avaliar o sucesso das políticas públicas, ou seja, a avaliação deve ser orientada por dados objetivos e confiáveis, que possam fornecer informações precisas sobre o desempenho da política. Para isso, é importante que os avaliadores definam critérios claros e mensuráveis de avaliação, que permitam comparar os resultados esperados com os resultados efetivamente alcançados.

Scriven (1991) e Stufflebeam (2000) também explanam sobre a importância da adaptação das políticas públicas às mudanças de contexto e circunstâncias, realizando os ajustes necessários para garantir sua eficácia, sem contudo comprometer seus objetivos e resultados.

Por fim, Rossi, Lipsey e Freeman (2004) destacam a importância da avaliação criteriosa e rigorosa para gerar insights valiosos sobre o desempenho das políticas públicas. Isso implica a utilização de métodos e técnicas adequados para coletar e analisar os dados, bem como a consideração cuidadosa das limitações e incertezas envolvidas no processo de avaliação.

De acordo com Lotta (2019), a complexidade desse processo é a necessidade de uma abordagem multidisciplinar que envolva diferentes áreas do conhecimento, como ciência política, sociologia, economia e administração pública.

Nesse contexto, a abordagem multidisciplinar permite uma compreensão mais abrangente dos problemas enfrentados pelo Estado e pela administração pública, pois cada disciplina contribui com sua expertise específica. A ciência política, por exemplo, oferece análises sobre a dinâmica do poder e a tomada de decisões políticas, enquanto a sociologia traz uma compreensão dos processos sociais e das relações entre os atores envolvidos. Já a economia fornece ferramentas para avaliar as implicações financeiras e os impactos econômicos das políticas, e a administração pública contribui com a expertise na gestão eficiente e eficaz dos recursos estatais. (LOTTA, 2019).

Bresser-Pereira e Spink (2001) apresentam uma análise crítica da reforma do Estado brasileiro e da administração pública gerencial nas últimas décadas. Eles destacam a importância da implementação efetiva de políticas públicas para a promoção do

desenvolvimento social e econômico do país, e defendem a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e participativa na formulação e implementação dessas políticas.

Já Carvalho (1999) oferece uma visão geral sobre as políticas públicas no Brasil, desde sua concepção até a sua avaliação. Ele destaca a importância da compreensão da realidade social e política do país para a elaboração de políticas públicas eficazes, e ressalta a necessidade de uma abordagem interdisciplinar na análise e solução dos problemas sociais e econômicos enfrentados pela sociedade brasileira.

Em ambos os casos, Bresser-Pereira e Spink (2001), Lotta (2019) e Carvalho (1999) enfatizam a complexidade do processo de implementação de políticas públicas no Brasil e a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e participativa para enfrentar os desafios desse processo.

Para que o monitoramento e a avaliação sejam eficazes, é importante selecionar os métodos e as ferramentas de avaliação adequadas para o contexto específico em questão, bem como realizar análises criteriosas dos dados e informações coletados para que se possam tirar conclusões precisas e embasadas.

Ao coletar e analisar dados, é possível entender o que está funcionando bem e o que precisa ser melhorado. Essas informações servem para fundamentar as tomadas de decisões e orientar ações futuras.

Isso pode incluir a realização de avaliações de impacto, pesquisas de satisfação, análise de custo-benefício, entre outras abordagens. Esse processo envolve também a identificação de tendências, a comparação de resultados com objetivos previamente estabelecidos, e a identificação de fatores que possam estar influenciando os resultados observados.

As avaliações podem ser realizadas em diferentes níveis de complexidade segundo Resende (2014), dependendo das características da política ou programa analisado.

Para Brasil (2018b) a avaliação de políticas públicas, é um processo complexo:

A avaliação de políticas públicas, executada como um processo sistemático, integrado e institucionalizado, tem como premissa básica verificar a eficiência dos recursos públicos e, quando necessário, identificar possibilidades de aperfeiçoamento da ação estatal, com vistas à melhoria dos processos, dos resultados e da gestão. (BRASIL, 2018b, p.14).

As avaliações possuem o objetivo de verificar se a política pública funciona, ou seja, se consegue solucionar ou pelo menos reduzir o problema que a gerou. Visam garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma adequada e servem de fundamento para a tomada de decisões e a melhoria contínua das políticas públicas.

A teoria da mudança, segundo Cravo, Silva e Resende (2015), é uma abordagem importante para a avaliação de projetos e programas. Ela busca identificar a cadeia lógica de eventos que deve ocorrer para que os resultados desejados sejam alcançados, e depois avaliar se essa cadeia lógica realmente ocorreu e se os resultados desejados foram alcançados.

Essa abordagem ajuda a garantir que a avaliação esteja alinhada aos objetivos do projeto ou programa e ajuda a identificar quaisquer lacunas ou desvios na implementação do projeto ou programa que possam estar impedindo a obtenção dos resultados desejados. Além disso, as melhores práticas em técnicas de avaliação e metodologia também incluem a definição clara dos critérios de avaliação e a seleção apropriada dos métodos de coleta de dados.

Os critérios de avaliação devem ser claros, mensuráveis e relevantes para os objetivos do projeto ou programa, enquanto os métodos de coleta de dados devem ser selecionados com base nos critérios de avaliação e nas limitações do projeto ou programa.

Esses princípios podem ser aplicados em diferentes contextos e auxiliam na melhoria da efetividade, eficiência e equidade das políticas pública, criando um ciclo contínuo de avaliação e aprimoramento das políticas públicas, resultando em um impacto mais significativo e positivo para a comunidade.

Para Cravo e Silva (2017, p. 317) “projetos são avaliados no que concerne aos seus resultados desejáveis e relacionados à teoria da mudança, que indica o elo entre a cadeia lógica de eventos e os resultados deles”.

Já para Stephanou (2006), é possível ter duas áreas de análise distintas para avaliar um programa ou iniciativa: A primeira área de análise se concentra no funcionamento do programa, em como ele foi implementado, quais foram os recursos utilizados, como está sendo gerenciado e administrado, quais foram os desafios enfrentados e por fim, em como o programa está afetando o público-alvo. A segunda área de análise se concentra nos resultados do programa e seu foco é nos resultados alcançado, avaliar se seu objetivo foi alcançado ou não, quais resultados eram esperados e quais não, como eles afetam os participantes do programa e qual foi o impacto deles sobre o público-alvo. Ambas as áreas de análise são importantes para avaliar o sucesso de um programa e determinar se ele está cumprindo seus objetivos e metas.

Stephanou (2006) refere-se ainda à avaliação de resultados como uma abordagem que se concentra nos efeitos e impactos de um programa ou intervenção.

Nessa abordagem, é avaliado se as atividades planejadas foram implementadas conforme o planejado, se os recursos foram utilizados de maneira adequada, e se os resultados

esperados foram alcançados. Também é importante avaliar quais resultados inesperados ocorreram e como eles afetaram os participantes do programa e o público-alvo.

A avaliação de resultados é importante porque ajuda a determinar se o programa ou intervenção foi eficaz e se cumpriu seus objetivos. Isso auxilia a tomada de decisão e orienta futuras intervenções.

As políticas públicas são instrumentos criados pelo Estado para regular as relações sociais e econômicas de uma sociedade. Elas são essenciais para garantir o bem-estar e a qualidade de vida da população. No entanto, a falta de participação da sociedade civil pode levar a políticas que não atendam às necessidades e expectativas da população.

Garantir a participação das partes interessadas no processo ajuda a garantir que a avaliação seja objetiva e relevante para as partes interessadas, e ajuda a aumentar a aceitação das conclusões da avaliação, bem como o uso adequado dessas informações.

Bachtler e Wren (2006) enfatizam a necessidade de uma abordagem mais participativa e inclusiva para a avaliação de políticas públicas, que envolva todas as partes interessadas, incluindo os beneficiários e as comunidades locais. Visto que isso pode levar a uma melhor compreensão dos desafios e oportunidades enfrentados pelas regiões e garantir que a política seja adaptada às necessidades específicas de cada região.

Patton (2011) destaca a importância da participação das partes interessadas no processo de avaliação de políticas públicas. Essa participação pode incluir desde a definição dos critérios de avaliação até a análise dos resultados e a proposição de recomendações para aprimorar a política. A participação das partes interessadas pode aumentar a legitimidade e a transparência do processo de avaliação, além de permitir uma compreensão mais ampla dos impactos da política.

Weiss (1998) adota a abordagem participativa, em que os *stakeholders* (partes interessadas) são envolvidos em todas as etapas do processo de avaliação.

Bovens (2007) também defende a responsabilidade dos *stakeholders* na tomada de decisões políticas.

Fischer (2000) argumenta que a participação dos cidadãos na elaboração e implementação de políticas é crucial. A inclusão de diferentes perspectivas e conhecimentos pode resultar em políticas mais justas e efetivas. A expertise científica é importante, mas deve ser combinada com o conhecimento local para garantir que as políticas públicas reflitam a realidade e as necessidades da população.

O Autor destaca ainda a importância da transparência e do acesso à informação na tomada de decisões políticas. A população deve ter acesso às informações sobre as políticas públicas e seus impactos para poder participar efetivamente do processo decisório.

Stone (2002) argumenta que a elaboração de políticas não é um processo linear, mas sim uma série de negociações e compromissos que envolvem uma variedade de partes interessadas com diferentes interesses, valores e perspectivas.

Segundo Sabatier (1991) a mudança de políticas é impulsionada pelas interações entre coalizões de defesa, que são grupos de indivíduos e organizações que compartilham um conjunto comum de crenças e objetivos. Examinando como essas coalizões se formam, evoluem e competem entre si e como podem influenciar a elaboração de políticas por meio de uma variedade de estratégias.

Ambos os autores mencionados contribuíram para a compreensão da importância da participação da sociedade civil e de grupos de interesse no processo de formulação de políticas públicas. Eles defendem que a colaboração entre diferentes atores sociais pode ajudar a garantir a implementação de políticas mais eficazes e democráticas.

A colaboração entre diferentes atores sociais na tomada de decisões políticas estimula a participação social e garante que as políticas públicas sejam mais relevantes para atender as necessidades da sociedade em geral ao considerar os interesses e preocupações dos cidadãos.

A participação da sociedade civil e dos grupos de interesse no processo de formulação de políticas públicas é crucial para o desenvolvimento de políticas mais efetivas, justas e democráticas ao fornecer informações importantes sobre questões locais e feedback sobre as políticas propostas, trazendo uma diversidade de perspectivas, conhecimentos e habilidades para o processo de formulação de políticas, o que pode levar a soluções mais criativas e inovadoras.

Ao adotar uma abordagem colaborativa, os governos podem demonstrar um compromisso com a democracia e a inclusão social. Isso pode ajudar a promover a confiança na democracia e aumentar a participação cívica.

A participação ativa da sociedade civil e dos grupos de interesse no processo de formulação de políticas pode levar a uma maior aceitação e implementação das políticas públicas.

No entanto, a participação da sociedade civil e dos grupos de interesse no processo de formulação de políticas públicas também apresenta desafios. É importante garantir que a participação seja inclusiva e representativa, levando em consideração a diversidade de interesses e perspectivas dos diferentes grupos sociais.

É fundamental garantir que a participação seja transparente e que as informações e decisões sejam comunicadas de forma clara e acessível.

Em resumo, a participação da sociedade civil e dos grupos de interesse no processo de formulação de políticas públicas pode ajudar a garantir políticas mais eficazes, justas e democráticas. No entanto, é importante enfrentar os desafios envolvidos na participação para garantir que ela seja inclusiva, representativa, transparente e responsável.

1.1.1 Ciclo de gestão da Política Pública

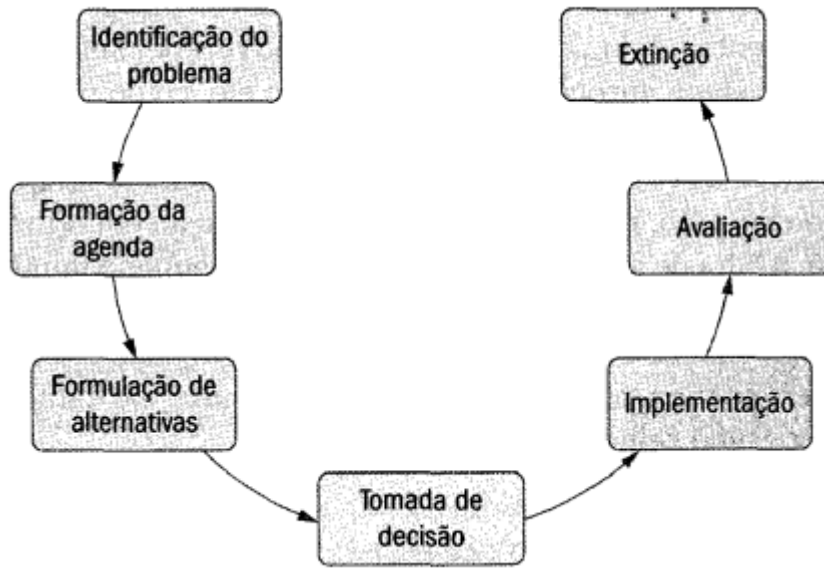
As políticas públicas são guiadas por diretrizes prioritárias que, por sua vez, norteiam as subpolíticas, programas e mudanças incrementais dela decorrentes. “A escala da política analisada depende do interesse do pesquisador.” (LOTTA, 2019, p. 70).

Farah (2021) discute a teoria da escolha racional, que se concentra na análise dos interesses dos atores envolvidos na formulação e implementação das políticas públicas. Essa teoria argumenta que as políticas são resultado de um processo de negociação entre diferentes atores que buscam maximizar seus próprios interesses. No entanto, Farah destaca que essa teoria é muito útil para entender como as políticas são desenvolvidas e implementadas, mas tem limitações ao não considerar outros fatores, como as influências políticas e sociais que afetam a formulação e a implementação das políticas.

Para Jann e Wegrich (2007, p. 44) “O ciclo de uma política pública é normalmente dividido em cinco etapas: i) análise (*agenda-setting*); ii) formulação (*design*); iii) escolha (tomada de decisão); iv) implementação; e v) avaliação de resultados”. Em poucas palavras o problema social é identificado e definido como prioritário, inserido na agenda pública, daí se formula a política que é implementada e avaliada quanto a sua eficiência e eficácia dentre outros critérios (de sua concepção até a sua conclusão), reiniciando-se o ciclo com a revisão da política. É importante destacar que essas fases não são lineares e podem ocorrer simultaneamente.

Além disso, o ciclo de gestão da política pública é um processo contínuo e iterativo, ou seja, é necessário revisar e ajustar constantemente a política pública para garantir sua efetividade.

Considerando o Ciclo de Vida de Política e Programas Públicos (Figura 1) desenvolvido por Secchi (2013) e Jannuzzi (2017), a Avaliação é etapa primordial da Gestão de Políticas Públicas para compreendermos o impacto da política no desenvolvimento regional da área onde ela se desenvolve.

Figura 1 – O Ciclo de Políticas e Programas Públicos

Fonte: Secchi (2013, p. 43)

Conforme Jannuzzi (2017, p. 22), “problemas sociais e demandas são a própria definição da Agenda Política, na qual uma questão social é identificada como um problema público que requer a atenção e ação do governo para sua solução”. Esse processo envolve diversos atores, como grupos de interesse, especialistas, incluindo a sociedade civil, especialistas, formuladores de políticas, líderes governamentais e mídia, que influenciam a percepção e priorização dos problemas públicos.

A agenda política é composta por uma lista de questões consideradas importantes para serem abordadas em um momento específico. “A utilização de indicadores tem se constituído uma ferramenta legitimadora para a determinação da agenda pública para o desenvolvimento social” (AMIM; OTANI, 2006, p. 3). Essas questões podem ser problemas emergentes ou persistentes que foram negligenciados anteriormente.

A definição da Agenda Política é um processo contínuo e complexo que envolve a identificação, legitimação e priorização de questões sociais como problemas públicos, bem como o desenvolvimento de soluções para abordá-las de maneira eficaz.

A formulação de políticas e programas refere-se aos processos e atividades relacionados à construção de possíveis soluções, encaminhamentos e programas para lidar com a questão legitimada na agenda, ao identificar um problema, analisar as possíveis

soluções e desenvolver uma política para abordá-lo. Nesta fase, são estabelecidos objetivos, metas e estratégias.

Em seguida, na fase de tomada de decisão técnico-política, é necessário escolher o curso de ação, decidindo por uma ou algumas das alternativas formuladas.

A implementação de políticas e programas corresponde aos esforços para implementar a ação governamental, incluindo a alocação de recursos e o desenvolvimento dos processos previstos nas alternativas e programas escolhidos anteriormente. Nesta etapa, são identificados os recursos necessários, definidos os responsáveis pela execução das ações e estabelecidos mecanismos de acompanhamento e controle.

Na Avaliação da política pública são utilizados indicadores para medir o progresso e os resultados alcançados, é o momento de avaliar o desempenho dos esforços empreendidos em relação as metas e objetivos e se as ações desenvolvidas estão agindo na direção esperada para solucionar o problema original.

Nesta fase ocorre também a revisão e ajuste da política pública, na qual é necessário avaliar se alterações nos programas implementados são necessárias para garantir sua eficácia, interrompê-los se o problema não fizer mais parte da agenda ou adaptá-los a uma nova realidade. É o momento de analisar os resultados da avaliação e identificar possíveis ajustes na política pública realizando mudanças ou reformas na política pública para melhorar o seu desempenho e alcançar melhores resultados.

1.1.2 Tipos de avaliação

Considerando-se o Ciclo de Gestão da Política Pública, percebe-se que a Avaliação é de fundamental importância para o todo o processo por ser o componente necessário a retroalimentação do ciclo, permitindo a evolução da Política Pública.

Ela deve ser uma constante em todo o processo, devendo ser considerada desde a fase de planejamento até a extinção da Política ou programa.

As avaliações de políticas públicas podem ser classificadas ainda pelo tipo e função.

A Avaliação Continuada, para Resende *et al.* (2017), é uma abordagem sistemática e constante para avaliar os resultados e o impacto das políticas públicas ao longo do tempo. Ela envolve a coleta e análise de dados e informações relevantes, bem como a realização de revisões periódicas do desempenho e dos resultados das políticas públicas em relação aos objetivos definidos.

Essa abordagem permite identificar lacunas e oportunidades para melhorias na gestão pública, de forma a assegurar que as políticas estejam alinhadas às demandas da comunidade. Uma vez que permite a identificação de gaps e desafios na implementação da política e promove a transparência e a accountability, já que os resultados são divulgados e utilizados como base para tomada de decisão.

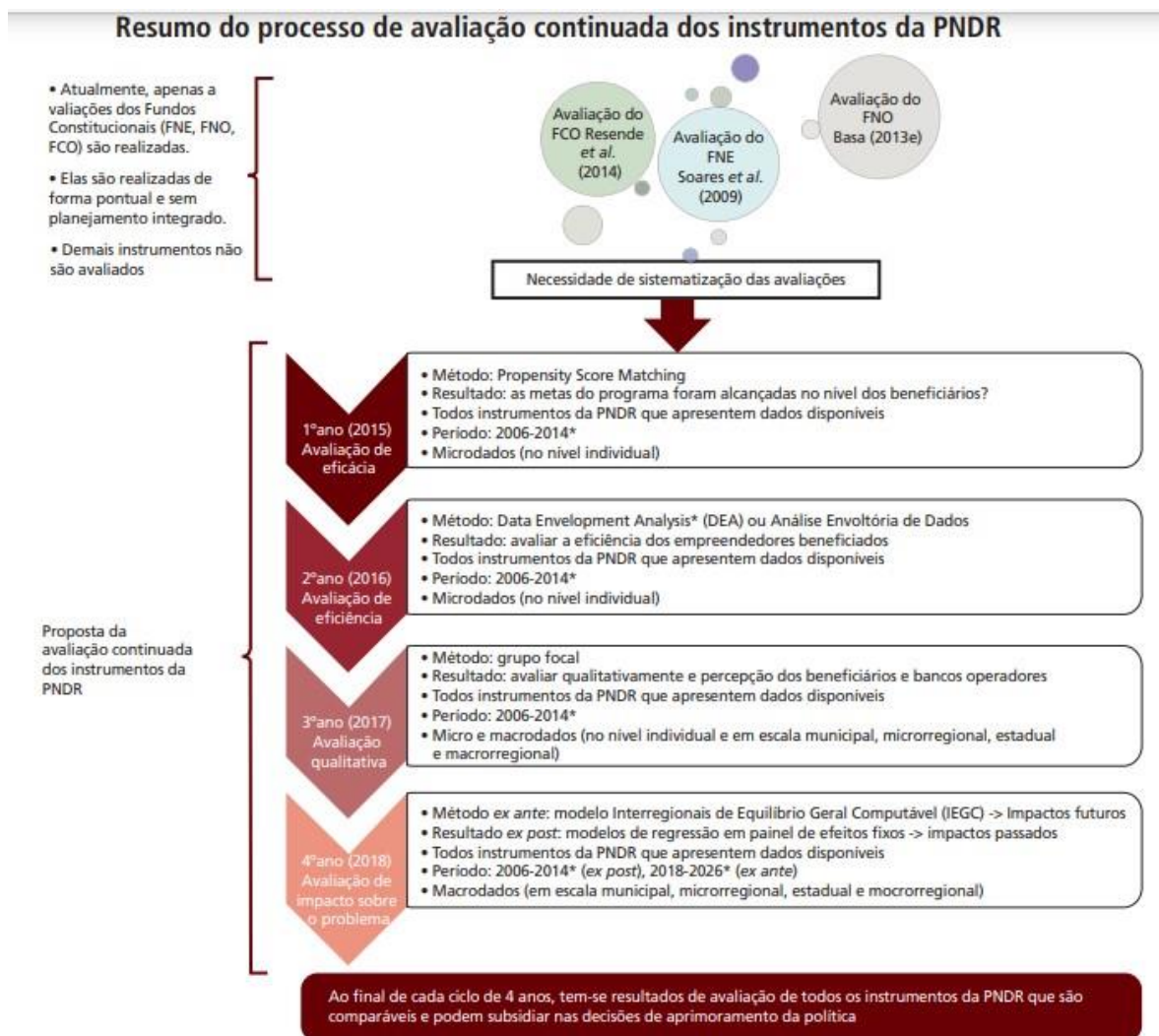
É especialmente relevante para a gestão de políticas públicas em setores críticos, como saúde e educação, onde os resultados são medidos em termos de impacto na qualidade de vida e bem-estar da população. Ela também é importante para setores econômicos e sociais, onde o desenvolvimento regional depende de políticas públicas eficazes que promovam o crescimento econômico e social sustentável.

Resende *et al.* (2017) explanam que a avaliação continuada é composta de vários tipos de avaliação:

Especificamente, essa metodologia envolve a utilização de vários métodos de avaliação para um mesmo período, com o intuito de analisar e promover melhorias no planejamento, no monitoramento, na eficácia e na eficiência dos instrumentos da PNDR. (RESENDE *et al.*, 2017, p. 389).

Essa metodologia envolve vários tipos de avaliação ao mesmo tempo para aprimorar o planejamento, tais como as avaliações de Eficácia, Eficiência, Qualitativa e de Impacto, conforme exemplo adotado na avaliação continuada dos instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional- PNDR (Figura 2):

Figura 2 – Ciclo de avaliação continuada da PNDR



Fonte: RESENDE et al., 2017, p. 398.

Esse esquema ilustrativo pode ser replicado em outros programas de desenvolvimento econômico e regional, pois demonstra que a avaliação continuada permite acompanhar desde o planejamento do projeto as evoluções e etapas realizadas, permitindo efetivar os ajustes necessários para sua adequada execução, bem como subsidiar a tomada de decisões sobre o programa e obter uma análise mais realista de seus impactos na comunidade envolvida.

Stephanou (2006) acrescenta a essa lista as avaliações Formativa, Somativa, de Efetividade, e Econômica e resume no quando a seguir suas características e funções (Quadro 1 - Características e funções por tipo de avaliação):

Quadro 1 - Características e Funções por Tipo de Avaliação

Tipo	Características	Funções
Avaliação Formativa	Constitui em analisar a etapa de	Os resultados da avaliação de

	implementação do programa, principalmente com relação aos aspectos que avaliam como o programa foi formado, enquanto este ainda estiver em funcionamento.	processos servem para a implementação ou o aperfeiçoamento da política
Avaliação Somativa	Verifica até que ponto os resultados esperados foram alcançados.	Serve para a revisão da política, como fonte de informação para a tomada de decisão sobre sua permanência ou expansão.
Avaliação de Eficácia	Realiza o exame da relação entre os objetivos e instrumentos utilizados, com os resultados alcançados do programa, ou seja, analisa se os recursos empregados atingiram os resultados esperados no prazo previsto.	Serve para analisar as metas definidas pelo programa, em relação àquelas alcançadas.
Avaliação de Eficiência	Analisa a relação de esforço empregado na implantação e os resultados obtidos.	Serve para avaliar o esforço empregado para a obtenção do resultado obtido.
Avaliação de Efetividade	Constitui o exame da relação entre a implementação e os resultados do programa sob avaliação. Expressa o resultado concreto dos objetivos e metas a serem alcançados.	Serve para analisar o sucesso ou fracasso de um programa, avaliando se os objetivos e metas foram alcançados com o melhor emprego de recursos, ao menor custo e em menor tempo, ou seja, analisar o custo benefício da execução da política.
Avaliação de Impacto	Revela o desempenho de uma ação pública, seus efeitos na vida do beneficiário e se seus objetivos políticos foram alcançados.	Serve para mensurar os benefícios e o resultado da implantação do programa na vida do usuário (BRASIL, 2018b, p. 261), e revela o desempenho de uma ação pública (STEPHANOU, 2006).
Avaliação Econômica	Utilizada na comparação entre projetos para avaliar o retorno de sua execução, seu custo e benefício justifica sua execução diante de outras fontes alternativas de recursos.	“É uma das formas disponíveis para se responder sobre o retorno econômico e social da política, ou seja, se os benefícios estimados com a política justificam a sua execução ou até mesmo a sua expansão,” (BRASIL, 2018b, p. 34).

Fonte: Adaptado de Stephanou (2006); Brasil (2018b).

Avaliação Formativa: “estão relacionadas à formação do programa” (CUNHA, 2018, p. 35) e tem como objetivo a fornecer informações relacionadas ao programa em sua fase de implementação para a correção de rotinas e procedimentos.

Segundo Ala-Harja e Helgason (2000), a Avaliação Somativa é uma avaliação *ex-post* que se concentra em determinar os resultados e efeitos do programa e avalia se os objetivos e resultados foram alcançados de forma efetiva.

Já para Cunha (2018) a avaliação somativa é empregada após a implementação do Programa, trazendo informações das etapas posteriores e serve para fazer um julgamento de valor do Programa e de sua efetividade.

Avaliação de Eficácia: busca mensurar se as metas e objetivos previamente definidos estão sendo alcançados com o uso dos recursos empregados e as ações desenvolvidas. É uma forma de avaliar se os recursos aplicados estão gerando o resultado esperado e se estão contribuindo para solucionar o problema em questão.

Segundo Resende *et al.* (2017, p. 392): “A análise da eficácia torna-se útil para verificar se as metas do programa foram alcançadas no nível das empresas beneficiadas”. Sendo possível realizar essa análise por meio de relações de causa e efeito entre o que foi planejado e o que foi efetivamente alcançado, o resultado obtido.

Avaliação de Eficiência (STEPHANOU, 2006; RESENDE *et al.*, 2017): busca avaliar a eficiência do uso dos recursos, buscando identificar quais são os custos envolvidos e quais estratégias podem ser implementadas para otimizar o uso desses recursos. É uma forma de garantir que os recursos estejam sendo utilizados da maneira mais eficiente possível.

A avaliação de eficiência é um processo importante que permite às organizações identificar e corrigir ineficiências em suas operações e processos, o que contribuí, segundo Resende *et al.* (2017) para a definição de ações mais estratégicas e eficientes para aumentar a eficiência e reduzir os custos e pode envolver a análise de vários indicadores, como produtividade, tempo de ciclo, utilização de recursos, qualidade e satisfação do cliente.

A partir desses indicadores, as organizações podem identificar as áreas que precisam de melhorias e implementar estratégias para aumentar a eficiência. Elas podem desenvolver planos de ação para corrigir essas ineficiências e melhorar a eficiência geral de suas operações. Esses planos de ação podem incluir a reorganização de processos, a implementação de tecnologias mais eficientes, o treinamento de funcionários e outras estratégias.

Avaliação Qualitativa, por Resende *et al.* (2017): busca compreender as percepções, opiniões e experiências dos indivíduos ou grupos envolvidos em um determinado problema. É

uma forma de obter informações mais detalhadas e aprofundadas sobre um determinado assunto, permitindo que os resultados sejam mais abrangentes e contextualizados.

Avaliação de Impacto: busca medir o impacto do uso dos recursos e ações desenvolvidas em relação aos objetivos e metas previamente definidos. É a forma de avaliar se os esforços alcançaram os resultados esperados e se contribuíram para a solução da demanda original.

Bachtler e Wren (2006) e Resende (2014), explicam que a avaliação de impacto deve ser realizada em momentos determinados no cronograma do programa: primeiramente, deve ser realizada a avaliação *ex-ante* seguida da avaliação *ex-post*.

A avaliação *ex-ante* ou inicial é fundamental durante a fase de planejamento para avaliar a relevância, viabilidade e potencial eficácia do projeto, proporcionando critérios objetivos para a distribuição de recursos nos anos seguintes e no início de um novo ciclo de avaliação. Tem como objetivo avaliar a viabilidade da Política ou Programa e o potencial impacto na redução das disparidades regionais.

Permite avaliar a efetividade do projeto antes mesmo da sua implementação, o que pode levar a ajustes e melhorias para garantir que ele seja capaz de atingir os objetivos propostos.

Para Lassance (2002) não é possível discutir resultados sem uma definição da Política ou Projeto descrita na avaliação *ex-ante*.

Avaliar resultados depende de que haja clareza, "*ex ante*", de quais são os propósitos (objetivos) e as expectativas (metas) a serem alcançadas. Não é possível nem mesmo se dizer exatamente de qual política se está tratando se ela não tiver sido esboçada previamente, de modo explícito e minimamente concatenado. (LASSANCE, 2022, p. 23).

A avaliação *ex-post* é uma ferramenta para avaliar se as políticas implementadas alcançaram os objetivos estabelecidos e quais foram os efeitos que elas tiveram na sociedade.

É realizada após a implementação dos projetos e ao seu término. Tem como objetivos avaliar os resultados, verificar a evolução do programa em momentos intermediários e estabelecer a necessidade de medidas corretivas, quando for o caso.

A avaliação *ex-post* também pode identificar os pontos fortes e fracos da política e fornecer informações para melhorar sua execução, por exemplo, se a avaliação indicar que a política não alcançou seus objetivos, é possível fazer ajustes na sua implementação para aumentar sua eficácia.

Com base nos resultados da avaliação *ex-post*, é possível avaliar a efetividade dos projetos na redução das disparidades regionais e identificar lições aprendidas que possam ser utilizadas em novos projetos.

Por fim, a avaliação *ex-post* também é importante para garantir a prestação de contas e a transparência na implementação das políticas públicas. Ela fornece informações objetivas e verificáveis sobre o desempenho da política e seus resultados, o que é essencial para garantir a confiança da sociedade nas instituições públicas.

Além disso, é importante lembrar que a avaliação do impacto deve ser realizada de forma integrada (avaliando tanto os aspectos, políticos, econômicos e sociais dos projetos), transparente e participativa, envolvendo tanto os beneficiários dos projetos quanto a sociedade civil em geral. Isso contribui para aumentar a legitimidade dos projetos e garantir que eles realmente contribuam para a resolução do problema.

A avaliação de impacto é uma técnica utilizada para medir o efeito de políticas públicas, programas ou projetos em determinado grupo ou população. A ideia é verificar se a política teve o efeito desejado e se ela causou uma mudança positiva na vida dos beneficiários.

Avaliação de impacto: busca demarcar, na vida dos beneficiários, a diferença atribuída à política de forma inequívoca. De forma a verificar os impactos de forma mais robusta, isolando o efeito da política pública dos demais fatores que possivelmente contribuíram para a mudança observada. (BRASIL, 2018b p. 33).

A Avaliação Econômica é utilizada na comparação de diferentes projetos para identificar qual apresenta o melhor custo-benefício e avaliar qual oferece melhor retorno para que se mantenha sua execução (BRASIL, 2018b).

A análise custo-benefício decorrente da Avaliação Econômica é essencial para a definição de extensão e implantação de um programa (RESENDE, 2014; CARNEIRO; HECKMAN; VYTACIL, 2011), e deve ser realizada tanto de forma *ex-ante* quanto *ex-post*.

Resende (2014) adiciona aos tipos de avaliação, a tipo Avaliação de Processo que “fornece informações sobre como melhorar um programa” (RESENDE, 2014, p. 15), e se refere ao processo de execução do Projeto ou Programa, através do acompanhamento do desenvolvimento das atividades e metas estabelecidas, enumerando os resultados alcançados.

A avaliação de resultados é uma etapa fundamental do ciclo de políticas públicas, pois permite que sejam identificados os impactos e resultados da implementação da política ou do programa em questão. Ao avaliar os resultados, é possível verificar se os objetivos foram alcançados, se os recursos foram bem utilizados e se houve algum efeito não previsto. Por

isso, é importante que a avaliação de resultados seja prevista desde a fase de elaboração da política pública ou do programa, pois isso permite que sejam definidos indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas.

Resende (2014) em comum acordo com Bartik e Bingham (1995), discorre que a avaliação é um processo contínuo que evolui de métodos mais simples para métodos mais complexos. Inicialmente, o processo envolve o monitoramento das tarefas diárias e a avaliação das atividades do programa. Conforme o programa avança ela progride para a avaliação do impacto sobre o problema.

Eles propõem que em razão da função desempenhadas a avaliação deva responder as seguintes perguntas (Quadro 2):

Quadro 2 - Avaliação: Função X Perguntas a Responder

FUNÇÃO	QUESTÕES
Monitorar as tarefas diárias	As obrigações contratuais estão sendo alcançadas? Os integrantes da equipe de trabalho estão trabalhando onde e quando deveriam? O programa é administrativamente adequado? As tarefas diárias são realizadas de forma eficiente? Funcionários estão treinados adequadamente para o seu trabalho?
Avaliar as atividades do programa	Que atividades estão ocorrendo? Quem é o alvo do programa (empresas, cidades etc.)? Quais problemas ou necessidades existem? Como o programa está sendo implementado?
Enumerar os resultados	Qual é o resultado das atividades descritas no processo de avaliação? O que aconteceu com a população-alvo? Como a população está diferente de antes? Ocorreram resultados imprevistos e eles são desejáveis? Os objetivos do programa foram alcançados? Como os beneficiários do programa são diferentes do que eram antes?
Analisar a relação custo-benefício	Os benefícios do programa superam os custos do programa?
Medir a eficácia do programa	O que teria acontecido na ausência do programa? O programa funciona? Quais são os outros fatores que podem ter contribuído para mudanças nos beneficiários? Para responder a essas perguntas deve ser estabelecida uma relação de causa e efeito entre o programa e os resultados. Será que o subsídio “causou” um aumento do emprego na empresa-alvo?
Avaliar o impacto sobre o problema	Quais alterações que são evidentes no problema? O problema foi reduzido como um resultado da implementação do programa? Qual o conhecimento gerado para a sociedade sobre o problema ou os

Além disso, ao longo do processo de implementação da política, é importante que sejam realizadas avaliações periódicas, de modo a identificar problemas e ajustar a política ou o programa de acordo com as necessidades identificadas. Dessa forma, a avaliação de resultados não deve ser vista apenas como uma etapa final do ciclo de políticas públicas (RESENDE, 2014), mas sim como um processo contínuo, que deve estar presente em todas as fases do ciclo, desde a formulação até a implementação e avaliação final.

Para que “políticas e programas sociais consigam cumprir seus objetivos específicos e contribuir para maior efetividade social da ação pública é necessário produzir informação e estudos de diferentes naturezas” (JANNUZZI, 2017, n.p.), com a realização de ampla pesquisa envolvendo múltiplos atores, métodos e fontes de dados e indicadores.

Considerando-se a importância da Avaliação no ciclo de gestão da Política Pública de atração de Investimentos com a melhoria de infraestrutura e urbanismo e os vários tipos de avaliação disponíveis, esse trabalho pretende estabelecer os indicadores necessários a realização da avaliação de impacto e a econômica *ex-post* dos Programas de Desenvolvimento, em especial o Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal- PROCIDADES-DF.

1. 2 Indicadores

Os indicadores devem estar previstos em políticas públicas e fazerem parte de programas, projetos ou ações públicas.

São eles que permitem avaliar qual o grau de realização de um projeto, programa ou política, verificar a qualidade, quantidade, prazo e custo das ações desenvolvidas de forma comparativa, compreender se as mudanças geradas pela política foram satisfatórias e se os seus objetivos foram atingidos (BRASIL, 2018a, 2022).

Bresser-Pereira (2001) destaca que os indicadores permitem a avaliação do desempenho das políticas públicas e ajudam a identificar os problemas e desafios que precisam ser enfrentados para melhorar a efetividade dessas políticas.

Matus (1993) propõe a utilização de indicadores como instrumento de gestão estratégica das políticas públicas. Para ele, os indicadores devem ser selecionados com base em critérios de relevância, eficácia, eficiência e equidade, e devem permitir a monitoração

constante dos resultados e o ajuste das estratégias de acordo com as necessidades identificadas.

Esses autores reforçam a importância dos indicadores como ferramentas fundamentais para a avaliação e gestão das políticas públicas, permitindo a identificação de problemas, o monitoramento dos resultados e o aprimoramento contínuo das ações desenvolvidas pelos governos em benefício da sociedade. “Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente.” (JANNUZZI, 2005, p. 138).

Para identificar e analisar indicadores para a avaliação de Programas de Desenvolvimento Regional nas áreas de Urbanismo e Infraestrutura no Distrito Federal e desenvolver um padrão na definição de indicadores para esses programas, será necessário analisar se os indicadores encontrados atendem “aos critérios de serem específicos, mensuráveis, atribuíveis, relevantes e temporalmente regulares” (BRASIL, 2018b, p. 112).

Conforme Cravo e Silva (2017), IPEA (2015), BRASIL (2018b), UNDP (2009), IEG (2012) e IDB (2012), a literatura internacional de referência, recepcionado por instituições de pesquisa nacionais, sugere que os indicadores podem ser avaliados pelo critério SMART. Esse critério expressa se o indicador possui as seguintes propriedades desejáveis:

Características de indicadores SMART:

- Specific (específico) – Indicadores devem caracterizar informações simples que sejam comunicáveis e facilmente entendidas.
- Measurable (mensurável) – Devem ser realisticamente mensuráveis.
- Achievable/attributable (alcançável/atribuível) – Os indicadores e suas unidades de medida devem ser alcançáveis, sensíveis a mudanças durante o ciclo de vida do projeto e capazes de serem atribuídos ao projeto.
- Relevant (relevante) – Os indicadores devem refletir informações que sejam importantes para o gerenciamento do projeto e análises relativas a este.
- Time bound (delimitado no tempo) – O progresso do indicador deve ser monitorado a uma frequência desejada por um período.

Cravo e Silva (2017) ressaltam a importância dos indicadores possuírem um limite temporal definido, bem como, a importância dos mesmos serem medidos em termos absolutos ou percentuais, novamente, definidos no início e com previsão de alcance da meta estabelecida.

Além dos critérios acima definidos, ressalta-se que os indicadores possuem inúmeros atributos desejáveis, tendo como base as propriedades elencadas por Jannuzzi (2005) e Zimmermann (2015), dentre eles destacam-se:

- Relevância para a agenda política: deve ter proximidade com a demanda que deu origem a política pública;
- Validade de representação: deve representar o conceito empregado;
- Confiabilidade de medida: os dados coletados na sua construção devem ser de fonte confiáveis;
- Cobertura populacional: devem possuir uma boa cobertura territorial;
- Sensíveis às mudanças a serem provocadas pelo conjunto de ações previstas no programa;
- Específicos – dizem respeito à determinada condição em certos lugares;
- Verificáveis/ transparência metodológica – os procedimentos de construção dos indicadores devem ser claros, transparentes e justificáveis.
- Desagregabilidade: devem poder ser desagregados por categoria, tempo, espaços geográficos, grupos sociodemográficos e socioeconômicos;
- Comunicáveis/ Objetivos – devem ser inteligíveis para todos os agentes envolvidos, diretos e explícitos, utilizando unidades de medida claras e explícitas;
- Viáveis economicamente: devem possuir custos operacionais e factíveis para sua obtenção
- Atualizáveis e repetíveis – os indicadores devem ser passíveis de mensuração periodicamente com o mesmo meio de verificação e os mesmos critérios.

Esses são alguns dos principais atributos desejáveis que os indicadores devem apresentar para serem úteis e eficazes no contexto de políticas públicas.

Para Miranda (2010) esses atributos podem ser classificados como propriedades essenciais dos indicadores (validade e confiabilidade) e propriedades complementares (sensibilidade, desagregabilidade, economicidade, estabilidade e auditáveis).

Já para o Governo do Distrito Federal (Quadro 3) o indicador deve ser:

Quadro 3 - Classificação do Indicador – PPA-GDF

Classificação	Características:
Confiável:	Se refere a qualidade do levantamento dos dados usados no seu cômputo;

Válido	Se refere ao grau de proximidade entre o conceito e a medida; relacionadas à dimensão social de interesse;
De fácil cálculo:	Com o objetivo de torná-lo capaz de expressar os resultados do programa para fins de formulação de políticas públicas;
Representatividade:	Deve ser a expressão dos produtos essenciais de uma atividade ou função; o enfoque deve ser no produto: medir aquilo que é produzido, identificando produtos intermediários e finais, além do impacto desses produtos;
Homogeneidade:	Na construção de indicadores devem ser consideradas apenas variáveis homogêneas;
Praticidade:	Garantia de que o indicador realmente funcione na prática e permita a tomada de decisões gerenciais, devendo, para tanto, ser testado;
Independência:	O indicador deve medir os resultados atribuíveis às ações que se quer monitorar, devendo ser evitados indicadores que possam ser influenciados por fatores externos à ação do gestor;
Simplicidade	Deve ser de fácil compreensão e não envolver dificuldades de cálculo e uso; Cobertura: devem representar adequadamente a amplitude e a diversidade de características do fenômeno monitorado, resguardado o princípio da seletividade e da simplicidade;
Economicidade	As informações necessárias ao cálculo do indicador devem ser coletadas e atualizadas a um custo razoável, em outras palavras, a manutenção da base de dados não pode ser dispendiosa;
Acessibilidade:	Deve haver facilidade de acesso às informações primárias bem como de registro e manutenção para o cálculo dos indicadores;
Estabilidade	“A estabilidade conceitual das variáveis componentes e do próprio indicador bem como a estabilidade dos procedimentos para sua elaboração são condições necessárias ao emprego de indicadores para avaliar o desempenho ao longo do tempo”. (GDF, 2011, p. 15-16)

Fonte: Orientações para elaboração do PPA do Governo do Distrito Federal (SEPLAD/DF, 2011, p. 15-16).

E deve ser acompanhado dos seguintes atributos essenciais que visam garantir a clareza, mensuração adequada e monitoramento dos resultados ao longo do período: denominação, unidade de medida, índice mais recente, apuração em determinado mês e ano, periodicidade de apuração, índices desejados e fonte de informação são elementos fundamentais nesse processo.

Ao considerar esses atributos, o GDF busca fornecer uma visão transparente e compreensível dos indicadores para a sociedade, estabelecer metas claras e mensuráveis, e garantir a confiabilidade e qualidade das informações utilizadas. Promovendo dessa forma o

desenvolvimento e o bem-estar da população do Distrito Federal e adotando parâmetros semelhantes aos da gestão pública federal e a os critérios referenciados na literatura especializada da área.

Oliveira e Passador alertam que é preciso estar atento as fontes dos indicadores e a confiabilidade de algumas bases de dados para a lisura do processo de avaliação:

Acredita-se que, no caso brasileiro, as bases de dados públicas disponíveis apresentam problemas de confiabilidade (algumas apresentam dados declarados), dados indisponíveis e descontinuidade na produção de indicadores; tais fatores podem contribuir com a baixa adesão a estudos avaliativos quantitativos. (OLIVEIRA; PASSADOR, 2019, p. 328).

O consenso entre os autores é que os indicadores devem ser obtidos de fontes confiáveis, preferencialmente oficiais, de maneira economicamente viável, ou seja, o processo de coleta, tratamento e disponibilização devem ser justificáveis e não onerosos e com metodologia clara e definida, sendo possível verificar sua obtenção.

A facilidade de compreensão do conceito a ser medido é atributo indispensável ao indicador e ele deve ser comunicável de forma objetiva, precisa e confiável. Além disso, é fundamental que os indicadores tenham uma boa cobertura populacional, devendo ser capazes de abranger toda a população ou uma amostra representativa dela (UCHOA, 2013).

Os indicadores também devem ser sensíveis às mudanças que serão provocadas pelo conjunto de ações previstas no programa, devendo ser específicos conforme as condições existentes.

Outro atributo importante é a desagregabilidade, que permite que os indicadores sejam analisados de acordo com diferentes categorias como: tempo, espaço geográfico, grupos sociodemográficos e socioeconômicos. Sendo esse um atributo característico dos indicadores utilizados para avaliação de políticas públicas e nos indicadores sociais. Ela é “a capacidade de representação regionalizada de grupos sociodemográficos, considerando que a dimensão territorial se apresenta como um componente essencial na implementação de políticas públicas.” (UCHOA, 2013, p. 10).

Indicadores também devem ser atualizáveis e repetíveis, ou seja, devem ser passíveis de mensuração periodicamente com o mesmo meio de verificação e os mesmos critérios, permitindo a comparação de resultados ao longo do tempo.

A transparência metodologia é fundamental para a verificação dos indicadores quanto a qualidade e a confiabilidade dos resultados do estudo, permitindo que a pesquisa seja replicável e os seus resultados aferidos. É necessário que os procedimentos utilizados na construção dos indicadores sejam transparentes, claros e que as decisões metodológicas sejam

justificadas. Isso envolve uma descrição detalhada dos métodos utilizados, dos critérios de inclusão e exclusão de dados, da amostra e do processo de validação dos indicadores.

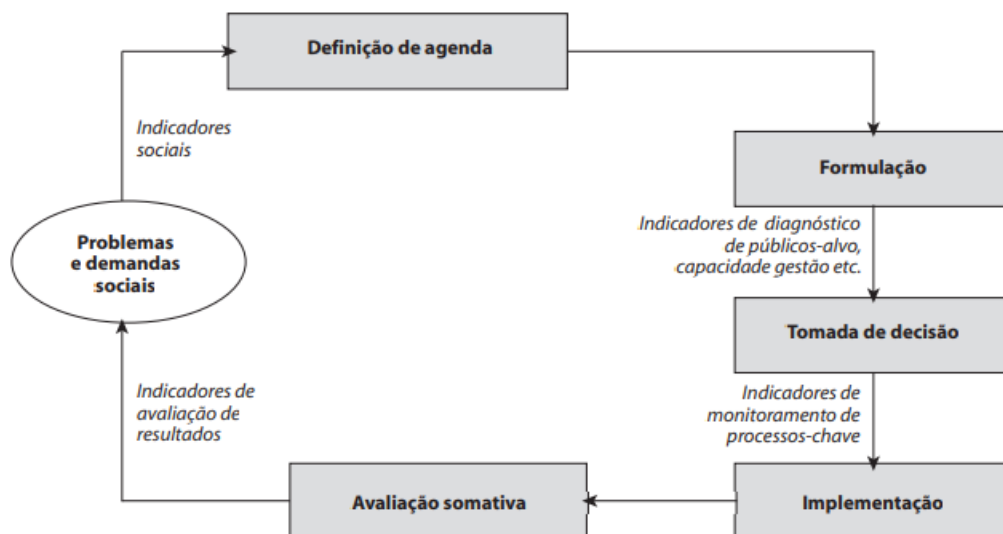
Conforme Jannuzzi (2005) é importante que as escolhas subjetivas feitas pelos pesquisadores sejam explicitadas de forma objetiva. Isso significa que os pesquisadores devem descrever como tomaram decisões em relação a questões metodológicas subjetivas, como a escolha de categorias ou a definição de conceitos.

Ainda segundo Miranda (2010), os indicadores possuem como componentes básicos: a unidade de medida, a fórmula, o índice (valor de referência inicial), o padrão de comparação e a meta. Já com critérios básicos de escolha e seleção o autor relaciona: relevância, clareza, comunicabilidade, representatividade, confiabilidade, estabilidade, custo-efetividade dentre outros.

Esses atributos e características são importantes para assegurar que os indicadores sejam fontes confiáveis de informação para os gestores, investidores, empresários e sociedade avaliarem “os resultados das políticas governamentais, os avanços e retrocessos nas condições de vida da população e como os recursos financeiros recolhidos pelo Governo estão sendo gastos” (MIRANDA, 2010, p. 9).

A utilização de indicadores deve estar presente em todas as fases do Ciclo de Políticas e Programas Públicos, sendo, segundo Jannuzzi (2017), fundamentais para todas as etapas, desde a identificação dos problemas e demandas sociais, definição da agenda, formulação, tomada de decisão e implementação até a avaliação (Figura 3):

Figura 3 – O Ciclo de Políticas e Programas Públicos e a demanda por indicadores



Fonte: JANNUZZI (2017, n.p.).

O sucesso de uma política ou programa depende da disponibilidade de informações sobre a capacidade de gestão e implementação dos agentes públicos envolvidos em diferentes contextos de atuação. (JANNUZZI, 2017, n.p.).

Os indicadores sociais são ferramentas importantes para avaliar as condições de vida da população, identificar os grupos mais vulneráveis e monitorar o desempenho das políticas públicas. Eles podem ser utilizados para mapear a distribuição da renda e da pobreza, o acesso aos serviços públicos, a qualidade da educação e da saúde, entre outros aspectos.

Identificados por meios diversos, os indicadores sociais apontam os Problemas e demandas sociais e fundamentam a Definição de agenda, dando início ao Ciclo de Políticas Públicas

A etapa de formulação de políticas ou programas sociais é essencial para que se possa desenvolver estratégias eficazes para enfrentar os desafios existentes. Para isso, é preciso contar com indicadores que informem sobre as características do público-alvo, as condições sociais do contexto em que vivem, as potencialidades e fragilidades da base econômica local e regional, os condicionantes ambientais e o nível de participação da sociedade,

Na tomada de decisão “é requerido um conjunto mais específico de indicadores, selecionados com base na orientação político-governamental, a natureza dos programas, as questões sociais prioritárias a enfrentar, os públicos-alvo a atender”. (JANNUZZI, 2017, n.p.).

Já na fase de implementação e execução dos programas, é a vez de utilizar indicadores de processo, que “permitem monitorar a alocação operacional de recursos planejados” (JANNUZZI, 2006, p. 32), ou seja, indicadores de monitoramento de processo.

Já na avaliação se utilizam múltiplos indicadores, com distintas naturezas, “de modo que se analise em que medida as ações programáticas contribuíram para a mitigação dos problemas sociais apontados no diagnóstico e para a melhoria das condições de vida da população” (JANNUZZI, 2017, n.p.), ou seja, é hora de avaliar o sucesso do programa, sua eficiência, eficácia e efetividade, se foram alcançados os objetivos com as intervenções sugeridas.

A análise dos indicadores permite identificar questões prioritárias, definir formatos de programas e elaborar estratégias para alcançar os objetivos estabelecidos. É fundamental ressaltar que a participação da sociedade civil nesse processo garante a efetividade das políticas, a transparência e a prestação de contas na gestão dos recursos públicos.

Indicadores são elementos essenciais para o acompanhamento e avaliação de projetos e políticas, sendo um instrumento apurado periodicamente, que auxilia no monitoramento da

evolução de uma determinada realidade, identificando e mensurando aspectos relacionados a um objetivo específico, independentemente da organização responsável pela sua elaboração, conforme destacado por Cravo e Silva (2017).

Indicadores não existem apenas para mostrar se as metas estão sendo atingidas. Servem para deixar claras as prioridades, gerar alinhamento, indicar se são necessários ajustes, apoiar a tomada de decisão e para motivar e reconhecer o desempenho” (UCHOA, 2013, p. 13), dessa forma, um indicador só é relevante se for utilizado pela Administração de forma efetiva para tomada de decisões que tragam resultados benéficos para o público alvo das Políticas Públicas e para avaliarem os efeitos dos programas para a população após sua conclusão.

Apesar das diferentes definições de indicadores suas características, funções, atributos e propriedades não destoam tanto entre as fontes mantendo semelhanças conceituais.

2 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL – PROCIDADES

Em 2009, foi iniciada a parceria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Turismo do Distrito Federal (SDET/DF). Após uma análise diagnóstica realizada pelo Banco, o Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – Áreas de Desenvolvimento Econômico (PROCIDADES ADEs) teve seu perfil de projeto elaborado. Seu objetivo era:

Promover a diversificação das atividades econômicas do DF em bases sustentáveis, fortalecer a SDET/DF como órgão responsável pela condução da política de desenvolvimento econômico do DF e consolidar as ADEs como estratégia de desenvolvimento econômico local. (BID, 2009a, p. 3).

As Áreas de Desenvolvimento Econômico (ADEs) foram criadas com o propósito de promover o desenvolvimento regional sustentável das Regiões Administrativas do Distrito Federal (RAs), com “atração de empresas para promover o desenvolvimento social e econômico local, gerando empregos na região.” (BID, 2009a, p. 2).

Inicialmente, a proposta de abrangência contemplava 15 Áreas de Desenvolvimento Econômico das 33 existentes no Distrito Federal, selecionadas com base em critérios como o grau de ocupação e o tipo de uso (empresarial ou misto/residencial).

Dentre essas áreas, seis foram escolhidas como Projeto Piloto, sendo elas: Polo JK, Setor de Múltiplas Atividades do Gama, Setor de Depósito de Materiais de Construção da Ceilândia, Setor de Indústria da Ceilândia, Área de Desenvolvimento Econômico Centro-Norte da Ceilândia e Área de Desenvolvimento Econômico do Núcleo Bandeirante.

O objetivo desse projeto piloto era desenvolver estratégias e ações para promover o desenvolvimento econômico nessas áreas, por meio de políticas públicas, incentivos fiscais e outras medidas que pudessem atrair investimentos e fomentar a atividade empresarial. A escolha dessas áreas piloto foi feita levando em consideração a sua importância estratégica para a economia local e regional, bem como a sua capacidade de gerar empregos e renda. Para além disso, objetivou-se a requalificação urbana, aprimorar a infraestrutura e fornecer apoio às empresas, incluindo incentivos à atualização tecnológica e capacitação de empresários e funcionários para crescimento profissional.

O Programa PROCIDADES-ADEs foi criado com o objetivo de aprimorar a gestão integrada das Áreas de Desenvolvimento Econômico (ADEs) operacionais pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Distrito Federal (SDET/DF), por meio da qualificação profissional e técnica de seus funcionários e da implementação de estratégias para o desenvolvimento econômico. Além disso, o programa buscava melhorar o ambiente de negócios no Distrito Federal para incentivar a diversificação das atividades econômicas, gerar empregos e aumentar a renda das populações mais necessitadas da região.

O programa foi estruturado inicialmente em 3 componentes:

- Componente I - Desenvolvimento Institucional e Estratégico: melhoria do ambiente de negócio e aumento da competitividade das empresas locais, consolidação de estratégia para o desenvolvimento regional do Distrito Federal e o fortalecimento institucional de órgãos públicos para a promoção das ações relacionadas ao componente.
- Componente II - Programa de Atração de Investimentos “Brasília Global”: em complemento ao Componente 1 pretende promover a diversificação das atividades econômicas do Distrito Federal com a promoção de ações para captação de Investimentos Externos Diretos (IED), elaboração de planos de desenvolvimento de fornecedores setoriais e encadeamento produtivo.
- Componente III - Urbanismo e Desenvolvimento Socioeconômico das ADEs: Incluía ações de melhoria de infraestrutura e urbanismos como o desenvolvimento adequado as necessidades de cada ADE tais como: sistema viário e rede de transporte público, equipamentos urbanos (praças, pontos de ônibus, refeitórios, centros de capacitação e comércio local entre outros), rede de energia elétrica e iluminação pública, rede de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial; bem como atividades destinadas a capacitação de empresário e empregados, elaboração de estudo e projeto para a implantação de empreendimentos de apoio produtivo.

Os resultados de desempenho do programa seriam aferidos pelos seguintes indicadores de impacto (BID, 2009b):

- incremento do lucro operacional gerado nas ADES (decorrente da diversificação de empresas de inúmeros setores econômicos);

- valorização imobiliária dos terrenos (dos imóveis existentes nas Áreas de Desenvolvimento Econômico e cercanias, onde aconteceram as intervenções financiadas pelo Programa);
- aumento da renda incremental (motivado pelos novos empregos gerados com a implantação do programa); e
- aumento dos Investimentos Externos Diretos (IEDs) no DF (resultantes de planos de desenvolvimento de fornecedores setoriais e encadeamento produtivo).

Importante ressaltar que os indicadores elencados não foram utilizados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (SDE/DF) na elaboração da Matriz de Resultado do Programa PROCIDADES-DF.

O projeto do Programa foi aprovado em 2013, mas enfrentou um período de inatividade até 2019, devido a mudanças de gestão no Governo do Distrito Federal. No entanto, o programa finalmente começou em 2019, embora algumas obras tenham sido afetadas por alterações nos critérios de execução e prazos prorrogados.

Além disso algumas intervenções que originalmente estavam previstas para a ADE do Centro Norte da Ceilândia foram realizadas em outras iniciativas do governo, o que também ocorreu na ADE do Núcleo Bandeirante. Ainda assim, outras obras foram unificadas devido à otimização de custos e proximidade física, enquanto outras tiveram seus projetos atualizados e ajustados para lidar com interferências identificadas durante a execução do programa.

Em síntese, o Programa enfrentou alguns desafios e mudanças durante sua implementação, mas ainda assim conseguiu avançar em várias frentes por meio de adaptações e ajustes ao longo do caminho.

Desta forma o programa passou por uma repaginação, denominando-se Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PROCIDADES-DF, que tem por missão promover a melhoria da qualidade de vida da população no Distrito Federal e por objetivo geral:

[...]promover o desenvolvimento econômico do Distrito Federal, mediante melhorias no ambiente de negócios e promoção de investimentos, além do aperfeiçoamento da infraestrutura urbana e do fomento do desenvolvimento empresarial em [...] Áreas de Desenvolvimento Econômico (ADEs). (TCDF, 2021a, n.p.).

O PROCIDADES-DF foi reestruturado em 4 componentes:

- Componente I - **Desenvolvimento Institucional**: fortalecimento institucional da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal com

investimentos em infraestrutura, equipamentos, aquisição de maquinário, softwares e capacitação de servidores, atualização de sistemas de monitoramento e acompanhamento.

- Componente II - **Programa de Atração de Investimentos (PDAI)**: busca contribuir para a promoção, atração, fidelização e ampliação de investimentos, além do incentivo à diversidade de atividades econômicas do DF, com vistas ao desenvolvimento econômico sustentável para os próximos 20 anos, gerando emprego e renda no Distrito Federal. (SDE/DF, 2022).
- Componente III - **Desenvolvimento Empresarial**: Capacitação e qualificação de fornecedores, empresários e empregados das empresas localizadas nas Áreas de Desenvolvimento Econômico, investimentos na modernização do parque tecnológico e em inovação, remodelagem de processos e melhoramento de produtos.
- Componente IV - **Urbanismo e Infraestrutura**: Envolve obras de melhoria de urbanismo e infraestrutura nas Áreas de Desenvolvimento Econômico com intervenções em pavimentação, ciclovias, paradas de ônibus, drenagem, saneamento básico, energia elétrica, criação de calçadas, praças, parques, iluminação pública e a instalação de equipamentos públicos comunitários, com o fim de atrair investimentos e melhorar o desenvolvimento econômico da região.

O mecanismo de gestão do PROCIDADES-DF previa a participação de outras instituições do Governo do Distrito Federal, conforme o Regulamento Operacional do Programa (ROP), com as atribuições a seguir definidas:

(i) Nível Estratégico do Programa (Comitê Executivo) – de âmbito consultivo; (ii) Nível de Coordenação, Gestão, Execução, Monitoramento e Avaliação por meio de uma Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP), criada como unidade organizacional da SDE; (iii) um Nível de Apoio Técnico à Execução Física - uma Unidade de Gerência Setorial do Programa (UGS) instalada junto à Secretaria de Obras – SO; e (iv) Nível Operacional, às Unidades de Gerenciamento Local (UGLs), criadas no âmbito da NOVACAP, CAESB, CEB e SEDHAB. (SDE/DF, 2013, p. 14).

Sob a rubrica do Contrato de Empréstimo BID nº 2957/OC-BR, datado de 2014, o Programa PROCIDADES-DF tinha como objetivo desenvolver e melhorar a gestão urbana e ambiental do Distrito Federal. Com um valor inicial previsto de US\$ 71.430.000,00, sendo US\$ 50.000.000,00 financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e US\$

21.430.000,00 em contrapartida do Governo do Distrito Federal, o programa passou por quatro alterações contratuais ao longo do tempo.

A primeira alteração contratual ocorreu em setembro de 2019 e teve como objetivo prorrogar o prazo de desembolso para dezembro de 2020. A segunda alteração ocorreu em dezembro de 2020, quando o prazo de desembolso foi novamente prorrogado por mais doze meses e o valor do financiamento foi reduzido para US\$ 45 milhões. Já a terceira alteração, que consistiu na Revisão de Carteira, ocorreu em outubro de 2021 e prorrogou novamente o prazo para setembro de 2022, além de reduzir o valor financiado para US\$ 42 milhões, com custo total estimado do Contrato em US\$ 63 milhões.

A quarta e última alteração contratual modificou o prazo de conclusão do programa para 31 de maio de 2023 e reduziu o custo final do programa, ficando estimado em US\$ 60 milhões de dólares. Essas alterações foram necessárias devido a inúmeras limitações enfrentadas pelo PROCIDADES-DF durante sua realização.

Uma das principais limitações enfrentadas no Programa foi a necessidade de adequação de contratos e processos licitatórios para atender às especificações técnicas do BID. Essa adequação demandou tempo e recursos, o que contribuiu para o atraso na execução do programa. Além disso, enfrentou limitações administrativas e problemas de execução nos contratos, que foram causados por questões técnicas.

É preciso destacar que a legislação internacional prevista no contrato da operação internacional de crédito entre o BID e o GDF, para que as contratações relacionadas a essa operação de crédito fossem realizadas de uma maneira mais flexível e rápida, nunca se efetivou, por falta de consenso na aplicação da norma internacional. Por conta disso temos o desempenho ineficiente no que diz respeito ao tempo de contratações. (CARVALHO; LEAL; SOUZA, 2021, n.p.).

Outro fator que contribuiu para as alterações no contrato foi a influência política que o programa sofreu, com sucessivas mudanças na gestão da Secretaria responsável pela sua implementação. Essas mudanças geraram instabilidade e atrasos na implementação do programa.

Devido as características de multiórgãos envolvidos, as realizações das atribuições inerentes a cada instituição não foram plenamente executadas, e apesar de existir a criação de um grupo de trabalho na Secretária de Estado de Obras do Distrito Federal (SO/DF), encarregada de promover a articulação ente os agentes envolvidos e prestar o apoio técnico a execução dos Contratos de execução do Programa (conforme Anexo – D), houve uma centralização da execução na SDE/DF

O PROCIDADES-DF enfrentou grandes impactos da pandemia de COVID-19, que afetou não só a execução do programa, mas também a economia como um todo. A pandemia gerou a necessidade de ajustes e realinhamentos nos planos e cronogramas do programa, além de demandar ações de prevenção e proteção da saúde dos trabalhadores envolvidos na sua execução.

No entanto, as alterações no contrato de empréstimo do BID para o programa PROCIDADES-ADES foram necessárias para enfrentar as limitações impostas pela complexidade do projeto e pelos diversos obstáculos enfrentados durante a sua execução. Mesmo diante dessas adversidades, o programa segue em andamento e tem como objetivo promover melhorias significativas na gestão urbana e ambiental do Distrito Federal.

De acordo com o diagnóstico inicial realizado pelo BID em 2009, o programa PROCIDADES no Distrito Federal enfrentava diversos problemas que afetaram sua execução e impactaram negativamente suas ações e metas. Dentre os principais problemas identificados, destacam-se a elevada presença de cargos de confiança nos cargos superiores com influência na tomada de decisões, a grande rotatividade de mão de obra técnica qualificada alocada no programa e a insuficiência de servidores públicos qualificados e com conhecimento técnico nos órgãos envolvidos.

Esses problemas foram identificados como obstáculos à realização das ações planejadas no Plano de Aquisições (PA) do programa, que precisou ser revisado devido às dificuldades e imprevistos enfrentados desde o início da vigência do contrato em 2014. A Nota Técnica nº 1/2021 da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, constante do Relatório de Auditoria Independente do Tribunal de Contas do Distrito Federal (2021b), expõe que as dificuldades enfrentadas pelo programa impactaram negativamente na realização das ações e metas programadas desde o início do contrato.

Portanto, fica claro que a presença de problemas estruturais no programa, que não foram completamente superados pela equipe da Administração Pública do Distrito Federal, teve um impacto significativo na execução do PROCIDADES-DF e na realização das ações planejadas. É importante ressaltar a necessidade de se implementar medidas efetivas para solucionar esses problemas e garantir a eficácia e efetividade do programa.

De acordo com o Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF (2021c), diversos fatores contribuíram para a ocorrência de atrasos na construção de obras, além dos impactos provocados pela pandemia de COVID-19. Esses fatores incluem:

- Atrasos na concessão de licenças ambientais: o processo de obtenção de licenças ambientais pode ser demorado e complexo, o que pode atrasar o início das obras.
- Invasões de áreas públicas: invasões de áreas públicas, como terrenos destinados à construção de obras públicas, podem causar atrasos e dificuldades para a realização dos trabalhos.
- Pendências em registros de titularidade de propriedades: questões relacionadas à titularidade de terrenos ou imóveis destinados à construção de obras podem causar atrasos e até mesmo inviabilizar a realização dos trabalhos.
- Cadastros imprecisos em empresas concessionárias de serviços públicos: problemas na atualização de cadastros em empresas concessionárias de serviços públicos, como fornecedoras de energia elétrica ou de água, podem atrasar a realização das obras.
- Morosidade nos processos licitatórios: processos licitatórios podem ser demorados, o que pode atrasar o início das obras.
- Ressalvas por parte do Tribunal de Contas do Distrito Federal: ressalvas ou recomendações feitas pelo TCDF podem atrasar a realização das obras.
- Adequações de projetos executivos e ajustes nos certames licitatórios: alterações nos projetos executivos das obras ou nos certames licitatórios podem causar atrasos na realização dos trabalhos.
- Atrasos nas assinaturas de contratos, na emissão de ordens de serviços e na execução dos contratos: processos burocráticos relacionados à formalização de contratos e emissão de ordens de serviços podem causar atrasos na realização das obras.
- Judicialização do processo licitatório e adjudicação de contrato de obra: disputas judiciais envolvendo empresas concorrentes no processo licitatório podem atrasar a realização das obras.

O programa PROCIDADES do Distrito Federal ainda não foi concluído, até o primeiro trimestre de 2023 existiam obras sendo finalizadas, os componentes 2 e 3 estão em desenvolvimento e o componente 1 está sem execução, e existe um certame para contratação de auditor externo para realização de Auditoria Final.

2. 1 Programas semelhantes

O PROCIDADES é um programa criado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 2006 que concede Facilidade Creditícia para melhorar a qualidade de vida em cidades do Brasil, principalmente em municípios que tenham uma população de menor renda, fortalecendo sua capacidade econômica com o adequado desenvolvimento urbano. É um programa desenvolvido exclusivamente para o Brasil pelo BID para suprir a demanda dos municípios brasileiros de financiamento para expandir e melhorar a gestão pública e a infraestrutura urbana e social.

O Programa (BID, 2006) financia iniciativas para o desenvolvimento econômico e urbano de forma integrada com o objetivo de melhoria dos serviços e da infraestrutura das cidades participantes, com o fortalecimento da eficiência e da capacidade de gestão desses Municípios, ampliando a oferta de serviços públicos locais.

No Brasil, de acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento existem 23 programas, em diferentes estágios de execução, denominados de PROCIDADES (Anexo B) conforme relação fornecida no Quadro 4 (IDB, 2023) a seguir:

Quadro 4 - Programas PROCIDADES

Número	Nome da Operação
BR-L1386	Actualización BR-L1055 Programa de Desarrollo Urbano e Inclusión Social de Niterói
BR-L1344	PROCIDADES – CASCAVEL Programa de Desarrollo Integrado del Municipio de Cascavel
BR-L1226	Programa Integrado de Desarrollo Social y Urbano del Municipio de Paranagua
BR-L1190	PROCIDADES – Recife
BR-L1187	PROCIDADES – Novo Hamburgo
BR-L1183	PROCIDADES – Colatina
BR-L1171	Programa de Desarrollo Urbano Integrado de Catanduva
BR-L1163	PROCIDADES – Programa de Desarrollo Integrado del Municipio de Passo Fundo-PRODIN
BR-L1117	Programa de Revitalização do Centro Histórico do Município de São Luís
BR-L1104	PROCIDADES – Campo Grande - Programa de Desarrollo Integrado
BR-L1099	PROCIDADES – Programa Mejoramiento Infraestructura Urbana Municipio Ponta Grossa
BR-L1096	PROCIDADES-ITAJAÍ – Programa de Desarrollo y Movilidad Urbana "Viva Cidade"
BR-L1094	Programa de Desarrollo Urbano Sostenible de Londrina - PROCIDADES – LONDRINA
BR-L1088	Programa de Desarrollo Urbano e Inclusión Socio-ambiental de Manaus

BR-L1087	PROCIDADES – Maringá: Programa de Mobilidade Urbana do Município de Maringá
BR-L1085	PROCIDADES – Toledo - Programa de Desenvolvimento Socio-Econômico Sustentável
BR-L1084	Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Aracaju
BR-L1083	PROCIDADES – Curitiba: Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Curitiba
BR-L1077	PROCIDADES – Programa Urbanização e Saneamento Ambiental Município Belford Roxo
BR-L1076	PROCIDADES – Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal-ADEs
BR-L1058	PROCIDADES – Programa de Urbanização Integral do Município de Nova Iguaçu
BR-L1057	PROCIDADES – Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Vitória
BR-L1055	PROCIDADES – Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Niterói

Fonte: IDB, 2023.

As informações referentes a esses programas são públicas e estão disponibilizadas no endereço eletrônico do Banco² e relacionadas no Anexo C deste trabalho,

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) criou 32 programas ativos voltados para o desenvolvimento urbano e habitação em 13 países, principalmente na América Latina e no Caribe, que possuem similaridades com a iniciativa PROCIDADES. Esses programas buscam melhorar as condições de vida nas cidades e garantir o acesso a habitação adequada para os residentes.³

O Governo Federal do Brasil também possui iniciativa semelhante ao financiamento creditício adotado pelo BID para o enfrentamento de problemas relacionados desenvolvimento regional com a realização de Projetos de melhoria urbana e investimentos em obras de infraestrutura, o Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades).

O Pró-Cidades foi instituído pelo Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS) em 2018 e atualmente é gerenciado pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional do Brasil.

O Programa tem como objetivo principal financiar projetos de infraestrutura urbana em municípios brasileiros, com foco no desenvolvimento econômico e na melhoria da qualidade de vida da população. Esses projetos abrangem intervenções de qualificação do espaço público (que podem incluir obras de pavimentação, saneamento básico, transporte

² Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/projects-search?country=§or=&status=&query=procidades>.

³ Disponível em: <https://www.iadb.org/es/sectores/desarrollo-urbano-y-vivienda/perspectiva-general>. Acesso em 23 de mar. De 2023.

público, iluminação pública, entre outros), o acesso aos equipamentos e mobiliários urbanos, a destinação de imóveis ociosos habitações de interesse social e o emprego de tecnologia para o desenvolvimento de cidades inteligentes.

Ele está estruturado em duas modalidades: Reabilitação da Área Urbana e Modernização Tecnológica Urbana.

A primeira, Reabilitação da Área Urbana, se destina a:

[...] aplicação dos instrumentos do Estatuto das Cidades e do Estatuto das Metrópoles, fomentando o acesso à terra urbanizada e à moradia bem localizada, a acessibilidade universal, a otimização de espaços públicos, a requalificação ambiental, a mitigação e contenção de riscos, a melhoria e implantação de equipamentos públicos e mobiliários urbanos, a reabilitação de imóveis vazios ou subutilizados prioritariamente para habitação de interesse social, bem como os ajustes legais e captação de informações necessária para o planejamento e implantação desses empreendimentos de forma exitosa⁴. (CCFGTS, 2018, n.p.).

Já a segunda modalidade, Modernização Tecnológica Urbana, prioriza as iniciativas voltadas para a implantação de soluções e ferramentas tecnológicas para o desenvolvimento de *Smart Cities*⁵ (cidades inteligentes), integrando a modernização tecnológica da infraestrutura urbana com a melhoria dos serviços públicos.

O Programa, assim como o PROCIDADES do BID, funciona como um mecanismo de contratação de operações de crédito para financiar ações para o Desenvolvimento Urbano e Regional, por meio de seleções públicas de projetos. Ele é subsidiado pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por meio do Orçamento Operacional do FGTS, e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e executado por meio de empréstimos contratados pela Caixa Econômica Federal (CEF).

Embora existam objetivos semelhantes entre o Pró-Cidades e a linha de crédito do Banco Interamericano de Desenvolvimento (que financia projetos de infraestrutura urbana em países da América Latina e do Caribe), esses são programas distintos com fontes de financiamento diferentes. O Pró-Cidades é uma iniciativa do governo brasileiro que utiliza recursos do FGTS e do BNDES, enquanto o BID é uma instituição financeira internacional que empresta recursos para países em desenvolvimento, incluindo o Brasil.

⁴ Resolução nº 897/2018 do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

⁵ Conceito de *smart city* (cidade inteligente) segundo as Nações Unidas é: um local onde as redes e serviços tradicionais são mais eficientes com o uso de soluções digitais para benefício de seus habitantes e empresas. Ou ainda, cidades que usam a tecnologia como ferramenta para otimizar a eficiência da cidade e de sua economia para melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos e proteger a natureza Disponível em: https://commission.europa.eu/eu-regional-and-urban-development/topics/cities-and-urban-development/city-initiatives/smart-cities_en.

2. 2 Histórico de financiamentos do BID no desenvolvimento regional no Brasil

A participação ativa de Instituições Financeiras Multilaterais no estímulo ao Desenvolvimento Regional e Econômico do Brasil acontece de longa data.

De acordo com Costa, González e Almeida (2014), os bancos multilaterais atuam como intermediários financeiros internacionais que captam recursos nos mercados privados e os direcionam para projetos públicos e privados com altos retornos econômicos e sociais, com contrapartida dos Estados Soberanos. Para garantir o sucesso desses programas, é fundamental a definição de indicadores que possam mensurar seus impactos e resultados econômicos, bem como a avaliação contínua deles.

O Brasil mantém relações com os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento desde o final dos anos 1940, quando o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), mais conhecido como Banco Mundial, concedeu seu primeiro empréstimo ao país no setor de energia. Em 1959, foi criado o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (COSTA; GONZÁLEZ; ALMEIDA, 2014). É importante destacar a relevância desses bancos como fonte de financiamento para projetos que visam o desenvolvimento econômico e social de países em desenvolvimento, como o Brasil, e a necessidade de uma relação contínua para garantir o sucesso desses programas.

Com um mercado atrativo para a atuação multilateral, tendo em vista o potencial de demanda para financiamentos, capacidade institucional e potencial de replicabilidade de projetos, essas instituições atuam de maneira relativamente organizada e em nichos específicos, determinados em função do conhecimento da área de atuação, custos operacionais e relacionamento institucional. (COSTA *et al.*, 2014, p. 14).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tem um importante papel no financiamento de projetos de desenvolvimento em todo o continente americano. No Brasil, em particular, o BID tem uma longa história de atuação e uma carteira de empréstimos em execução que representa aproximadamente 25% de sua exposição frente a todos os países mutuários.

Até o início dos anos 2000, o BID concentrou seus recursos em áreas de infraestrutura e social, como transporte, indústria, mineração, educação, construção de casas populares e saneamento básico. Nesse período, a atuação do BID no Brasil foi importante para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia e para a melhoria da qualidade de vida da população.

A partir de 2007, o BID mudou sua estratégia de atuação no Brasil, direcionando seus recursos para projetos que visam melhorar a qualidade do gasto público, aumentar a arrecadação tributária, melhorar a infraestrutura urbana e fomentar as Pequenas e Médias Empresas (PMEs). Essa mudança de enfoque reflete a preocupação do BID em promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo no Brasil.

De acordo com Costa, González e Almeida (2014), o Brasil se destaca como um mercado de interesse para o BID, com grande potencial para financiamentos para instituições públicas e privadas. Essa perspectiva é compartilhada por Stephanou (2006), que destaca o papel do BID como um importante parceiro do Brasil no financiamento de projetos de desenvolvimento.

A mudança de estratégia do BID a partir de 2007 teve como objetivo principal apoiar projetos que contribuam para a redução da desigualdade social, fomentar o crescimento econômico e a criação de empregos, além de promover a sustentabilidade ambiental. Essa nova abordagem incluiu um redirecionamento dos recursos do BID para projetos em nível estadual e municipal, com uma maior ênfase em áreas como a qualidade do gasto público e o fortalecimento do setor privado.

O apoio do BID a projetos de Pequenas e Médias Empresas é particularmente importante para o desenvolvimento econômico do país. Segundo dados do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), as PMEs representam mais de 99% do total de empresas no Brasil e geram cerca de 27% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Além disso, as PMEs são responsáveis por mais de 50% dos empregos formais no país.

Nesse contexto, o apoio do BID a projetos de PMEs pode contribuir para o fortalecimento do setor privado, para a criação de empregos e para a redução da desigualdade social. Além disso, os projetos apoiados pelo BID têm um impacto direto na qualidade de vida da população, uma vez que muitos deles são voltados para a melhoria da infraestrutura urbana e para a prestação de serviços básicos como saneamento e transporte público.

Entre 2016 e 2018 os investimentos na área de infraestrutura para o aumento de produtividade e competitividade do Brasil representaram 28% da carteira de negócios do BID no país, com foco na melhoria em transportes, energia, turismo, inovação e mercados financeiros. Já para o intervalo de anos de 2019-2022 a estratégia do Banco para o Brasil é promover o crescimento sustentável e a construção de um governo mais efetivo:

[...] apoyará los esfuerzos del país para generar un crecimiento económico sostenible, a través del aumento de la competitividad y la productividad con un gobierno capaz de proveer eficientemente los servicios públicos a la población. (BID, 2019, p. 15).

Conforme documento do BID, ele “sigue siendo el principal socio multilateral de Brasil. El Grupo BID (financiamiento con garantía soberana) representa actualmente el 37% del financiamiento multilateral¹⁸ y el 22% del financiamiento externo del país.” (BID, 2019, p. 9).

2.3 Avaliação e Monitoramento do PROCIDADES

O PROCIDADES é uma iniciativa importante para o desenvolvimento das cidades brasileiras, visto que a maioria das cidades no país enfrenta desafios significativos em relação à infraestrutura e serviços públicos. O programa oferece uma oportunidade para os governos locais investirem em projetos que podem melhorar a qualidade de vida da população e impulsionar o crescimento econômico das cidades.

Entre os anos de 2007 e 2014, foram aprovados 22 projetos no âmbito do PROCIDADES, contemplando 17 cidades e o Distrito Federal. O programa tem como objetivo fornecer financiamento para investimentos em infraestrutura urbana, serviços públicos e fortalecimento institucional dos governos locais.

É nesta linha de crédito que o Programa PROCIDADES do Distrito Federal se desenvolveu, com o empréstimo realizado em 2014, tendo como objetivo o estabelecimento de atividades econômicas alternativas para a população de baixa renda que vive no entorno das Áreas de Expansão Econômica Urbana do Distrito Federal, onde serão realizadas obras de melhoria da infraestrutura como: serviços de água, esgoto, drenagem, pavimentação e iluminação.

A maioria dos projetos do PROCIDADES foi pleiteada pelos estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil, seguidos pelos estados do Norte e Nordeste, enquanto a região Centro-Oeste teve menos projetos. Também é interessante notar que alguns municípios que excederam a população inicialmente prevista no escopo do programa foram incluídos nos projetos, como é o caso de Brasília.

É importante ressaltar que o desenvolvimento urbano é um desafio global e que as iniciativas para promovê-lo devem levar em consideração as particularidades de cada região.

Araújo (1999) propõe a adoção de uma política nacional de desenvolvimento regional, que pode ser avaliada por meio de indicadores específicos relacionados à infraestrutura, emprego e renda, entre outros aspectos.

Bartik e Bingham (1995) afirmam que é possível avaliar programas de desenvolvimento econômico, desde que sejam utilizados indicadores adequados e se leve em conta a infraestrutura local. Finalmente, o BID (2014a) destaca a importância de se avaliar programas de desenvolvimento urbano, como o PROCIDADES, por meio de indicadores de impacto.

Além dos autores citados anteriormente, outros pesquisadores também enfatizam a importância de se utilizar indicadores para avaliar políticas públicas. Por exemplo, Alves e Menezes (2016) defendem a utilização de indicadores de desempenho para avaliar programas de educação profissional e tecnológica. Segundo eles, esses indicadores podem fornecer informações valiosas sobre a qualidade dos cursos, a empregabilidade dos egressos e o impacto dos programas na economia local.

Weiss (1998) destaca a importância dos indicadores ao propor um modelo de avaliação baseado em seis critérios: relevância, eficiência, eficácia, impacto, sustentabilidade e viabilidade. Segundo Weiss, cada um desses critérios deve ser avaliado por meio de indicadores específicos, que devem ser selecionados de acordo com os objetivos da política ou programa em questão.

A avaliação dos projetos de PROCIDADES é requisito do BID:

O Regulamento Operativo do PROCIDADES prevê que durante a elaboração do Projeto sejam estabelecidos mecanismos de avaliação e monitoramento para os diferentes componentes, visando o alcance dos resultados estabelecidos no Projeto. (BID, 2012a, p. 21).

As cidades que aderiram ao PROCIDADES precisaram desenvolver mecanismos de avaliação de seus programas, como por exemplo, Marco Lógico ou a Matriz de Resultados. Esses mecanismos têm como objetivo o acompanhamento do desenvolvimento do projeto, bem como, analisar os resultados alcançados, por componente contratado, avaliar os indicadores de produto e de impacto, implementação e execução dos projetos, fatores que afetaram a sua execução, sustentabilidade do projeto, dos investimentos e desempenhos dos seus agentes envolvidos (BID, 2012a).

Para garantir que esses projetos sejam bem-sucedidos e tenham impacto positivo na população-alvo, o BID adota uma estratégia de monitoramento e avaliação que inclui a análise da viabilidade dos projetos e o acompanhamento do seu desempenho ao longo do tempo. O Banco também avalia a capacidade dos governos e outras instituições envolvidas na implementação dos projetos, por meio de ferramentas como o Sistema de Avaliação da

Capacidade Institucional – SECI⁶ a fim de identificar a capacidade de gestão e manutenção do programa, pontos fortes e oportunidades de melhoria (BID, 2012a).

Uma das principais vantagens dessa estratégia é que ela permite que o BID e outras partes interessadas aprendam com as experiências de projetos bem-sucedidos e as boas práticas identificadas ao longo do processo de monitoramento e avaliação. Isso contribui para o aumento da efetividade dos projetos e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida da população-alvo fazendo com que a avaliação de seus programas seja um instrumento de aprendizagem para todos os envolvidos no projeto.

A estratégia de monitoramento e avaliação também ajuda a garantir a transparência e a prestação de contas em relação ao uso dos recursos financeiros destinados aos projetos financiados pelo BID. Isso aumenta a confiança da população e de outras partes interessadas nos projetos e nas instituições envolvidas na sua implementação. Em resumo, a estratégia de monitoramento e avaliação adotada pelo BID é uma ferramenta essencial para garantir o sucesso dos projetos financiados pela instituição e contribuir para o desenvolvimento sustentável da América Latina.

A ferramenta da avaliação é considerada muito importante, e prioridade na contribuição de uma forma mais eficaz e eficiente de assegurar o sucesso de um projeto e o conseqüente impacto deste, no avanço do desenvolvimento. (STEPHANOU, 2006, p. 150).

Ainda de acordo com Stephanou (2006), para o BID a avaliação de impacto de seus programas se divide em duas categorias: Avaliação Operativa (impacto e efeito) e a Avaliação de Impacto (ou Avaliação *ex-post*).

Observando a Matriz de Avaliação de Impacto (quadro 5) é possível perceber a tendência de se avaliar os impactos dos projetos financiados. Este impacto, entendido como a relação entre a implementação de um programa e seus resultados, se configura como o ponto principal da análise dos projetos.

Quadro 5 - Matriz de Avaliação de Impacto

Matriz	Questões	Análise
Avaliação Operativa	Continuidade do Projeto Efetividade Eficiência Efeitos e Impactos	Indicadores Fontes de dados Método de Coleta de Dados

⁶ “Sistema de Evaluación de la Capacidad Institucional - SECI: Metodología aplicada por el BID para determinar la capacidad institucional disponible o necesaria de los organismos ejecutores de proyectos, en términos de gestión administrativa, financiera-contable y de control interno para implementar los componentes y ejecutar las actividades previstas en el proyecto’ (BID, 2012a, p. 6).

Avaliação <i>ex-post</i>	Impactos tecnológicos Impactos institucionais Impactos econômicos Impactos políticos Impactos sociais Impactos ambientais Outros	Indicadores Fontes de dados Método de Coleta de Dados
--------------------------	--	---

Fonte: Stephanou (2006, p.154).

Com um percentual aproximado de 3,32% das políticas públicas nacionais voltadas às iniciativas de desenvolvimento Regional, 7,4% destinadas a infraestrutura e 21,1% ao desenvolvimento econômico (BRITO; MELO; ALENCAR, 2022.p. 22), com grande aporte de recursos públicos investidos nessas Políticas, é imperativo o acompanhamento bem próximo do Governo dessas iniciativas. “Os governos precisam ser capazes de avaliar suas ações e demonstrar seu impacto positivo sobre a vida dos cidadãos.” (SEIXAS; SACCARO JUNIOR, 2022, p. 23).

A forma de realizar o acompanhamento de perto dessas ações, com o objetivo de reavaliar os caminhos tomados, os resultados alcançados, e como uma ferramenta de tomada de decisão, é a realização de uso de indicadores para avaliação do programa, projeto e até mesmo da política pública.

É importante que o monitoramento, a avaliação e o controle posteriores sejam elaborados e planejados antes da implementação da política pública, com a definição de quais indicadores e ações serão necessários, quem serão os responsáveis e quando e como essas ações serão desenvolvidas e seus resultados comunicados. (BRASIL, 2018a, p. 12).

O PROCIDADES no Distrito Federal possui avaliação regular com a emissão de relatórios semanais, auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e Controladoria Geral do Distrito Federal, relatórios de auditoria realizada após a execução de 60% do programa e uma final, a ser realizada até em 6 meses após a conclusão do Programa, sendo essas duas últimas realizadas por auditores independentes contratados pelo Banco.

Os mecanismos de monitoramento e avaliação previstos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2014a), de acordo com as diretrizes estabelecidas para o Programa do PROCIDADES, incluem:

Relatórios Semestrais apresentados pelo órgão executor dentro de 60 (sessenta) dias seguintes ao término de cada semestre, onde deverão constar informações referentes à execução do Projeto e deverão conter o cumprimento dos indicadores definidos na Matriz de Resultado do Programa.

Auditoria Externa composta por demonstrações financeiras, com periodicidade de apresentação de até 120 (cento e vinte) dias após o término do exercício fiscal, e realizada por auditores independentes. No caso do PROCIDADES-DF a auditoria é realizada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Relatório de Avaliação Intermediária a ser apresentado por auditor externo, no prazo de 90 (noventa) dias após o desembolso de 50% dos recursos do programa ou após 30 meses de execução do Programa.

Relatório de Auditoria Final elaborado por um consultor externo ao PROCIDADES em até 90 dias após o desembolso de 90% dos recursos do programa.

Esse relatório deve incluir uma série de resultados obrigatórios, tais como a execução financeira por componente, o cumprimento das metas de produtos e resultados, os avanços dos impactos conforme indicadores definidos na Matriz de Resultados, a conformidade com os requisitos e especificações ambientais definidos no Relatório de Avaliação Ambiental do Programa e respectivas licenças, os impactos socioambientais, o cumprimento dos compromissos contratuais e as auditorias realizadas, bem como a comprovação das tarefas de operação e manutenção das obras concluídas.

A fim de garantir a qualidade e confiabilidade do relatório de auditoria final, é recomendável que o consultor externo escolhido possua experiência comprovada em avaliação de projetos e programas semelhantes. Além disso, é importante que o relatório seja elaborado de forma clara e objetiva, de modo a permitir a fácil compreensão dos resultados e conclusões apresentados.

Portanto, é fundamental que o PROCIDADES assegure a elaboração do relatório de auditoria final dentro dos prazos estabelecidos pelo BID, bem como a escolha de um consultor externo qualificado e a disponibilização de todos os documentos e informações necessárias para a sua elaboração. Dessa forma, será possível avaliar de forma precisa e transparente os resultados alcançados pelo programa, bem como identificar possíveis áreas de melhoria para futuros projetos e programas.

3 METODOLOGIA

3.1 Materiais e Métodos

O presente estudo adotou uma abordagem qualitativa baseada na análise documental de informações em documentos públicos para a identificação de indicadores de impacto e econômico relacionados aos Programas PROCIDADES

Primeiramente, foi realizada uma extensa revisão dos documentos disponíveis, incluindo relatórios governamentais, estatísticas e documentos legislativos relacionados à região de interesse. Em seguida, os documentos foram cuidadosamente examinados e os dados relevantes foram extraídos e organizados categoricamente.

A pesquisa iniciou por uma Revisão de Literatura, que teve como objetivo analisar as principais referências teóricas sobre o tema de indicadores de impacto e econômico no contexto do PROCIDADES.

Seguida da análise documental das informações divulgadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Tribunais de Contas e Órgãos de Controle, Secretarias e Instituições Públicas envolvidas na execução dos Programas PROCIDADES, PROCIDADES-DF e Pró-Cidades. A documentação analisada consistiu em: contratos, relatórios de gestão, de auditoria ou de execução e outros documentos divulgados ao público em geral. A análise envolveu a identificação dos indicadores buscando: definição do indicador, fonte; periodicidade de sua publicação, estabilidade de apresentação, se o indicador possui um índice previamente estabelecido, se tinha alguma meta associada (CASTALDELLI JÚNIOR; AQUINO, 2011).

O recorte temporal da pesquisa inclui o período de 7 anos, abrangendo os anos de 2014 a 2021. Essa seleção temporal permitirá que as referências sejam atualizadas e relevantes para o contexto atual da pesquisa. As palavras-chave utilizadas na busca serão: “Avaliação de Políticas Públicas” “Indicadores (considerando os de impacto, econômicos, de resultado e de produto)”, e “PROCIDADES”. Cada uma dessas palavras-chave representa aspectos fundamentais do campo de estudo.

Na pesquisa sobre Avaliações de Políticas Públicas foram analisados, conceitos, tipos, funções e ciclo de gestão.

Os indicadores são métricas e critérios utilizados para avaliar a qualidade de serviços, processos ou produtos, permitindo identificar pontos fortes, áreas de melhoria e resultados alcançados. Nesta pesquisa foram selecionados os indicadores:

- de Impacto, importantes para medir os efeitos da política pública após as intervenções realizadas pelos Programas e auxiliar no processo de tomada de decisão sobre sua manutenção ou não;
- Econômicos utilizados na avaliação de eficiência da política pública;
- de Resultado necessários para medir se os objetivos previstos no programa foram alcançados; e
- de Produto que medem o alcance das metas estipuladas em números de entregas de bens ou serviços.

Por fim, o termo "PROCIDADES" representa um programa ou projeto específico relacionado ao desenvolvimento regional e social de cidades e municípios brasileiros.

Após a seleção das referências, foram realizadas análises e sínteses dos conteúdos encontrados, com o objetivo de identificar as principais contribuições teóricas sobre o tema. A partir disso é possível desenvolver uma reflexão crítica sobre a importância das avaliações da qualidade dos indicadores comuns ao PROCIDADES-DF para o desenvolvimento de programas similares.

Nesse sentido, a pesquisa contribui para o aprofundamento do conhecimento sobre a importância das avaliações da qualidade dos indicadores comuns ao PROCIDADES, bem como para a reflexão sobre os desafios e oportunidades de se implementar essas avaliações na gestão pública.

Pesquisas qualitativas valem-se da “avaliação de percepções dos atores acerca de várias questões [...] e pela identificação das características subjetivas do tema estudado” (RESENDE *et al.*, 2017, p. 393) possuindo grande capacidade de dialogar com outros tipos de pesquisas e abordagens.

No caso de Políticas Públicas elas são instrumentos auxiliares, ajudam a mensurar o uso de recursos e destacar questões institucionais importantes para a criação de um sistema de avaliação, conforme expõe Resende (2017), elas são de fundamental importância, porém são insuficientes, sendo preciso avaliar outras questões.

Com o intuito de identificar os indicadores em comum nos programas de desenvolvimento regional desenvolvidos no PROCIDADES, será realizada uma busca pelos

indicadores descritos nos métodos de avaliação do programa, nos relatórios de auditoria e nos relatórios dos projetos desenvolvidos.

A utilização de dados e informações disponíveis em fontes confiáveis como os Planos Plurianuais dos Governos, bancos de dados de instituições especializadas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), é fundamental para a análise dos indicadores comuns ao PROCIDADES.

A avaliação desses indicadores e a verificação do alcance das metas estabelecidas é de extrema importância para garantir a efetividade das políticas públicas implementadas pelo governo municipal ou estadual.

No entanto, é importante destacar que o recorte temporal da pesquisa, 2014 a 2021, pode apresentar algumas limitações na análise dos dados. Embora as fontes mencionadas sejam de grande relevância e confiabilidade, algumas informações podem estar defasadas em relação ao cenário atual, o que pode dificultar a compreensão da realidade atual. Outra questão importante a ser considerada na metodologia de identificação e avaliação dos indicadores é a definição de critérios claros e objetivos para a seleção dos indicadores a serem analisados.

A escolha dos indicadores deve considerar sua relevância para a avaliação do impacto das políticas públicas implementadas e sua capacidade de fornecer informações precisas e confiáveis. Dessa forma, a proposta metodológica deve levar em conta não apenas as fontes de dados e informações a serem utilizadas, mas também os critérios de seleção dos indicadores a serem analisados.

3.2 Abrangência Regional da Pesquisa

A complexidade inerente à abrangência regional da pesquisa se inicia com a conceituação do que seja região, que encontra diferentes acepções em diferentes autores. “Tal problemática é bem discutida por Cunha, Simões e Paula (2008), e Behrens e Thisse (2007) e Limonad e Randolph (2002), que também fazem um resgate histórico de ampla literatura que versa sobre o tema.” (RESENDE *et al.*, 2014, p. 25).

O que fazer “quando microdados georreferenciados não estão disponíveis, a questão é qual seria o melhor modo de agregar os dados para se conduzir uma análise regional” (RESENDE *et al.*, 2014, p. 26), como representar as pessoas do território e como trabalhar as diferenças em escalas, ao exemplo de problemas que envolvam amostras nacionais e locais?

Resende *et al.* (2014), Yamamoto (2008), Briant, Combes e Lafourcade (2010), Fingleton (2011); Menon (2012), Resende e Magalhães (2013) e Openshaw e Taylor (1981) atribuem as incertezas da escolha de escala de análise ao problema de agregação de dados, o seja, que está associado a escolha do número de zonas (unidade de área modificável - em inglês, *Modifiable Areal Unit Problem* -MAUP) a serem adotadas para amostragem, e as implicações de suas escolhas para a análise espacial, bem como, a disponibilidade de dados e informações sobre a escala selecionada.

Para Resende e Magalhães (2013, p. 35) “não existe uma escala de análise capaz de sintetizar todas as respostas procuradas de forma mais precisa e mais clara que as outras”, dessa forma, não existe uma escala de análise que seja capaz de sintetizar toda a dinâmica regional.

Para definir o objetivo de uma política ou programa, deve-se delimitar o seu o alcance territorial sendo necessário para tanto a realização de pesquisas em vários níveis a fim de se obter dados e informações mais confiáveis que representem as amostras definidas para pesquisa.

Ao utilizar fontes de dados locais, o governo pode beneficiar-se de informações mais precisas e detalhadas sobre a região objeto das intervenções necessárias, sendo um subsídio para a tomada de decisões e definição de Políticas Públicas, valendo-se também desses recursos para a realização de avaliação *ex-ante* quanto *ex-post* de seus programas.

Os governos possuem instrumentos de planejamento e monitoramento de políticas públicas sendo “uma das principais referências é o Plano Plurianual - PPA, com horizonte de quatro anos, com seus diversos indicadores físicos e orçamentários de execução das políticas públicas federais” (BRASIL, 2018b, p. 16), onde os programas temáticos previstos são avaliados, resultados aferidos e relacionadas as dificuldades e propostas de execução.

Outras fontes ricas de informação são os censos e pesquisas amostrais. “O Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE constitui-se em fonte muito rica de indicadores de diagnóstico pelo escopo temático, pela desagregação territorial e populacional e pela comparabilidade inter-regional”. (IPEA, 2018, p. 113).

Existem também as pesquisas amostrais multitemáticas, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD e a Pesquisa Distrital de Amostra de Domicílios – PDAD.

Porém o Censo não abrange o recorte cronológico abrangido pela pesquisa, considerando que o último ocorreu em 2010, antes, portanto da instituição do PROCIDADES do Distrito Federal e o PNAD abrange apenas o Distrito Federal como um todo, não havendo pesquisa por cidade satélite não sendo possível extrair os dados necessários para avaliar a

evolução da economia ou o desenvolvimento na região onde houve investimentos do Programa.

No caso do Distrito Federal a Pesquisa Distrital de Amostra por Domicílio (PDAD), por exemplo, é uma importante ferramenta de coleta de dados socioeconômicos e demográficos dos domicílios do Distrito Federal, fornecendo uma visão abrangente da população local. Dessa forma, a PDAD pode auxiliar os gestores a entender melhor as características e desafios específicos enfrentados pela população da região, características que também são válidas a nível municipal e estadual.

Outra fonte de dados locais importante é o Portal de Informações Estatísticas do Distrito Federal, que disponibiliza dados atualizados sobre diversos temas, incluindo indicadores de saúde, educação, meio ambiente, entre outros. Esse portal oferece informações detalhadas e confiáveis, que podem ser utilizadas para embasar as análises da pesquisa. Além disso, o Atlas do Distrito Federal é uma ferramenta valiosa para a visualização de informações geográficas e cartográficas sobre a região, incluindo dados sobre infraestrutura, equipamentos públicos e áreas verdes.

Ao utilizar essas fontes de dados locais é possível se obter uma compreensão mais completa da realidade do Distrito Federal. Além disso, essas fontes podem auxiliar aos gestores identificar problemas e oportunidades específicas da região, e a desenvolver soluções e propostas de políticas públicas mais adequadas às necessidades da população local.

O uso de fontes de dados locais, como a PDAD, o Portal de Informações Estatísticas do Distrito Federal e o Atlas do Distrito Federal, é fundamental para garantir a qualidade e a precisão dos resultados da pesquisa, além de contribuir para a elaboração de propostas mais eficazes e relevantes para a população do Distrito Federal.

Entretanto todos esses instrumentos esbarram na dificuldade de localização de dados delimitados por região de instalação das Áreas de Desenvolvimento Econômico – ADEs.

No âmbito das pesquisas Nacionais, os dados se restringem à Unidade da Federação, apenas Distrito Federal, e em pesquisas distritais, os dados se limitam as Cidades Satélites, sem alcançar as regiões onde estão instaladas as áreas de desenvolvimento econômico.

O Distrito Federal é uma Unidade Federativa do Brasil localizada na região Centro-Oeste, criada com a finalidade de abrigar a capital federal, Brasília. O DF possui peculiaridades políticas e administrativas que diferem a sua gestão das demais unidades federativas.

Devido à característica político-administrativa do Distrito Federal, que não é constituído por municípios, mas sim por cidades satélites, não há prefeituras e governos

municipais,, a gestão financeira é centralizada no Governo do Distrito Federal, que distribui os recursos em suas inúmeras secretárias e instituições públicas e realiza as obras e investimentos em todo o Estado.

Devido a essa característica administrativa, a coleta e processamento de dados no Distrito Federal pode apresentar desafios distintos dos encontrados em outras unidades federativas. Por exemplo, a coleta de dados em nível local pode ser mais difícil ou mesmo impossível. Além disso, as áreas de desenvolvimento econômico podem ser definidas de forma diferente das utilizadas em outros estados, o que pode dificultar a comparação de dados e o estudo de impactos regionais específicos.

Outro desafio em relação à coleta de dados no Distrito Federal é a sua alta concentração populacional e econômica em uma área relativamente pequena. Isso pode levar a problemas de representatividade de dados, uma vez que as informações coletadas em uma determinada região podem não refletir adequadamente a situação em outras áreas da unidade federativa.

Além disso, o Distrito Federal possui uma grande população flutuante, composta por pessoas que se deslocam diariamente de outras cidades e estados para trabalhar ou estudar na capital federal. Essa mobilidade populacional pode influenciar na coleta de dados, uma vez que é necessário considerar a origem dessas pessoas e como elas contribuem para os indicadores sociais e econômicos do DF.

Por fim, o Distrito Federal apresenta uma diversidade de comunidades e grupos sociais, com diferentes níveis de desenvolvimento e acesso a serviços públicos. Essa diversidade pode exigir estratégias de coleta de dados mais sensíveis às particularidades de cada grupo, a fim de garantir uma análise mais precisa e abrangente da realidade social e econômica do DF.

Em resumo, a peculiaridade administrativa do Distrito Federal pode apresentar desafios distintos para a coleta e processamento de dados, o que requer estratégias e metodologias específicas para garantir a representatividade e precisão das informações coletadas.

3.3 Avaliações da Qualidade dos Indicadores

As avaliações da qualidade dos indicadores comuns ao PROCIDADES são fundamentais para garantir que eles sejam precisos, confiáveis e relevantes para avaliar o desempenho e a eficiência das ações implementadas pelos municípios no âmbito do programa.

Para garantir a qualidade desses indicadores, são utilizados diversos critérios de avaliação, tais como:

- Validade: o indicador mede o que se propõe a medir?
- Confiabilidade: o indicador é consistente e preciso?
- Sensibilidade: o indicador é capaz de detectar mudanças relevantes no desempenho ou na eficiência da gestão pública municipal?
- Relevância: o indicador é relevante para o objetivo do programa e para a realidade dos municípios?
- Facilidade de cálculo e de interpretação: o indicador é fácil de calcular e de interpretar pelos gestores municipais e pelos cidadãos?

A validação desses indicadores é realizada por especialistas em gestão pública, por gestores municipais e por representantes da sociedade civil. É importante que os indicadores sejam claros e objetivos, para que possam ser facilmente compreendidos e utilizados pelos gestores públicos e pela população.

Além disso, é importante que os indicadores sejam atualizados regularmente e que possam ser adaptados às diferentes realidades dos municípios e estados. Isso permite que o programa possa evoluir e se adequar às mudanças nas demandas e necessidades dos municípios brasileiros.

Em resumo, as avaliações de qualidade dos indicadores comuns ao PROCIDADES são essenciais para garantir que o programa cumpra seus objetivos e para fornecer informações precisas e confiáveis sobre o desempenho e a eficiência da gestão pública municipal.

A avaliação dos indicadores será pautada na análise SMART dos indicadores (específico, mensurável, atribuível, relevante e delimitado no tempo), que expressam se o índice possui as propriedades desejáveis estabelecidos na literatura internacional, conforme exemplifica o IPEA (2015).

Os parâmetros para avaliação do indicador analisado são:

- Atende as propriedades SMART: Específico; Mensurável; Alcançável/Atribuível; Relevante e Delimitado no tempo?
- É aderente aos atributos desejáveis de indicadores, que são: Relevância para a agenda política; Validade de representação; Confiabilidade de medida; Cobertura populacional; Sensíveis às mudanças a serem provocadas pelo conjunto de ações previstas no programa; Específicos; Verificáveis;

Desagregabilidade; Comunicáveis/ Objetivos; Viáveis economicamente; e Atualizáveis e repetíveis.

- É comum a outro componente do PROCIDADES/DF?

Tabulados os parâmetros, conforme o modelo (Apêndice A), será possível avaliar se o indicador atende aos requisitos necessários para que possa ser recomendando o seu uso em outros programas, conforme modelo disposto na Tabela 1.

Tabela 1 - Avaliação do Indicador

Parâmetro	Critérios	Método de Avaliação
Atende as Propriedades SMART?	Possui as seguintes propriedades: Específico; Mensurável; Alcançável/ Atribuível; Relevante e Delimitado no tempo.	Sim ou não
É aderente aos atributos desejáveis de indicadores	Possui os seguintes Atributos: Relevância para a agenda política; Validade de representação; Confiabilidade de medida; Cobertura populacional; Sensíveis às mudanças a serem provocadas pelo conjunto de ações previstas no programa; Específicos; Verificáveis; Desagregabilidade; Comunicáveis/ Objetivos; Viáveis economicamente; e Atualizáveis e repetíveis	Sim ou não
É comum a outro componente do PROCIDADES?	SIM/ NÃO	Sim ou não
Adesão aos parâmetros	O uso é recomendável ou não em outros Programas de Desenvolvimento Regional ou Econômico	Até 11 critérios não recomendável, de 12 a 14 parcialmente, recomendável e de 15 a 17 recomendáveis

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2022.

3.4 Plano de Análise e Interpretação dos Dados

O Plano de Análise e Interpretação dos Dados é uma seção importante em um trabalho de pesquisa, onde são descritos os procedimentos adotados para analisar os dados coletados e interpretar os resultados obtidos. No caso descrito, após a coleta dos dados necessários, eles foram submetidos a uma análise qualitativa. Os dados foram coletados através da pesquisa de

informações públicas disponíveis em sites institucionais e, em seguida, foram analisados e interpretados com base no referencial teórico construído ao longo da pesquisa.

É mencionado que o estudo adotado se enquadra na abordagem qualitativa de pesquisa. De acordo com Gil (2002), a pesquisa qualitativa envolve o "estudo do uso e coleta de uma variedade de métodos empíricos".

O plano de análise e interpretação dos dados deve contemplar os seguintes passos:

Coleta de dados: Os dados necessários para a análise dos indicadores comuns ao PROCIDADES devem ser coletados a partir das fontes de dados confiáveis já mencionadas, como por exemplo: Planos Plurianuais dos Governos, bancos de dados do IBGE, IPEA e CODEPLAN, relatórios de auditoria, documentação pública disponível em sites institucionais e instrumentos de controles das instituições envolvidas nos Programas objeto deste estudo. É importante garantir a confiabilidade e atualidade dos dados selecionados.

Organização dos dados: Os dados coletados devem ser organizados de forma sistemática para facilitar a análise. É possível utilizar planilhas ou software especializado para armazenar e organizar os dados de maneira eficiente.

Análise descritiva: Inicialmente, é importante realizar uma análise descritiva dos indicadores, examinando suas principais características, tendências e variações ao longo do tempo. Gráficos, tabelas e medidas estatísticas podem ser utilizados para representar e resumir os dados.

Comparação entre indicadores: É fundamental realizar uma comparação entre os indicadores selecionados para identificar possíveis relações e padrões e a identificação de tendências e padrões:

A análise dos indicadores ao longo do período selecionado permitirá observar se houve melhorias ou pioras nos indicadores ao longo do tempo, identificar possíveis fatores que influenciaram essas tendências e discutir suas implicações para a gestão municipal.

Reflexão crítica: Com base na análise dos indicadores, é importante desenvolver uma reflexão crítica sobre a importância das avaliações *ex-post* no contexto do PROCIDADES. Isso inclui discutir os desafios e oportunidades de implementar avaliações de indicadores comuns, bem como as implicações práticas das teorias encontradas para a gestão pública municipal.

Sistematização das informações: Após a análise dos indicadores, é necessário sistematizar as informações obtidas de forma clara e objetiva. Pode-se elaborar relatórios, resumos ou apresentações que apresentem os principais resultados e conclusões da análise.

Identificação de lacunas de conhecimento: Durante a análise dos indicadores, podem surgir lacunas de conhecimento ou áreas que necessitam de mais estudos. É importante identificar essas lacunas e discuti-las, indicando possíveis direções para pesquisas futuras.

Discussão das implicações práticas: Por fim, é relevante discutir as implicações práticas das teorias e resultados encontrados na análise dos indicadores. Isso inclui abordar as implicações para a gestão pública municipal, as possíveis melhorias que podem ser implementadas com base nos resultados e suas limitações.

3.5 Resultados obtidos

Após a análise de documentação referente aos Programas PROCIDADES, foram identificados dois principais tipos de indicadores:

Os indicadores de resultado: utilizados para medir os efeitos dos programas, ou seja, os resultados alcançados em relação aos objetivos estabelecidos. Eles podem incluir indicadores relacionados a mudanças sociais, econômicas, ambientais ou de qualidade de vida da população. Por exemplo, um indicador de resultado pode ser a redução da taxa de desemprego, o aumento da renda média familiar, a diminuição da criminalidade, a melhoria da qualidade da educação, entre outros.

E os indicadores de produto: utilizados para monitorar e avaliar as atividades e entregas realizadas no âmbito do programa. Eles estão relacionados a produtos tangíveis, como construção de infraestruturas, instalação de equipamentos, realização de capacitações, entre outros. Os indicadores de produto medem aspectos como quantidade, qualidade, abrangência ou cobertura das atividades realizadas. Por exemplo, um indicador de produto pode ser o número de unidades habitacionais construídas, a extensão de vias pavimentadas, a quantidade de pessoas capacitadas em um programa de empregabilidade, entre outros.

São poucos os indicadores de impacto descritos na documentação relacionada aos Programas e desses, alguns foram descontinuados ou substituídos por indicadores de resultado. Na referida documentação analisada não foram identificados indicadores econômicos.

Os resultados da pesquisa estão organizados em informações sobre o PROCIDADES Distrito Federal e os PROCIDADES Municipais conforme descritos a seguir:

3.5.1 Sobre o PROCIDADES Distrito Federal

Pesquisa realizada nos 23 documentos públicos referentes aos Planos Plurianual do Governo do Distrito Federal publicados durante o período de 2014 a 2021, recorte temporal desta pesquisa, utilizando as palavras chaves PROCIDADES; DESENVOLVIMENTO ECONOMICO; INFRAESTRUTURA; e URBANISMO, relacionadas aos indicadores retornou as seguintes observações:

No Plano Plurianual de 2012 a 2014 e de 2015 a 2019 não constam indicadores relacionados ao componente IV do Programa PROCIDADES, já no PPA de 2020-2023 foram elencados dois tipos de indicadores: 2 indicadores de impacto e 3 de objetivo, nomenclatura adotada para indicadores de produto.

Foram analisados 6 relatórios de Relatórios de Auditoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal sob o título de: *Relatórios dos Auditores Independentes: Demonstrações Financeiras Básicas do Projeto* executados durante o período temporal correspondente a presente pesquisa, foi realizada a busca por indicadores relacionados ao Componente IV do PROCIDADES/DF, com o uso das seguintes palavras chaves: PROCIDADES, Indicador, Urbanismo; Infraestrutura e não foram obtidos resultados relacionados aos indicadores.

Também foram analisados 23 documentos referentes à Prestação de Contas do Governador do Distrito Federal utilizando os mesmos critérios e obtendo os mesmos resultados.

A Controladoria Geral do Distrito Federal (CGDF) produziu, no período já citado, 11 Relatórios de Auditoria e de Inspeção dedicados as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Econômico e Secretarias derivadas de seu desmembramento, bem como, o *Relatório de Avaliação dos Resultados quanto à Eficiência e Eficácia da Gestão Governamental, por Programa de Governo Exercício 2020 Programa Temático 6207 – Desenvolvimento Econômico*, sendo que apenas esse último trouxe informações sobre os indicadores relacionados ao PROCIDADES/DF e considerações sobre seu uso, porém esses indicadores não se referem ao Componente IV- Urbanismo e Infraestrutura.

Por mais que os indicadores encontrados sejam importantes e metodologicamente funcionais, eles “não podem ser considerados gerenciáveis pela SDE, visto que não permitem sua mensuração em todos os exercícios de vigência do PPA, sendo que alguns nem possuem periodicidade regular e definida.” (CGDF, 2021, p. 42).

3.5.2 Sobre o PROCIDADES Municipais

Da documentação pública disponível em sites institucionais sobre os programas do PROCIDADES foram analisado 1089 documentos referentes aos 23 programas existentes.

Desses programas 4 foram cancelados, 17 encontram-se encerrados e 2 em execução. São 11 programas com relatório de conclusão divulgados, 3 não divulgados e 9 não possuem relatório de encerramento.

Mais de 790 indicadores foram Identificados e avaliados, disponíveis em Relatórios de Avaliação, Perfis de Projetos, Propostas de Empréstimos, Relatórios Finais de Avaliação, Planos de Monitoramento e Avaliação dos 23 Programas PROCIDADES desenvolvidos no país.

Desse montante, 36 indicadores são de impacto encontrados em 13 dos 23 programas, sendo os mais comuns os relacionados ao índice de Qualidade de Vida Urbana ou Municipal (IQVU) e o aumento do valor do imóvel na região de intervenção de infraestrutura e urbanismo pelo Programa.

As cidades que previram os indicadores de impacto em seus Programas PROCIDADES são: Vitória/ ES; Curitiba/PR; Belford Roxo/RJ; Toledo/PR; Maringá/PR; Itajaí/SC; Campo Grande/MS; São Luis/MA; Cadanduva/SP; Novo Hamburgo/RS; Recife/PB; Manaus/AM e Paranaguá/PR.

A exemplo de Campo Grande, Toledo e Novo Hamburgo, outros Programas converteram os indicadores de impacto em indicadores de resultado, tendo como principal motivo para substituição do tipo de indicador “a dificuldade de identificar a relação de causa e impactos atribuídos as intervenções realizadas, bem como é complexo metodologicamente encontrar grupos de controle com características semelhantes” (BID, 2014b, pg. 19).

Outros 10 programas utilizaram-se apenas de indicadores de resultado e de produto para realizar a avaliação do programa.

Dos indicadores analisados 258 são indicadores de resultado e 486 indicadores de produtos, os demais foram indicadores de impacto ou de resultado utilizados como indicadores de impacto.

Em sua maioria, os indicadores de resultado aferiram:

- a redução de gasto de combustível e de tempo de viagem de automóveis coletivos e privados;
- famílias atendidas em programas sociais residenciais com acesso ao saneamento básico;
- valorização do imóvel na região com intervenções realizadas;

- público frequentador e satisfação de usuário.

Foram utilizados como unidades de mensuração: porcentagem, quilômetros por horas, minutos, número de famílias atendidas, reais por metros quadrados e números de visitantes,. Em alguns casos, não foram definidas a unidade de medida ou o resultado pretendido com o indicador.

No caso dos indicadores de produtos foram aferidos:

- realização das obras;
- construção de ciclovias e passeios públicos;
- restauração de edifícios;
- construção de parques e praças, quadras e ginásios esportivos;
- construções de vias;
- construção de terminais e corredores exclusivos de ônibus; e
- instalação de equipamentos públicos, como creches, escolas, Unidades de Pronto Atendimento e centros de referência.

Nos indicadores de produtos, foram utilizadas mais as unidades de medidas: porcentagem, unidades, quilômetros/ horas, minutos, quilômetros, metros, metros quadrados, número de famílias atendidas, conexões realizadas, obras realizadas, números de visitantes, reais por metros quadrados.

Assim como no caso anterior, alguns indicadores não possuem unidade de medida ou resultados definidos.

3.6 Análise dos dados coletados

A metodologia adotada na pesquisa permitiu uma análise aprofundada dos dados coletados e uma compreensão mais clara das percepções dos atores envolvidos. Segundo Minayo (2014), a metodologia não só contempla a fase exploratória de campo, mas a escolha do espaço da pesquisa, escolha do grupo de pesquisa, estabelecimento dos critérios de amostragem e construção de estratégias para entrada em campo, como a definição de instrumentos e procedimentos para análise dos dados.

As pesquisas são classificadas quanto a sua natureza, em dois grupos segundo Gil (2002), pesquisa básica e pesquisa aplicada. No caso foi usada a pesquisa aplicada porque visa gerar conhecimentos voltados a soluções de problemas de interesse locais, centradas nas preocupações das pessoas e tem o propósito de oferecer soluções. A pesquisa aplicada tem o

propósito de discussões de problemas posto em um referencial teórico de determinada área e apresentação de soluções alternativas.

Quanto à abordagem da investigação, Minayo (2014), Gil (2002), Silva e Menezes (2005), Severino (2013) e Oliveira (1997) classificam em pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa. No caso a abordagem usada é pesquisa qualitativa, pela relação do mundo real e o sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são requisitos básicos no processo qualitativo.

Pesquisa quanto aos objetivos, para Santos (1999) essa forma de pesquisa diz respeito aos objetivos que é base e aproximação do nível conceitual do pesquisador ao que será estudado. Para Gil, (2002, p. 43), os objetivos da pesquisa podem ser classificados em níveis, exploratória, descritiva e explicativa, e diante dos contextos que os gestores se deparam é preciso compreender a partir de mais informações das pesquisas e neste caso é usadas as exploratórias e descritivas.

Descritiva porque identificam, expõem e descreve os fatos da realidade relacionados em documentos públicos tais como relatórios, contratos e auditorias realizadas por Instituições Públicas de Controle.

Dos mais de 780 indicadores analisados, apenas 205 registros encontrados que atendem a pelo menos de 15 a 17 parâmetros de adesão dos indicadores elencados na Tabela 1 e 495 são parcialmente recomendáveis por alcançarem até 14 desses parâmetros.

Os dados foram organizados em dois grupos, a análise dos indicadores do PROCIDADES Distrito Federal e outro grupo com os indicadores dos demais programas, que são de municípios, sendo denominados aqui como PROCIDADES Municipais para facilitar a identificação.

3.6.1 PROCIDADES Distrito Federal

No caso do Distrito Federal, na análise dos indicadores do PROCIDADES-DF, percebeu-se que:

Somente há 02 indicadores de impacto previstos na Lei nº 6.490/2020, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal - PPA para o quadriênio 2020-2023, porém não possui nenhum indicador de impacto previsto na documentação do Programa, como por exemplo: Matriz de Resultado, Perfil de Projeto e Proposta de Empréstimo com o BID e Relatórios de execução do BR-L1076 PROCIDADES-DF.

Os Indicadores de Impacto previsto apenas no PPA de 2020-2023 não possuem estimativa de resultado e não constam nos Planos anteriores e não são contemplados nos relatórios anuais.

Indicadores de Impacto:

- 1 - Taxa de Desemprego no DF.
 - Unidade de Medida: Percentual.
 - Horizonte temporal semestral
 - Meta: não definida
 - Fonte Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED/DF da CODEPLAN
 - Quantidade de itens de adesão aos parâmetros de avaliação dos indicadores: 08 de 17.
- 2 - Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal – IDECOM.
 - Unidade de Medida: Percentual.
 - Horizonte temporal trimestral
 - Meta: não definida
 - Fonte CODEPLAN
 - Quantidade de itens de adesão aos parâmetros de avaliação dos indicadores: 08 de 17.

Os 2 indicadores de impacto encontrados e avaliados, não são atribuíveis as obras de melhoria de infraestrutura e urbanismo realizados nas Área de Desenvolvimento Econômico - ADES, não possuem metas definidas, além de possuírem abrangência regional, não sendo possível aferir por Região Administrativa e por localidade (ADEs) e só possuem 8 dos 17 parâmetros de avaliação considerados nesta pesquisa.

Dessa forma, os indicadores de impacto encontrados não atendem aos parâmetros mínimos de avaliação para a indicação a seu uso por outros Programas de Desenvolvimento Econômico e Regional.

Dos 3 indicadores de resultado encontrados 2 obtiveram 14 dos 17 itens de adesão de parâmetros de avaliação, sendo parcialmente recomendáveis o seu uso e um obteve 15 dos 17 parâmetros, sendo recomendável seu uso em programas semelhantes.

Indicadores de resultado:

- 1 - Aumento do número de empresas localizadas nas Áreas de Desenvolvimento Econômico e melhora das condições das ADEs e proximidades

- Unidade de Medida: # de Empresas
- Quantidade de itens de adesão aos parâmetros de avaliação dos indicadores: 15 de 17.
- 2 - Empresas nas Áreas de Desenvolvimento Econômico
 - Unidade de Medida: #de empresas
 - Quantidade de itens de adesão aos parâmetros de avaliação dos indicadores: 14 de 17.
- 3 - Lotes nas ADEs, atendidos pelo pacote básico de infraestrutura (água, esgoto, eletricidade, pavimentação e drenagem).
 - Unidade de Medida: %
 - Quantidade de itens de adesão aos parâmetros de avaliação dos indicadores: 14 de 17.

Porém é possível verificar que os indicadores de resultado são extremamente semelhantes, sendo que o primeiro é composto considerando o aumento da quantidade de empresas localizadas e a melhoria das condições da Área de Desenvolvimento e foi descontinuado no decorrer do Programa; o segundo só tem previsão de avaliação ao final do programa e o terceiro é uma releitura do primeiro, limitado ao número de empresas.

Foram encontrados apenas 3 indicadores de Produto nos Planos Plurianuais de 2020 a 2023, não sendo determinados indicadores nos planos de 2012 a 2015 e de 2016 a 2019, no Plano Plurianual eles são denominados indicadores de objetivo.

Indicadores de Produto:

- 1 - Indicador de Objetivo: RENDA DOMICILIAR PER CAPITA DA CEILÂNDIA.
 - Unidade de Medida: R\$
 - Horizonte Temporal: anual
 - Fonte PDAD CODEPLAN
 - Quantidade de itens de adesão aos parâmetros de avaliação dos indicadores: 08 de 17.
- 2 - Indicador de Objetivo: RENDA DOMICILIAR PER CAPITA DO GAMA.
 - Unidade de Medida: R\$
 - Horizonte Temporal: anual
 - Fonte PDAD CODEPLAN

- Quantidade de itens de adesão aos parâmetros de avaliação dos indicadores: 08 de 17.
- 3 - Indicador de objetivo: RENDA DOMICILIAR PER CAPITA DE SANTA MARIA.
 - Unidade de Medida: R\$
 - Horizonte Temporal: anual
 - Fonte: PDAD CODEPLAN
 - Quantidade de itens de adesão aos parâmetros de avaliação dos indicadores: 08 de 17.

Observa-se que três indicadores apresentam como fonte a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD que “possui periodicidade irregular e uma demora de processamento de dados de quase 2 anos após a coleta de dados, conforme informações do site da CODEPLAN” (CGDF, 2021, p. 41) e que eles não são recomendáveis para avaliação de outros programas de atração de investimentos com a realização de obras de melhoria e infraestrutura, por atenderem a apenas 8 dos 17 parâmetros definidos para avaliação dos indicadores.

Já os 27 indicadores relacionados nos Relatórios de Execução do Programa do BID e SDE obtiveram uma avaliação melhor com relação à adesão aos parâmetros, mantendo uma média de 13 a 15 dos 17 itens de adesão, sendo 10 parcialmente recomendáveis; 11 recomendáveis por atenderem a pelo menos 15 desses itens e 6 não atenderam aos parâmetros.

Desses, 21 indicadores de produtos foram relacionados, sendo em sua maioria rede de energia, água e esgoto implantadas, ciclovias construídas, jogo de equipamento e mobiliário urbano instalado e projetos elaborados e obras de urbanismo e infraestrutura concluídas. Como indicadores de resultados foram listados: o aumento do número de empresas e melhora das condições das ADEs e regiões adjacentes. Lotes atendidos pelo pacote básico de infraestrutura e quantidade de empresas instaladas. Não foram relacionados indicadores de impactos nos relatórios de execução do Programa.

Alguns indicadores de produto são repetidos, mudando o nome, por exemplo: ciclovias implantadas por construídas mantendo a mesma unidade de medida; outros mudam a unidade de medida; e ainda há os que mudam o critério de mensuração por descontinuidade, mantendo porém o nome do indicador, por exemplo, renda domiciliar per capita da Ceilândia, que no primeiro PPA era renda *per capita* e nos demais foram substituídos por renda estimada mais o Índice de GINI ou ainda % de rendimento bruto por faixa de salário mínimo.

3.6.2 PROCIDADES Municipais

Dos 255 indicadores de resultado 5 foram excluídos; 59 não possuem meta definida, 36 não possuem definição de unidade de medida; 80 atendem de 15 a mais requisitos (excluídos os retirados do programa) sendo o seu uso recomendado, 109 atendem entre 12 a 14 dos 17 parâmetros tendo seu uso parcialmente recomendando (excluindo os que não possuem meta definidas ou foram retirados do programa); 37 possuem até 11 itens de adesão não sendo recomendável o seu uso para avaliação de obras de infraestrutura e urbanismo de Programas em Desenvolvimento Regional ou Econômico.

Indicadores de resultado mais comuns aos PROCIDADES: IQVU, valorização do imóvel, satisfação do usuário, redução de custo e tempo de viagens, numero de visitantes, vias construídas, áreas recuperadas e famílias com conexão a saneamento básico.

Foram identificados 462 indicadores de produto; desses 10 foram excluídos, 63 não possuem metas estabelecidas, 13 não possuem definição de unidade de medida. Dos 389 restantes 90 possuem de 15 a 16 itens de adesão aos parâmetros, tendo o seu uso recomendado para avaliação de obras de melhoria de infraestrutura e urbanismo para o Desenvolvimento Regional, 290 possuem entre 12 e 14 itens de adesão sendo o seu uso parcialmente recomendado, 9 possuem até 11 itens de adesão não sendo recomendado o seu uso.

Vale ressaltar que nenhum dos indicadores de produto encontrados atendem a todos os requisitos definidos nesta pesquisa para adesão aos parâmetros de avaliação dos indicadores.

Os indicadores de produto mais comuns aos PROCIDADES em âmbito nacional são: conexões com sistema de saneamento básico, praças reformadas, ciclovias e vias construídas, iluminação pública instalada, recuperação de praças, parques, edifícios históricos, obras de drenagem concluídas, centros de convivência e de referências construídos, creches e escolas construídas.

Importante observar que assim como acontece com os indicadores do PROCIDADES do Distrito Federal, a quantidade e indicadores semelhantes com mudança de unidade de medida, ou de metas, ou ainda de alterações na descrição dos indicadores é que tornam o número tão elevado de registros.

3.7 Identificação dos Indicadores Comuns ao PROCIDADES

Os indicadores de resultado e os de produtos são os mais comuns ao PROCIDADES e são previstos nas etapas de Avaliação dos Contratos de Financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento em conjunto com os Municípios e com o Distrito Federal.

Eles são utilizados como base para avaliar e monitorar o desempenho e a eficiência das ações implementadas pelos agentes públicos envolvidos no âmbito do programa.

Os indicadores comuns ao PROCIDADES incluem:

- Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU);
- Valorização dos imóveis em áreas de intervenção; e
- Indicadores de resultados relativos às intervenções de mobilidade urbana.

Esses indicadores comuns identificados medem diversos aspectos da gestão pública sobre o programa e o grau de satisfação dos público atendido fornecendo uma visão geral sobre o progresso e os resultados alcançados pelos municípios no âmbito do programa.

O IQVU (Índice de Qualidade de Vida Urbana), também denominado como IQVC (Índice de Qualidade de Vida de Curitiba no caso específico dessa cidade) tem por objetivo monitorar as condições de vida da população das cidades onde é utilizado e foi calculado pela primeira vez no Brasil pelo Município de Curitiba em 1984.

É um Índice Sintético – calculado por meio do método Genebrino⁷ ou Distancial que determina o nível global de todos os grupos de necessidades avaliados é composto por índices parciais de habitação, saúde, educação e segurança, baseado em informações numéricas sobre o nível empírico de satisfação das necessidades sociais, expressas por cada um dos seus indicadores e considerados os medidores limiares mínimos e máximos para composição do índice parcial. (BID, 2020. p. 47).

Para verificar a atribuição dos resultados alcançados pelo IQVU ao Programa, é preciso analisar os índices parciais de seus componentes e a evolução do índice global e dos índices parciais. Conforme a intervenção realizada é possível determinar se o indicador correspondente tem relação direta com a necessidade abrangida pelo Índice, por exemplo, no caso de famílias reassentadas está relacionado ao índice de habitação.

⁷ O método Genebrino ou Distancial foi desenvolvido pelo urbanista suíço Alain Genebrino e é uma abordagem que atribui pesos aos indicadores com base na percepção de especialistas. O método Genebrino foi desenvolvido na década de 1960 pelo Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento das Nações Unidas (UNRISD). Ele é um indicador que mede o nível de satisfação das necessidades materiais e culturais da população.

No Brasil, a primeira aplicação desse método ocorreu em 1984 por meio de uma colaboração entre o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Durante a década de 1990, o método Genebrino foi utilizado para monitorar a qualidade de vida. Disponível em: <https://silo.tips/download/avaliacao-setorial-do-plano-diretor-de-curitiba#>, acesso em 25 de maio de 2023.

Outro indicador encontrado com frequência no PROCIDADES dos Municípios é o Valor dos imóveis das áreas objeto da intervenção do Programa. Este indicador mede a valorização dos imóveis localizados nas áreas beneficiadas pelo Programa, com as intervenções de urbanização, comparando-se a valorização dos imóveis depois de concluídas as intervenções com o período anterior ao Programa, verifica-se o aumento ou não nos valores dos imóveis sendo possível atribuir a valorização ao Programa, com base em metodologia de comparação de um grupo de intervenção e outro de controle, em áreas com as mesmas características, mas que não tiveram intervenções realizadas.

Os indicadores de resultados relativos às intervenções de mobilidade urbana – Propõem analisar o aumento da velocidade média de viagem dos veículos e diminuição dos custos operacionais dos veículos nas vias da amostra representativa após as intervenções realizadas, utilizando como método o estudo de medição de velocidade, o ganho de tempo e o custo da viagem por trecho comparando com valores aferidos antes do Programa.

Em alguns casos, foi possível aferir o custo-efetividade com o uso desses indicadores, a partir da comparação dos custos totais das obras do BID e dos benefícios não monetários, em metros viários construídos, com obras realizadas no mesmo período com recursos de outras fontes de financiamento.

Em resumo, os indicadores comuns ao PROCIDADES são importantes para medir o desempenho dos municípios que participam do programa e para orientar as ações de modernização da gestão pública municipal. Eles também permitem comparar o desempenho de diferentes municípios e identificar boas práticas que podem ser replicadas em outras localidades.

4 RESULTADOS DE DISCUSSÃO

O texto descreve um estudo realizado na cidade de Brasília, Brasil, focado na avaliação de um programa para promover o Desenvolvimento Regional, que incluiu os seguintes tópicos: Definição de Avaliação de Políticas Públicas e de Indicadores; Descrição do programa PROCIDADES-DF; Indicadores para monitorar o Programa; Avaliações de qualidade dos indicadores; e Análise dos dados coletados.

O programa PROCIDADES foi utilizado como um exemplo de Política de Desenvolvimento Regional e foi o objeto de estudo desse trabalho.

O Trabalho apresenta informações sobre os principais aspectos do estudo como: os objetivos do programa, o método de coleta de dados e a técnica de análise de dados. Além de descrever as convergências e divergências identificadas por meio da análise dos dados coletados.

A pesquisa também apresentou os indicadores que seriam usados para monitorar o desempenho do programa e as avaliações de qualidade desses indicadores. As avaliações foram baseadas nos critérios SMART e nos atributos desejáveis dos indicadores, bem como em outros fatores, como sua inclusão em planos e contratos governamentais.

O texto apresenta algumas estratégias para a identificação de indicadores comuns que possam ser utilizados na avaliação de políticas públicas semelhantes. Entre elas estão a análise de planos de governo, do PPA (Plano Plurianual), e da documentação de projetos nos ITE (Instrumentos de Transferências Especiais) do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Menciona-se também a importância da documentação de auditoria, tanto do Tribunal de Contas quanto da Controladoria Geral do Distrito Federal, na identificação de indicadores relevantes. No entanto, observa-se que não foram encontrados indicadores nos relatórios de auditoria. Ressalta-se que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, que era a gestora do PROCIDADES-DF, não foi objeto do estudo ou análise, devido a sua extinção e restrição ao acesso de informações sobre a mesma.

Nesse contexto, a ausência de indicadores nos relatórios de auditoria e a dificuldade de acesso à documentação da Secretaria levantam desafios para a identificação e avaliação de indicadores relevantes para a avaliação de políticas públicas. A falta de inclusão desses indicadores nos relatórios de auditoria pode comprometer a capacidade de avaliar

adequadamente o desempenho e os resultados alcançados pelas políticas implementadas pela Secretaria.

Para contornar essa situação é preciso buscar outras fontes de informação e promover a colaboração entre diferentes partes interessadas, a fim de obter uma visão abrangente e precisa do impacto das políticas implementadas.

Portanto a pesquisa utilizou-se de fontes públicas de informações, tais como endereços eletrônicos do BID e sites governamentais e realizou-se a análise dos documentos disponibilizados por eles.

É importante ressaltar a necessidade de analisar os indicadores relacionados à infraestrutura do programa PROCIDADES com base em critérios metodológicos claros e objetivos.

Os indicadores utilizados no Programa são fundamentais para avaliar o progresso e o impacto do programa na melhoria das condições urbanas e na qualidade de vida dos cidadãos e no desenvolvimento econômico da região. Com eles é possível avaliar a eficácia das intervenções realizadas, como construção ou reabilitação de vias, redes de abastecimento de água e saneamento básico, transporte público, iluminação e outros elementos-chave da infraestrutura urbana.

Esses indicadores fornecem informações valiosas sobre o alcance das metas do programa, a qualidade das melhorias realizadas e o impacto gerado nas comunidades atendidas. Sua análise também permite comparar o desempenho do programa ao longo do tempo, avaliando se houve avanços significativos e se as melhorias estão sendo mantidas e sustentadas a longo prazo.

Os indicadores podem contribuir para a identificação de áreas que necessitam de atenção adicional ou ajustes no programa. Por exemplo, se os indicadores mostrarem que a infraestrutura de transporte público ainda é insuficiente em determinada região, isso pode indicar a necessidade de priorizar investimentos nessa área específica.

Portanto, a análise dos indicadores para avaliação das intervenções em urbanismo e infraestrutura do programa PROCIDADES é de suma importância para compreender o impacto das intervenções realizadas, identificar áreas de melhoria e embasar decisões futuras relacionadas ao desenvolvimento urbano, pois contribui para uma gestão mais eficiente e direcionada do programa, visando atender às necessidades e demandas das cidades de forma adequada.

Compreende-se que dos 23 programas PROCIDADES financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento no Brasil, apenas o PROCIDADES do Distrito Federal

possui investimentos em áreas de desenvolvimento econômico e está focado na melhoria de infraestrutura e urbanismo para atração de investidores e empresários. Os demais programas são dedicados à melhoria das condições socioambientais de municípios, principalmente em áreas de baixo poder aquisitivo e social, e à melhoria do transporte.

Outra característica excepcional do PROCIDADES do Distrito Federal é a de que apenas esse programa financiado pelo BID, sobre essa rubrica, tem a abrangência de uma Unidade Federativa, sendo que os demais programas se restringem ao âmbito municipal.

Durante a execução do programa, muitos indicadores sofreram alterações em seu critério de medição ou em sua descrição, o que é uma prática comum refletida nos relatórios de execução. Além disso, novos indicadores foram inseridos e outros retirados conforme a evolução dos programas.

Pesquisas como o CENSO, PNAD, CAGED e RAIS possuem abrangência nacional e regional, mas não alcançam o nível local, o que não permite confirmar se houve ou não alteração nos dados referentes ao desenvolvimento do Distrito Federal decorrente dos investimentos realizados pelo programa PROCIDADES-DF nas regiões administrativas onde as obras de infraestrutura e urbanismo foram realizadas.

Os dados gerados por essas pesquisas limitam-se ao âmbito nacional ou à unidade federativa. Da mesma forma, não são realizadas pesquisas em nível local, ficando limitadas à Unidade Federativa.

Os dados coletados na Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) e no Instituto de Pesquisa do Distrito Federal (IPEDF) trazem informações mais específicas sobre o Distrito Federal. No entanto, não é possível atribuir a melhoria ou piora dos indicadores socioeconômicos às intervenções realizadas, pois não há informações setorializadas e o menor nível de representação geográfica das pesquisas é o de cidade satélite, o que sofre interferência de diversos fatores socioeconômicos.

Um exemplo disso é que as intervenções de infraestrutura e urbanismo capitaneadas pelo PROCIDADES-DF ocorrem principalmente em cidades dormitório, como as diversas cidades satélites e municípios do entorno de Brasília. Essas áreas empregam mão de obra principalmente na área de serviços e comércio, principalmente em Brasília. Não há dados locais sobre a renda e o emprego gerados decorrentes do programa.

Outro exemplo é a Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF), realizada pela Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal, CODEPLAN e DIEESE, em parceria com a Fundação SEADE. Essa pesquisa é realizada anualmente, mas é

geograficamente limitada ao Distrito Federal e não aprofunda os dados a nível de cidade satélite.

No escopo inicial do programa PROCIDADES-DF, não estava prevista a inclusão de indicadores de impacto para a avaliação *ex-post*, como impacto econômico. Além disso, devido aos atrasos na execução do programa, não foi possível avaliar os impactos decorrentes das intervenções realizadas, e algumas obras ainda estão em fase de finalização.

É importante ressaltar que a execução do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal foi impactada pela pandemia de COVID-19 e as obras realizadas sofreram atrasos e repactuações devido a ajustes solicitados pelas empresas executoras.

Seguindo o padrão de programas semelhantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a avaliação de impacto é realizada após cinco anos da conclusão das obras. Além disso, é necessário desenvolver um Plano de Manutenção para os próximos 6 anos após a conclusão delas. Portanto, o relatório final de avaliação e o referido Plano ainda não foram elaborados, e não há informações disponíveis sobre a avaliação de impacto do programa PROCIDADES-ADES ou PROCIDADES-DF e o uso de indicadores específicos para esse fim.

As limitações das pesquisas de abrangência nacional e da falta de dados específicos e setorizados a nível local, aliada aos efeitos da pandemia e aos atrasos nas obras também impactaram a avaliação de impacto e a obtenção de dados precisos sobre os resultados do programa. Ao considerar os fatores acima relacionados, não foi possível no âmbito dessa pesquisa encontrar indicadores que permitam a avaliação de impacto e dessa forma atribuir diretamente as melhorias socioeconômicas ao programa PROCIDADES no Distrito Federal.

Ao questionar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Anexo A) sobre a existência de indicadores referentes ao componente IV melhoria da infraestrutura e urbanismo das Áreas de Desenvolvimento Econômico do Programa PROCIDADES-DF no Plano Plurianual do Governo do Distrito Federal foi dada uma resposta afirmativa a questão, entretanto o que se verificou com a pesquisa realizada nos PPAs dos anos abrangidos na pesquisa, é que existe uma confusão nos agentes da administração pública quanto ao conceito de indicadores, ações e metas, já que nos referidos planos de governo o que existem são ações e metas, não sendo determinados indicadores.

Os relatórios finais dos Programas dos municípios Novo Hamburgo e Campo Grande são consensuais sobre a dificuldade em atribuir indicadores de impacto, devido a “dificuldade de identificar a relação de causa e impactos atribuídos as intervenções realizadas, bem como é complexo metodologicamente encontrar grupos de controle com características semelhantes”

(BID, 2014b, pg. 19), por questões semelhante outros municípios, retiraram os indicadores de impacto quando previstos inicialmente e adotaram para a avaliação e monitoramento dos programas os Indicadores de Resultado e de Produtos.

Durante la preparaci3n de las operaciones debe tenerse en cuenta estos aspectos eligiendo indicadores Smart que sean capaces de medir los objetivos previstos, adem1s, de permitir la estimaci3n de la atribuci3n de estos resultados como consecuencia de la implementaci3n de la operaci3n. (BID, 2014b, p. 19).

Dessa forma, a adoç3o de indicadores de resultado e produto, tornaram-se padr3o na avaliaç3o do PROCIDADES, j1 que os primeiros em conjunto com os indicadores de produto permitem avaliar a execuç3o dos objetivos e a efetividade do Programa.

Os indicadores de Impacto e de Resultados (*Outcomes*) correspondem aos insumos para o monitoramento e a avaliaç3o de dados e poss1veis melhorias efetivas que ocorrer3o quando terminadas as aç3es previstas no programa. Medem, portanto, o efeito direto nas condiç3es ou comportamento que foram alcançados ao t3rmino da execuç3o do projeto em relaç3o à populaç3o beneficiada e aos serviç3os implantados. (BID, 2012b, n.p.).

Os indicadores de produto (*outputs indicators*) est3o diretamente relacionados ao andamento das obras e às intervenç3es realizadas no 1mbito do Programa PROCIDADES. Esses indicadores medem o progresso e os resultados tang1veis das aç3es implementadas, fornecendo informaç3es sobre as entregas e atividades realizadas.

Conforme afirma Brasil (2010, p.30), “[...] *output indicators*: medem o alcance das metas f1sicas. S3o medidas *ex-post facto* que expressam as entregas de produtos ou serviç3os ao p1blico-alvo do Programa. (BRASIL, 2010, p. 30)”.

Esses indicadores podem incluir informaç3es como o n1mero de obras concluídas, a extens3o de vias constru1das, a quantidade de praças e parques criados, a quantidade de fam1lias reassentadas, a melhoria da infraestrutura de saneamento e 1gua, a construç3o de escolas, creches e unidades de sa1de, entre outros.

Por meio desses indicadores, 3 poss1vel monitorar o avanço f1sico das obras, a implementaç3o das intervenç3es planejadas e o cumprimento das metas estabelecidas no escopo do programa. Esses indicadores s3o importantes para acompanhar a execuç3o e o desempenho do programa ao longo do tempo.

No entanto, 3 necess1rio ressaltar que os indicadores de produto (*outputs*) representam apenas uma parte da avaliaç3o do programa. 3 fundamental t3mb3m considerar os indicadores de resultado (*outcomes*), que medem os efeitos e impactos das intervenç3es nas condiç3es socioecon3micas e de desenvolvimento das 1reas beneficiadas.

Dessa forma, é importante complementar a análise dos indicadores de produto com a avaliação dos indicadores de resultado para obter uma visão mais abrangente e completa dos impactos e resultados do Programa PROCIDADES no Distrito Federal.

Uma das aprendizagens claras do PROCIDADES é que programas com a complexidade de um financiamento exterior como do BID em municípios de menor porte só são viáveis com um escopo simples, um número razoável de produtos, e uma governança total sobre estes produtos (que não dependam de parcerias externas que podem evoluir no tempo, ou não possuir o mesmo ritmo de execução). (BID, 2020, p. 35).

Os principais indicadores relacionados as obras de infraestrutura e urbanismo dos Programas PROCIDADES (incluindo o do Distrito Federal) são:

Quadro 6 - Indicadores mais comuns aos PROCIDADES

Indicadores de Resultado	Indicadores de Produto
Índice de Qualidade de Vida Urbana.	Projetos urbanísticos concluídos.
Valorização do imóvel em área de intervenções urbanas.	Número de conexões com sistema de saneamento básico.
Aumento de empresas instaladas nas áreas de Desenvolvimento Econômico (no caso do PROCIDADES – DF).	Número de praças e prédios reformados.
Lotes ou moradias atendidas pelo pacote básico de infraestrutura.	Número de quilômetros de ciclovias e vias construídas.
Quantidade de famílias atendidas pelos pacotes sociais.	Número de creches e escolas construídas.
Satisfação de usuário.	Sistemas elétricos implantados.
Redução de custos e de tempo em transportes públicos e privados.	Supervisão de obras.
Obras de infraestrutura realizadas (vias construídas por exemplo).	Revitalização de bairros.
Áreas recuperadas.	Quilômetros de vias exclusivas para ônibus e terminais.

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2023.

Ao exemplo do que diz Monastério (2011) deve-se conhecer as limitações dos indicadores e reconhecer que nenhum indicador é autosuficiente para avaliar um Programa em sua totalidade, por mais que os indicadores possuam inúmeros atributos desejáveis, classificações e características únicas, não existem indicadores que satisfaçam a todos os critérios.

É um conjunto de informações agregadas em vários indicadores que possibilitarão uma análise adequada de uma política pública ou programa, de forma a realizar sua avaliação e monitoramento a contento.

Baseado nos indicadores de impacto encontrados nos documentos públicos referentes ao PROCIDADES-DF não é possível relacionar as obras de infraestrutura e urbanismo à atração de investimento, consolidação de empresas e a geração de empregos.

A pesquisa realizada neste Estudo não retornou informações sobre a melhoria ou não nos índices e indicadores oficiais após a execução das obras realizadas pelo PROCIDADES, dessa forma, não foi viável comprovar que os investimentos realizados sob a rubrica do componente IV – Urbanismo e Infraestrutura do Programa contribuíram com o Desenvolvimento Regional e impactou positivamente na Economia Local e do Distrito Federal.

Diante dessa situação, torna-se necessário explorar outras fontes de dados e buscar a colaboração de diferentes partes interessadas, como órgãos governamentais, especialistas em políticas públicas e pesquisadores, a fim de superar os desafios enfrentados. É importante considerar a utilização de estudos acadêmicos, pesquisas independentes e informações disponíveis em outras instituições governamentais relevantes, como alternativas para identificar e avaliar os indicadores comuns necessários para a análise das políticas públicas em questão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise documental realizada nesta pesquisa não foi possível identificar indicadores econômicos relacionados aos Programas PROCIDADES.

Também não foram encontrados indicadores de impactos viáveis no PROCIDADES-DF que possam ser associados a melhorias decorrentes dos investimentos realizados em obras de infraestrutura e urbanismo nas Áreas de Desenvolvimento Econômico selecionadas.

Realidade semelhante a essa foi relatada por diversas prefeituras ao enfatizarem a “dificuldade de medir resultados e obter indicadores que retratem de modo efetivo a contribuição ou o impacto do projeto” (BID, 2012a, p. 24).

As limitações encontradas durante a pesquisa foram importantes para identificar aspectos que afetaram a disponibilidade e qualidade dos dados coletados.

A extinção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico responsável pelo programa PROCIDADES no Distrito Federal, a não digitalização dos documentos, a ausência de dados públicos, a falta de retorno às solicitações de acesso aos documentos da SDE/DF, foram fatores que dificultaram o acesso à informação e a análise dos dados para a realização da presente pesquisa.

O Componente IV: Melhoria da Infraestrutura e Urbanismo do PROCIDADES-DF não havia sido concluído no período do recorte temporal adotado nesta pesquisa, ou seja, entre 2014 e 2021.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento estabelece em seus Programas com investimentos em obras que realizem um Plano de Manutenção e prevê ao menos dois Relatórios de Avaliação obrigatórios, um na metade do programa e o de Avaliação Final, que também ainda não foi produzido no âmbito do PROCIDADES-DF. São Vários os PROCIDADES Municipais que foram cancelados que também não possuem os instrumentos de avaliação aqui citados.

O Programa PROCIDADES-DF (Antigo PROCIDADES-ADEs) é o único voltado para a atração de investimentos e da infraestrutura urbana para as empresas instaladas, os outros Programas são voltados para a melhoria da condição social e econômica de comunidades economicamente vulneráveis e proporcionar maior mobilidade da população.

No documento inicial do PROCIDADES-ADEs (BID, 2009b) são relacionados os seguintes indicadores de impacto: i) incremento do lucro operacional nas ADEs; ii)

valorização imobiliária; iii). aumento da renda incremental; e iv). crescimento dos Investimentos Externos Diretos no DF. Entretanto eles não foram utilizados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (SDE/DF) após a reformulação decorrente da Missão de Arranque realizada em 2015, que tinha por objetivo testar e revisar os instrumentos de execução do Programa (TCDF, 2020) e foram retirados da nova versão do programa (PROCIDADES-DF) não constando de sua Matriz de Resultado e dos documentos de execução e monitoramento.

Os indicadores de impacto do PROCIDADES DF relacionados nos Planos Plurianuais do Governo do Distrito Federal - PPA são subjetivos, de difícil execução e acompanhamento, não possuem metas definidas e metodologia especificada, bem como não é compatível a sua associação aos objetivos alcançados pelo componente IV e a atração de novos investimentos, melhoria da economia e ao desenvolvimento regional do Distrito Federal.

Desta forma, não é possível ao avaliar os indicadores relacionados ao componente IV do PROCIDADES-DF definir indicadores que possam ser utilizados em avaliações de obras de infraestrutura e urbanismo em novos Programas de Atração de Investimento ou Desenvolvimento Regional e Econômico do Distrito Federal e outros PROCIDADES.

Os indicadores de resultado e de produtos foram os mais utilizados para realização da avaliação dos Programas PROCIDADES em substituição aos indicadores de impacto e econômico. Por meio deles é possível avaliar quase que diretamente o resultado do processo de acompanhamento e execução dos contratos administrativos. Essa abordagem permite uma avaliação mais abrangente e completa do programa, analisando tanto os efeitos e impactos alcançados quanto as atividades e entregas realizadas.

São indicadores relativamente acessíveis, metodologicamente mais fáceis de serem obtidos e que demandam menos investimentos em sua obtenção por parte da administração pública.

Apesar dessas limitações, foi possível coletar e analisar dados que permitiram a identificação de indicadores importantes para a avaliação do Programa PROCIDADES.

Na maioria dos PROCIDADES, os indicadores definidos para operacionalização do Programa, são de cumprimento de metas e não de impacto dos investimentos realizados.

Os Indicadores de impacto foram descontinuados ou tiveram a sua utilização contraindicada em vários programas PROCIDADES em Municípios, por ser difícil definir grupos de controle com características semelhantes e criar uma correspondência com o objetivo a ser alcançado pelo Programa, ou seja, sua relação causa e efeito, ou ainda por

serem demasiadamente genérico e seus objetivos não serem relacionadas ao Programa, ou extrapolam o escopo do Projeto.

Por exemplo, aumentar o PIB do Distrito Federal, é um indicador de difícil mensuração e não é possível relacioná-lo as obras de infraestrutura e urbanismo em uma Área de Desenvolvimento Econômico pelo Programa PROCIDADES-DF.

Entretanto, conforme Seixas e Saccaro Júnior (2022) expõem, a avaliação de impacto vem ganhado espaço na gestão de Políticas Públicas e a adoção dos indicadores de impacto para avaliação da satisfação e aceitação da comunidade contemplada pelos investimentos realizados é cada vez mais utilizada.

O uso de mecanismos de avaliação e manutenção das estruturas construídas ou reformadas é essencial para que os benefícios decorrentes das intervenções perdurem e possam ser usufruídos pela população alvo alcançando os resultados pretendidos pelo Programa, conforme prática adotada pelo BID.

Os relatórios de auditoria dos tribunais de contas e das controladorias, nesta pesquisa, se provaram uma fonte escassa de indicadores de impactos e econômicos, ao ater-se apenas na análise contábil da execução financeira dos contratos, sem periciar a execução in loco das obras realizadas e dos benefícios para a comunidade.

Outro achado relevante da pesquisa foi a ausência de transparência ativa por parte das instituições públicas envolvidas, como a ausência de referências aos programas e atualizações em sítios eletrônicos dos estados e municípios, a ausência de informações sobre a evolução do Programa, a execução dos contratos e prestação de contas dos gastos realizados.

Ressalta-se a necessidade de realização de uma análise mais aprofundada dos indicadores relacionados e metodologia empregada, não se esgotando o tema.

É interessante ampliar a pesquisa a indicadores existentes em outros programas de atração de investimentos, Planos de Governos e outras Políticas Públicas.

E explorar novos cenários para a ampliação do programa, considerando as mudanças políticas e econômicas que ocorreram no Distrito Federal e no país nos últimos anos.

Diante dessa situação, torna-se necessário analisar fontes de dados diversas e buscar a colaboração de diferentes partes interessadas, como órgãos governamentais, especialistas em políticas públicas e pesquisadores, a fim de superar os desafios enfrentados. É importante considerar a utilização de estudos acadêmicos, pesquisas independentes e informações disponíveis em outras instituições governamentais relevantes, como alternativas para identificar e avaliar os indicadores comuns necessários para a análise das políticas públicas em questão.

Uma das possibilidades seria ampliar a pesquisa para outros estados e municípios que participaram do programa e comparar os resultados obtidos. Isso permitiria uma análise mais ampla e consistente sobre a efetividade do programa em diferentes contextos e realidades locais.

Outra possibilidade seria aprofundar a análise dos indicadores utilizados no programa e propor novos indicadores que possam melhor representar a realidade local e auxiliar na tomada de decisão dos gestores públicos. Nesse sentido, seria importante considerar a participação da comunidade nesse processo, a fim de garantir uma perspectiva mais ampla e plural sobre as necessidades e prioridades locais.

Também seria relevante avaliar as possibilidades de continuidade do programa, considerando as mudanças na estrutura governamental e a disponibilidade de recursos.

Os retornos esperados da identificação, análise e avaliação dos indicadores de impacto, econômicos, de resultados e de produtos são:

O uso de indicadores válidos e que atendam minimamente aos critérios utilizados nessa pesquisa (SMART e os atributos de Relevância para a agenda política; Validade de representação; Confiabilidade de medida; Cobertura populacional; Sensíveis às mudanças a serem provocadas pelo conjunto de ações previstas no programa; Específicos; Verificáveis; Desagregabilidade; Comunicáveis/ Objetivos; Viáveis economicamente; e Atualizáveis e repetíveis.), tornando-os confiáveis para a tomada de decisões, monitoramento e acompanhamento dos programas de desenvolvimento regional e econômico;

A definição de indicadores que sejam referência na avaliação dos programas de desenvolvimento regional e econômico seria relevante para a gestão dos projetos a criação de um sistema de monitoramento e avaliação contínuo, que permitisse o acompanhamento dos indicadores e aprimoramento do programa ao longo do tempo;

E a necessidade de aprimorar a transparência pública, aumentar a disponibilidade de informação por parte das instituições públicas envolvidas na gestão de programas públicos, capacitar o usuário ao interpretar as informações decorrentes dos indicadores disponíveis nas avaliações realizadas e o desenvolvimento de novas estratégias de coleta e análise de dados para a melhoria contínua do Programa ou da Política Pública.

Em suma, a pesquisa sobre os indicadores utilizados no Programa PROCIDADES permitiu identificar avanços na avaliação de Políticas e Programas Públicos, mas também, evidenciou limitações e desafios que devem ser considerados para sua ampliação e aprimoramento.

Por fim, conclui-se que o uso de indicadores de impacto, de resultado e de produto na avaliação *ex-post* de políticas e programas públicos são essenciais para a evolução da participação social no processo de formulação e acompanhamento das ações tomadas pelo Estado para atender as demandas da sociedade da forma mais efetiva possível e extrapola o âmbito do Desenvolvimento Regional, possuindo grande potencial de expansão de seu uso na Administração Pública.

REFERÊNCIAS

ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, v. 51, n. 4, p. 5-60, 2014. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/334>. Acesso em: 9 jun. 2023.

ALVES, F. C.; MENEZES, D. S. Indicadores de desempenho na avaliação de programas de educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 1, p. 6-24. [S.l.]: RBEPT, 2016.

AMIM, E. H. F.; OTANI, N. **A utilização de indicadores na administração pública: A Lei nº. 12.120/2002 do Estado de Santa Catarina**. CAD/UFSC. Florianópolis-SC, 2006. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5164300.pdf&ved=2ahUKEwjkoLHG88n5AhVVO7kGHcPwAFsQFnoECD4QAAQ&usg=AOvVaw3nCizoRpRmxnbcGysD0xyq>. Acesso em: 02 set. 2022.

ANGRIST, J.; PISCHKE, J. **Mostly harmless econometrics: an empiricist's companion**. London: Princeton University Press, UK, 2009.

ARAÚJO, Tânia Barcelar de. Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 30, n. 2, p. 144-161, 1999.

BACHTLER, J.; WREN, C. Evaluation of European Union cohesion policy: research questions and policy challenges. **Regional Studies**, n. 40, p. 143-153, 2006.

BARTIK, T.; BINGHAM, R. **Can economic development programs be evaluated?** W. E. Upjohn Institute for Employment Research, 1995. (Staff Working Papers, n. 95-29).

BEHRENS, K.; THISSE, J. F. Regional Economics: a New Economic Geography Perspective. **Regional Science and Urban Economic**, n. 37, p. 457-465, 2007.

BID - Banco Interamericano de Desarrollo. OVE – Oficina de Evaluación y Supervisión. **Documento de Enfoque**. Evaluación de PROCIDADES. Washington, D.C.: BID, 2014a. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/Documento-de-enfoque-Evaluaci%C3%B3n-de-PROCIDADES.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2022.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Brasil: PROCIDADES** - Propuesta: Facilidad Crediticia para el Financiamiento de Municipios Brasileños (BR-L1043). Brasil: BID, 2006.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Guia de Relatórios Financeiros e Auditoria Externa de Operações Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento**. [S.l.]: BID, 2009 a.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. **PROCIDADES - Distrito Federal - Programa de desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – ADEs: Perfil de Projeto** (BR-L1076). [S.l.]: BID, 2009b. Disponível em: <https://www.iadb.org/Document.cfm?id=EZSHARE-1444060222-2>. Acesso em: 13 mar. 2023.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Informe de Terminación de Proyecto (PCR)**. PROCIDADES- Campo Grande- Programa de Desarrollo Integrado (BR-L1104; 1960/OC-BR). [S.l.]: BID, 2014b. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/project/BR-L1104>. Acesso em: 09 abr. 2023.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Notas Técnicas #IDB-TN-415: **Observatório PROCIDADES Fase II**. Análise dos aspectos de Gestão de Projectos. [S.l.]: BID, 2012a. Disponível em: <https://publications.iadb.org/pt/node/16230>. Acesso em: 23 jul. 2022.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Plano de Monitoramento e Avaliação: Município de Novo Hamburgo**. Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado de Novo Hamburgo – RS (BR-L1187). [S.l.]: BID, 2012b. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/project/BR-L1187>. Acesso em: 09 abr. 2023.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Documento Del Grupo Banco Interamericano de Desarrollo. **Brasil: Estrategia del Grupo BID com Brasil** (2019-2022). [S.l.]: BID, 2019. Disponível em: <https://www.iadb.org/es/acerca-del-bid/estrategia-de-paises>. Acesso em: 01 jun. 2023

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Relatório de Encerramento do Projeto (PCR)**. Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado de Novo Hamburgo PROCIDADES – Novo Hamburgo (BR-L1187; 2752/OC-BR). [S.l.]: BID, 2020. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/project/BR-L1187>. Acesso em: 11 abr. 2023.

BOVENS, Wouter. Analysing and Assessing Public Accountability: A Conceptual Framework. **European Governance Papers** (EUROGOV), n. 1, 2007. Disponível em: <https://www.connex-network.org/eurogov/pdf/egp-2007-01.pdf>. Acesso em: 21 de mar. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 jul. 2023.

BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Indicadores de programas: Guia Metodológico**. Brasília, DF: MP, 2010. Disponível em: https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/777/84/1/Indicadores_programas-guia_metodologico.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Guia referencial para a elaboração de indicadores**. Brasília, DF: MP, 2022.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Guia prático: elaboração de indicadores de desempenho de programas e projetos**. Brasília: MP, 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise *ex ante***, v. 1. Brasília, DF: Casa Civil; IPEA, 2018a. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32688. Acesso em: 19 set.. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise *ex post***, v. 2. Brasília, DF: Casa Civil; IPEA, 2018b. Disponível em: https://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=34504. Acesso em: 27 set. 2022.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. K. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro, RJ: FGV Editora, 2001.

BRIANT, A.; COMBES, P. P.; LAFOURCADE, M. Dots to boxes: do the size and shape of spatial units jeopardize economic geography estimations? **Journal of Urban Economics**, v. 67, p. 287-302, 2010.

BRITO, A.; MELO, J.; ALENCAR, J. **Texto para Discussão: Catálogo de Políticas Públicas: Primeiros Resultados e Hipóteses de Pesquisa**. 1ª. Ed. [S. l.]: IPEA, 2022. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=39367. Acesso em: 13 jul. 2022.

CARNEIRO, P.; HECKMAN, J. J.; VYTLACIL, E. J. Estimating marginal returns to education. **American Economic Review**, v. 101, n. 6, p. 2.754-2.781, 2011.

CARVALHO, M. C. B. Avaliação participativa: uma escolha metodológica. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão de debate**. 2ª. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1999.

CARVALHO, R. G.; LEAL, C. P.; SOUZA, G. L. L. Política pública de atração de investimentos em Brasília: erros e acertos. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, Ed. 02, Vol. 01, p. 21-59. Fev. 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/erros-e-acertos>. Acesso em: 01 jun. 2021.

CASTALDELLI JÚNIOR, E.; AQUINO, A. C. B. de. Indicadores de Desempenho em Entidades Fiscalizadoras Superiores: o caso brasileiro. **Revista Contabilidade Vista & Revista**. v. 22, n. 3, p. 15-40, jul./set. 2011. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: UFMG, 2011.

CCFGTS – Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. **Resolução nº 897, de 11 de setembro de 2018**. Institui o Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades), dentro da área de aplicação de Infraestrutura Urbana do FGTS. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, ano 155, n. 176, p. 220-221, 12 set. 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-897-de-11-de-setembro-de-2018-40549100>. Acesso em: 10 jun. 2023.

COSTA, C. E. L.; GONZÁLEZ, M. J. F.; ALMEIDA, N. F. **Textos para Discussão 2004: As relações econômicas do Brasil com os principais Bancos Multilaterais de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro RJ: IPEA, 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2004.pdf. Acesso em: 07 jul. 2022.

CRAVO, T. A.; SILVA, G. D. M. da. Cap. 8 - Uma Proposta de um Painel de Indicadores de Desenvolvimento Regional para o Monitoramento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). **Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**, v. 3, p. 313 a 345. Brasília, DF: IPEA, 2017.

CRAVO, T. A.; RESENDE, G. M.; SILVA, G. D. M. da. **Painel de Indicadores de Desenvolvimento Regional para o Observatório do Desenvolvimento Regional (ODR): Relatório de Pesquisa**. Brasília, DF: IPEA, 2015.

CUNHA, A. M.; SIMÕES, R. F.; PAULA, J. A. História econômica e regionalização: contribuição a um desafio teórico-metodológico. **Estudos Econômicos**, v. 38, n. 3, p. 493-524, 2008.

CUNHA, Carla Giane Soares da. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. **Revista Estudos de Planejamento**. Planejamento e Gestão em Perspectiva. Porto Alegre – Edição n. 12, dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/estudos-planejamento/article/view/4298/4056>. Acesso em: 21 jun.2022.

DISTRITO FEDERAL (Estado). **Decreto nº 34.276, de 11 de abril de 2013**. Regulamenta a Lei nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216, todos da Constituição Federal de 1988. Diário Oficial do Distrito Federal, seção1, Brasília, DF, ano 43, n. 75, p. 1-6, 12 abr. 2013. Disponível em: http://www.tc.df.gov.br/sinj/BaixarArquivoDiario.aspx?id_file=8332d913-42c2-31bd-881e-9a005ff272b8. Acesso em: 30 jun. 2023.

DISTRITO FEDERAL (Estado). Controladoria Geral do Distrito Federal (CGDF). **Relatório nº 03/2021 - DAPPG/CODAG/SUBCI/CGDF**. Avaliação dos Resultados quanto à Eficiência e Eficácia da Gestão Governamental por Programa de Governo Exercício 2020. Programa Temático 6207 – Desenvolvimento Econômico. Brasília, DF; 2021. Disponível em: https://www.cg.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/01/RA_No03_2021-PCA_GOV_2020_Prog.6207.pdf. Acesso em 08 mar. 2023.

DISTRITO FEDERAL (Estado). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (SDE/DF). PROCIDADES - Distrito Federal: Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal - ADEs (BR-L1076): **Regulamento Operacional do Programa - ROP**. Brasília, DF; 2013.

DISTRITO FEDERAL (Estado). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (SDE/DF). **PROCIDADES: Conheça o Programa**. Brasília, DF; 2022. Disponível em: <https://www.sde.df.gov.br/procidades/>. Acesso em: 01 dez. 2022.

DISTRITO FEDERAL (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração (SEPLAD/DF). **Orientações para elaboração do Plano Plurianual do DF – 2012/2015**. Brasília, DF; 2011. Disponível em: <https://www.seplad.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/01/Orienta%03%a7%03%b5es-para-elabora%03%a7%03%a3o-do-PPA-2012-2015-Final.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Teorias de política pública. **Revista @Ambienteeducação**. São Paulo, v. 14, n. 3, p. 631-665, set./dez. 2021. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/1103/867>. Acesso em: 19 jan. 2023.

FINGLETON, Bernard. The empirical performance of the NEG with reference to small areas. **Journal of Economic Geography**, v. 11, n. 2, p. 267-279, Mar. 2011.

FISCHER, Frank. **Citizens, experts, and the environment**: The politics of local knowledge. Duke University Press, 2000.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Curso de Especialização em Comunidades Virtuais de Aprendizagem – Informática Educativa.

Universidade Estadual do Ceará. Ceará: UECE, 2002. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=oB5x2SChpSEC&oi=fnd&pg=PA6&dq=entrevista+metodologia+cientifica+modelo&ots=ORT-4ucphZ&sig=sDlf0_sD4tW- . Acesso em: 26 jul. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** - 4ª ed. São Paulo, SP: Editora Atlas, 2002.

HOOD, Christopher. A Public Management for all seasons? *Public Administration na International Quarterly*. [S.l.]: **Public Administration**. v 69. nº1, 1991.

IDB – INTER – AMERICAN DEVELOPMENT BANK. **Seu solicitação #RFI0007926 foi resolvido**. Destinatário: Rosália Saldanha Barboza. Brasília, DF: 5 jan. 2023.1 mensagem eletrônica.

IDB – INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK. OCE of Evaluation and Oversight. 2011. **Evaluability Review of Bank Projects**. Washington: IDB, 2012.

IEG – INDEPENDENT EVALUATION GROUP. **Designing a Results Framework for Achieving Results**: a how-to guide. Washington: IEG, 2012.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Painel e Indicadores de Desenvolvimento Regional para o Observatório do Desenvolvimento Regional (ODR)**: Relatório de Pesquisa. Brasília, DF: IPEA, 2015. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/1.-Painel-de-Indicadores-de-Desenvolvimento-Regional-para-o-Observatorio-do-Desenvolvimento-Regional-ODR.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2022.

JANN, W.; WEGRICH, K. Theories of the policy cycle. *In*: FISCHER, F.; MILLER, G.; SIDNEY, M. (Ed.). **Handbook of public policy analysis**. New York: CRC Press, 2007.

JANNUZZI, Paulo de M. Indicadores no ciclo de políticas e programas sociais no Brasil. *In*: SIMÕES, A.; ALKMIM, A. C. (orgs). **Documentos para Disseminação: Memória Institucional 21**. Indicadores sociais: passado, presente e futuro; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: IBGE - Rio de Janeiro, RJ: IBGE; 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101153.pdf>. Acesso em: 02 out.2022.

JANNUZZI, Paulo de M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público – RSP**, v. 56, n. 2, p. 137-160. Abr/Jun. 2005. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222/227>. Acesso em: 05 jun. 2022.

JANNUZZI, Paulo de M. **Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações**. 3ª ed. – 2ª impressão. Campinas, SP: Editora. Alinea, 2006.

KHANDKER, S. R.; KOOLWAL, G. B.; SAMAD, H. A. **Handbook on impact evaluation: quantitative methods and practices**. Washington D. C.: The World Bank, 2010.

LASSANCE, Antonio. **Texto para Discussão: Análise "ex ante" de políticas públicas: fundamentos teórico-conceituais e orientações metodológicas para a sua aplicação prática**. 1ª Ed. Brasília, DF: IPEA, 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11399/1/td_analise_ex_ante_guia_metodologica_publicacao_preliminar.pdf. Acesso em: 31 jan. 2023.

LIMONAD, E.; RANDOLPH, R. Cidade e lugar: sua representação e apropriação ideológica. **Revista brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 5, p. 9-22, 2002.

LOTTA, Gabriella **Teorias e Análises sobre Implantação de Políticas Públicas no Brasil**. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, 2019. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20An%C3%A1lises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.

MATUS, Carlos. **Política, Planejamento & Governo**. Brasília, DF: IPEA, 1993.

MENON, Carlos. The bright side of MAUP: defining new measures of industrial agglomeration. **Papers in regional science**, v. 91, n. 1, p. 3-28, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo, SP: HUCITEC, 2014.

MIRANDA, Cláudio Zumpichiatti. **O uso de indicadores na avaliação do Programa de Inclusão Digital do Governo Federal**. Brasília, DF: TCU, 2010. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0ADAF83D077A>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MONASTERIO, Leonardo. Indicadores de análise regional e espacial. In: CRUZ *et al* (orgs). **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. cap. 10. p. 315-331. Brasília, DF: IPEA, 2011. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3008/1/Livro_Economia%20regional%20e%20urbana_teorias%20e%20m%C3%A9todos%20com%20%C3%A2nfase%20no%20Brasil.pdf Acesso em: 23 out. 2022.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Handbook on constructing composite indicators: methodology and user guide**. Paris: OECD, 2008.

OLIVEIRA, L.R.; PASSADOR, C.S. Ensaio teórico sobre as avaliações de políticas públicas. **Cad. EBAPE.BR**, v. 17, nº 2, Rio de Janeiro, Abr./Jun. FGV-EBAPE, 2019. Disponível em: [SciELO - Brasil - Ensaio teórico sobre as avaliações de políticas públicas Ensaio teórico sobre as avaliações de políticas públicas](#). Acesso em: 05 set. 2022.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo, SP: Pioneira, 1997.

OPENSHAW, S.; TAYLOR, P. J. The modifiable areal unit problem. *In*: WRIGLEY, N.; BENNETT, R. (Ed.). **Quantitative geography, a British view**. London: Routledge and Kegan, 1981.

PATTON, Michael Quinn. **Developmental evaluation: Applying Complexity Concepts to Enhance Innovation and Use**. Nova York: Guilford Press, 2011.

PEIXOTO, Betania *et al.* **Avaliação econômica de projetos sociais**. *In*: MENEZES FILHO, N. (Org.). São Paulo, SP: Dinâmica Gráfica e Editora, 2012.

RESENDE, Guilherme Mendes *et al.* Cap. 1 - Fatos Recentes do Desenvolvimento Regional no Brasil. **Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais**, p. 11 a 21. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2014.

RESENDE, Guilherme Mendes *et al.* Cap.9 Uma proposta de Avaliação Continuada dos Instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). **Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: uma análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional** (PNDR), v. 3, p. 370-403. Brasília, DF: IPEA, 2017.

RESENDE, G. M.; MAGALHÃES, J. C. **Texto para Discussão, n. 1.833: Disparidades do produto interno bruto (PIB) per capita no Brasil: uma análise de convergência em diferentes escalas regionais (1970- 2008)**. Brasília, DF: IPEA, 2013. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1212/1/TD_1833.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

ROSSI, P. H.; LIPSEY, M. W.; FREEMAN, H. E. **Evaluation: A systematic approach**. California: Sage Publications, 2004.

SABATIER, Paul A. Toward Better Theories of the Policy Process. **PS: Political Science and Politics**, 24(2), 147-156. California: American Political Science Association, 1991.

SANTOS, Antonio R. dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro, RJ: DP&A Editora, 1999.

SCRIVEN, Michael. **Evaluation Thesaurus**. 4a ed. California: Sage Publications, 1991.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. Ed. São Paulo, SP: CENGAGE Learning, 2013.

SEIXAS, L. F. M.; SACCARO JÚNIOR, N.L. **Texto para discussão, n. 2771: Metodologias de Avaliação e análise de impacto**: Abordagens e aplicações no âmbito da Regulação Urbana. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2022. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2004.pdf. Acesso em: 18 jul. 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2013.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração da Dissertação**. Florianópolis: USFC, 2005.

STEPHANOU, Michelle C. Análise comparativa das metodologias de avaliação das agências de fomento internacionais BID e BIRD em financiamentos de projetos sociais no Brasil. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 1, p. 127-160, 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/38>. Acesso em: 10 jul. 2022.

STONE, Deborah. **Policy paradox**: The art of political decision making. [S.l.]: WW Norton & Company, 2022.

STUFFLEBEAM, Daniel L. The CIPP Model for Evaluation. In: STUFFLEBEAM, D.L., MADAUS, G.F., KELLAGHAN, T. (eds.). **Evaluation Models. Evaluation in Education and Human Services**, vol 49. Springer: Dordrech, 2000.

TCDF – TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL. **Relatório dos Auditores Independentes**: Sobre as Demonstrações Financeiras Básicas do PROCIDADES/DF – Exercício de 2019. Contrato de Empréstimo BID 2957/OC-BR. Brasília, DF: TCDF, 2020.

TCDF – TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL. **Relatório de Auditoria Operacional**: Áreas de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal. Brasília, DF: TCDF, 2021a. Disponível em: <https://www.tc.df.gov.br/assuntos/relatorios-de-auditorias->

operacionais-e-de-fiscalizacoes-de-obras-e-servicos/2021/ro-21-002_areas-de-desenvolvimento-economico-do-distrito-federal.pdf. Acesso em: 28 mar. 2023.

TCDF – TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL. **Relatório dos Auditores Independentes**: Sobre as Demonstrações Financeiras Básicas do PROCIDADES/DF – Exercício de 2020. Contrato de Empréstimo BID 2957/OC-BR. Brasília, DF: TCDF, 2021b.

TCDF - TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL. **Relatório de Auditoria nº 18/2021**. Brasília, DF: TCDF, 2021c. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/relatorios-de-auditoria/relatorios-de-auditoria-2021/relatorio-de-auditoria-no-18-2021-procidades-programa-de-requalificacao-de-vias-e-espacos-publicos-do-distrito-federal.html>. Acesso em: 1 abr. 2023.

UCHOA, Carlos. Eduardo. **Elaboração de indicadores de desempenho institucional**. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, 2013.

UE – EUROPEAN UNION. **Guidance document on monitoring and evaluation**: European Regional Development Fund and Cohesion Fund. Brussels: UE, 2014.

UNDP – UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Handbook on planning, monitoring and evaluating for development results**. New York: UNDP, 2009

WEISS, Carol H. **Evaluation: Methods for studying programs and policies**. 2. ed. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 1998.

YAMAMOTO, Daisaku. Scales of regional income disparities in the USA, 1955-2003. **Journal of Economic Geography**, v. 8, p. 79-103, 2008.

ZIMMERMANN, Fábio. **Gestão estratégica com o uso do BSC**. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, 2015. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2410>. Acesso em: 25 jul. 2022

APÊNDICE A
PLANILHA DE AVALIAÇÃO DE INDICADORES

[illegible]

ANEXO A

E-SIC – PEDIDO DE INFORMAÇÃO SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL - SDE/DF

Dados do Pedido

Protocolo	00370000044202245
Solicitante	ROSALIA SALDANHA BARBOZA
Data de abertura	03/11/2022
Orgão Superior Destinatário	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de atendimento	23/11/2022
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de recebimento da resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Descrição	Informações sobre o PROCIDADES. Sou estudante de mestrado e gostaria de obter as seguintes informações para auxiliar nos estudos: A qual política de estado o PROCIDADES se vincula? Quais as formas de avaliação do Programa? São utilizados indicadores para avaliação e monitoramento do PROCIDADES? Como foram definidas as ADEs para o PROCIDADES? Quantas empresas se beneficiaram com as obras do PROCIDADES? Atenciosamente.

Dados da Resposta

Data de resposta	01/12/2022
Tipo de resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC
Resposta	Prezado Cidadã, Em razão do assunto tratado, segue a resposta da área técnica em anexo. Atenciosamente, Ouvidoria da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF.

Classificação do Pedido

Categoria do pedido	Governo e Política
Subcategoria do pedido	Administração pública
Número de perguntas	3

Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
03/11/2022	Pedido Registrado para o Órgão Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico	SOLICITANTE
01/12/2022	Pedido Respondido	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Resposta ao e-SIC para SDE/DF

01/12/2022 11:18

SEI/GDF - 100846181 - Despacho



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio as Áreas de Desenvolvimento Econômico

Despacho - SDE/SAADE

Brasília-DF, 29 de novembro de 2022.

À Ouvidoria/SDE,

Tendo em vista o Despacho - SDE/OUVIDORIA 99346233, encaminho algumas informações solicitadas sobre o Programa PROCIDADES:

A qual política de estado o PROCIDADES se vincula?

O Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (PROCIDADES-DF) tem por objetivo geral promover o desenvolvimento econômico do Distrito Federal, mediante melhorias no ambiente de negócios e promoção de investimentos, além da melhoria da infraestrutura urbana e do fomento do desenvolvimento empresarial em seis Áreas de Desenvolvimento Econômico (ADEs).

O PROCIDADES – DF está incluído no Plano Plurianual do Distrito Federal,

O Programa PROCIDADES-DF está estruturado em quatro componentes, conforme descrito a seguir:

- Componente I – Desenvolvimento Institucional Estratégico.
- Componente II – Programa de Atração de Investimentos Brasília Negócios
- Subcomponente 1. Plano estratégico para atração de investimentos
- Subcomponente 2. Implementação de atividades de promoção direta de investimentos.
- Subcomponente 3. Apoio aos Investidores.
- Componente III – Desenvolvimento Empresarial ADE's
- Subcomponente 1 – Articulação Institucional nas ADEs
- Subcomponente 2. Fortalecimento do capital humano.
- Subcomponente 3. Apoio empresarial.
- Componente IV - Urbanismo e Infraestrutura nas ADE's

Quais as formas de avaliação do Programa?

Com relação à avaliação de resultados do Programa, o método utilizado é a avaliação reflexiva. Já foi realizado um estudo prévio e se dispõe de dados para a linha de base. A avaliação dos resultados e dos produtos será feita periodicamente até o final do Programa.

São utilizados indicadores para avaliação e monitoramento do PROCIDADES?

Para realizar o monitoramento da execução do Programa o BID e a UGP utilizarão: (i) o cronograma físico-financeiro; (ii) o Plano Operativo Anual - POA; (iii) o Plano de Aquisições; e (iv) a Matriz de Resultados (MR).

Conforme o Plano de Monitoramento e Avaliação (PMA), o Programa deverá prever recursos para realização das atividades previstas no PMA, dentre as quais se destacam: i) avaliação de meio termo; ii) avaliação final, que incluirá os conteúdos previstos no Informe de Encerramento do Programa (Project Completion Report – PCR); iii) avaliação de impacto e avaliação ex-post. O Plano de

01/12/2022 11:18

SEI/GDF - 100846181 - Despacho

Monitoramento e Avaliação descreve os conteúdos destas avaliações bem como seus custos. Ressalta-se ainda o compromisso da UGP (Unidade de Gerenciamento do Program) em disponibilizar estas informações ao público por meio do website da Secretaria das Cidades.

A Avaliação Final do Programa será executada em até 90 dias após terem sido desembolsados 90% dos recursos do empréstimo. Terá como foco principal os seguintes itens: i) os resultados da execução financeira e a síntese das auditorias realizadas; ii) o cumprimento das metas e dos produtos e os resultados esperados; iii) o cumprimento dos requisitos ambientais, consoante com o estabelecido no RAA; iv) a síntese dos resultados socioambientais; e o grau de cumprimento dos compromissos contratuais. Depois de ter sido aceito pelo Banco os relatórios de avaliação serão postos à disposição do público através das páginas web do GDF.

Quantas empresas se beneficiaram com as obras do PROCIDADES?

O Programa encontra-se em fase de execução.

Atenciosamente,

Veronica Lisboa
Assessora Especial - SAADE



Documento assinado eletronicamente por **VERÔNICA SANTOS NASCIMENTO LISBOA - Matr.0278792-X, Assessor(a) Especial.**, em 29/11/2022, às 15:25, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **100846181** código CRC= **F19BF23A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

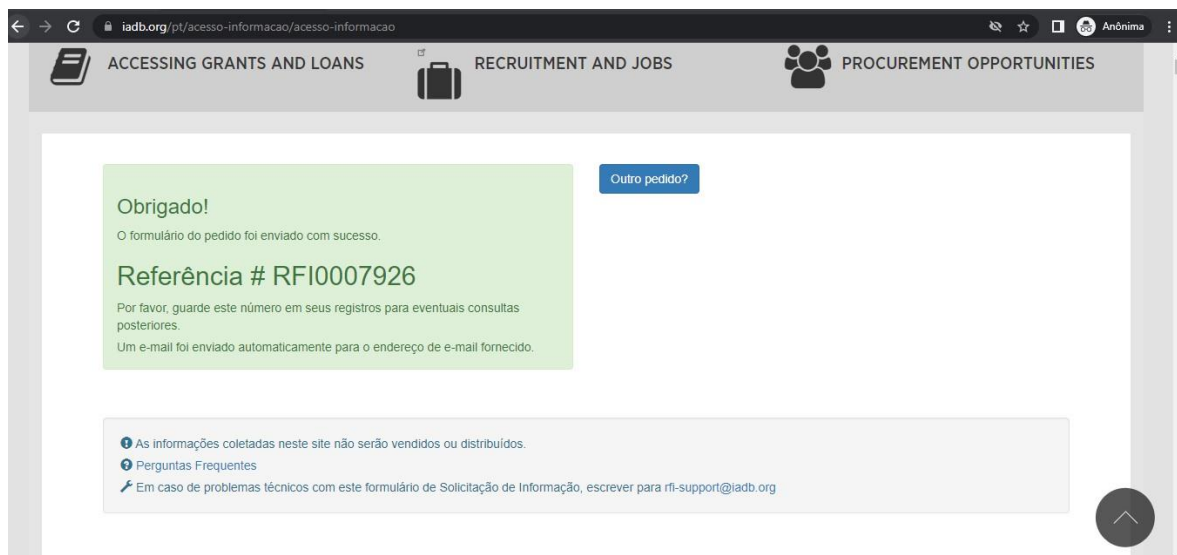
Setor Comercial Norte - SCN Quadra 2 Bloco "C" Número 900 - Bairro Asa Norte - CEP 70712-030 - DF

00370-00004920/2022-21

Doc. SEI/GDF 100846181

ANEXO B

PIMEIRO PEDIDO DE INFORMAÇÃO PARA O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID



Resposta ao 1º Pedido de Informação par ao BID:

08/02/2023 21:18

Gmail - Seu solicitação #RFI0007926 foi resolvido



Rosalia Saldanha <rosaliasaldanha@gmail.com>

Seu solicitação #RFI0007926 foi resolvido

1 mensagem

PIC Service Desk <iadb@service-now.com>
 Responder a: iadb@service-now.com
 Para: rosaliasaldanha@gmail.com

5 de janeiro de 2023 às 09:24

**RFI Ticket - Solicitação Resolvida**

Prezado(a) Rosália Saldanha Barboza,

Analisamos seu solicitação e gostaríamos de prestar às seguintes informações:

Agradecemos seu interesse nos projetos PROCIDADES.

A seguir encaminhamos uma lista de todos os projetos aprovados e links a seus respectivos documentos:

Número	Nombre de la Operación	Enlace Web
BR-L 1386	Actualización BR-L1055 Programa de Desarrollo Urbano e Inclusión Social de Niterói	https://www.iadb.org/en/project/BR-L 1386
BR-L 1344	PROCIDADES-CASCADEL Programa de Desarrollo Integrado del Municipio de Cascavel	https://www.iadb.org/en/project/BR-L 1344
BR-L 1226	Programa Integrado de Desarrollo Social y Urbano del Municipio de Paranagua	https://www.iadb.org/en/project/BR-L 1226
BR-L 1190	PROCIDADES - Recife	https://www.iadb.org/en/project/BR-L 1190
BR-L 1187	PROCIDADES - Novo Hamburgo	https://www.iadb.org/en/project/BR-L 1187
BR-L 1183	PROCIDADES - Colatina	https://www.iadb.org/en/project/BR-L 1183
BR-L 1171	Programa de Desarrollo Urbano Integrado de Catanduva	https://www.iadb.org/en/project/BR-L 1171
BR-L 1163	PROCIDADES-Programa de Desarrollo Integrado del Municipio de Passo Fundo-PRODIN	https://www.iadb.org/en/project/BR-L 1163
BR-L 1117	PROGRAMA DE REVITALIZACIÓN DEL CENTRO HISTÓRICO DEL	https://www.iadb.org/en/project/BR-L 1117
BR-L 1104	PROCIDADES - Campo Grande - Programa de Desarrollo Integrado	https://www.iadb.org/en/project/BR-L 1104
BR-L 1099	PROCIDADES-Programa Mejoramiento Infraestructura Urbana Municipio Ponta Grossa	https://www.iadb.org/en/project/BR-L 1099
BR-L 1096	PROCIDADES-ITAJAÍ-Programa de Desarrollo y Movilidad Urbana "Viva Cidade"	https://www.iadb.org/en/project/BR-L 1096
BR-L 1094	Programa de Desarrollo Urbano Sostenible de Londrina - PROCIDADES - LONDRINA	https://www.iadb.org/en/project/BR-L 1094
BR-L 1088	Programa de Desarrollo Urbano e Inclusión Socio-ambiental de Manaus	https://www.iadb.org/en/project/BR-L 1088
BR-L 1087	PROCIDADES-Maringá: Programa de Movilidad Urbana del Municipio de Maringá	https://www.iadb.org/en/project/BR-L 1087

<https://mail.google.com/mail/u/0/?ik=2d1cf620b6&view=pt&search=all&permthid=thread-f%3A1754185310995679664&simpl=msg-f%3A1754185...> 1/2

08/02/2023 21:18

Gmail - Seu solicitação #RFI0007926 foi resolvido

BR-L1085	PROCIDADES - Toledo - Programa de Desarrollo Socio-Económico Sostenible	https://www.iadb.org/en/project/BR-L1085
BR-L1084	Programa Integrado de Desarrollo Urbano e Inclusión Social de Aracaju	https://www.iadb.org/en/project/BR-L1084
BR-L1083	PROCIDADES-Curitiba: Programa Integrado de Desarrollo Social y Urbano del Municipio de Curitiba	https://www.iadb.org/en/project/BR-L1083
BR-L1077	PROCIDADES Programa Urbanización y Saneamiento Ambiental Municipio Belford Roxo	https://www.iadb.org/en/project/BR-L1077
BR-L1076	PROCIDADES - Programa de Desarrollo Economico del Distrito Federal-ADEs	https://www.iadb.org/en/project/BR-L1076
BR-L1058	PROCIDADES - Programa de Urbanización Integral del Municipio de Nova Iguaçu	https://www.iadb.org/en/project/BR-L1058
BR-L1057	PROCIDADES - Programa de Desarrollo Urbano e Inclusión Social de Vitoria	https://www.iadb.org/en/project/BR-L1057
BR-L1055	PROCIDADES - Programa de Desarrollo Urbano e Inclusión Social de Niterói	https://www.iadb.org/en/project/BR-L1055

Survey/Enquete/
Encuesta/Enquêt

Agradeceríamos se der sua opinião sobre nossa gestão respondendo às seguintes perguntas neste link: [Link para a pesquisa](#)

DETALHES DO BILHETE

Breve descrição Ticket Web - PIC20230102161448

Descrição Quantos programas PROCIDADES e semelhantes, com investimentos em infraestrutura, foram e são desenvolvidos pelo BID desde 2014 até 2022?

Grupo de atribuição RFI - PIC - Brazil

Tópico Infrastructure

Afiliação Multilateral Organization

Pais de residência Brazil

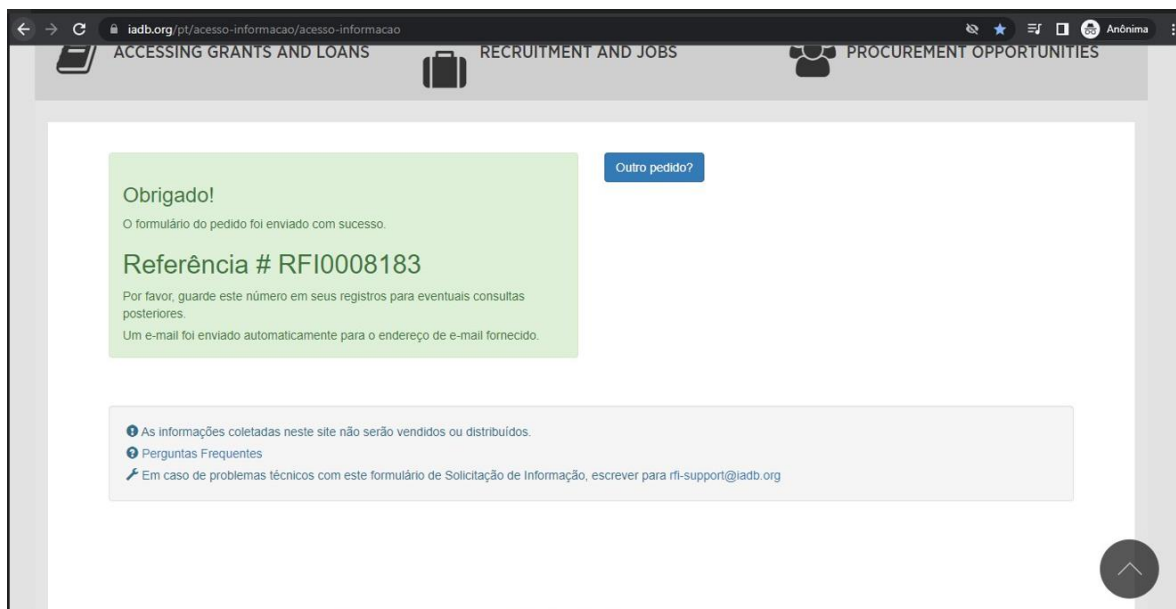
Atenciosamente,

Centro de Informações Públicas
Banco Interamericano de Desenvolvimento
www.iadb.org

Ref:MSG19814606

ANEXO C

SEGUNDO PEDIDO DE INFORMAÇÃO PARA O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID



Resposta ao 2º Pedido de Informação para o BID

24/05/2023, 19:16

Gmail - Seu solicitação #RFI0008183 foi resolvido



Rosalia Saldanha <rosaliasaldanha@gmail.com>

Seu solicitação #RFI0008183 foi resolvido

1 mensagem

PIC Service Desk <iadb@service-now.com>
 Responder a: iadb@service-now.com
 Para: rosaliasaldanha@gmail.com

15 de março de 2023 às 11:42



RFI Ticket - Solicitação Resolvida

Prezado(a) Rosalia Saldanha Barboza,

Analizamos seu solicitação e gostaríamos de prestar às seguintes informações:

Em resposta à sua requisição de informação, informamos que :

1 - no portal do BID é possível consultar o mencionado projeto por meio do link <https://www.iadb.org/en/projects-search?country=§or=&status=&query=proxidades>

2 - Com a busca concluída, poderá exportar os dados ao excel, conforme figura abaixo:



3 - caso queira consultar demais projetos em outros países, basta selecionar no campo ALL SECTORS o termo "HUD - Urban development and Housing" e clicar em selecionar, que serão listados todos os projetos similares em outros países que integram o BID: <https://www.iadb.org/en/projects-search>

Survey/Enquete/
Encuesta/Enquêt

Agradeceríamos se der sua opinião sobre nossa gestão respondendo às seguintes perguntas neste link: [Link para a pesquisa](#)

DETALHES DO BILHETE

Breve descrição

Ticket Web - PIC20230314154105

Descrição

Boa tarde, Sou estudante de mestrado e gostaria de obter as seguintes informações para auxiliar

<https://mail.google.com/mail/u/0/?ik=2d1cf620b6&view=pt&search=all&permthid=thread-f:1760445182230212866&simpl=msg-f:1760445182230212866> 1/2

24/05/2023, 19:16

Gmail - Seu solicitação #RFI0008183 foi resolvido

	nos estudos, por favor: relação com informações sobre os programas PROCIDADES e programas semelhantes financiados pelo Banco não só os realizados no Brasil. Se for possível passar o link de cada projeto para que possa analisar agradeço bastante. Atenciosamente Rosália Saldanha Barboza
Grupo de atribuição	RFI - PIC - Brazil
Tópico	Research and Data
Afiliação	Academic
País de residência	Brazil

Atenciosamente,

Centro de Informações Públicas
 Banco Interamericano de Desenvolvimento
www.iadb.org

Ref:MSG20518872

ANEXO D

CONSULTA À SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL – SO/DF

24/05/2023, 19:24

Gmail - Informações sobre o PROCIDADES



Rosalia Saldanha <rosaliasaldanha@gmail.com>

Informações sobre o PROCIDADES

2 mensagens

Rosalia Saldanha <rosaliasaldanha@gmail.com>

14 de março de 2023 às 14:17

Para: guilherme.coelho@so.df.gov.br

Cco: Rosália Saldanha <rosaliasaldanha@yahoo.com.br>

Prezado Guilherme,

Sou Rosália Saldanha Barboza, aluna do Mestrado em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Farias - UNIALFA de Goiânia e estou desenvolvendo minha dissertação em Políticas Públicas com tema de Avaliação de Indicadores utilizados na avaliação e monitoramento do Componente IV do Programa PROCIDADES. Este componente se refere a realização de obras para melhoria da infraestrutura e urbanismo nas Áreas de Desenvolvimento Econômico do Polo JK, Setor de Múltiplas Atividades do Gama (AMA do Gama) e Ceilândia em seu Setor de Depósito de Material de Construção e Setor de Indústria.

A pesquisa tem o objetivo de identificar, monitorar e analisar indicadores que sejam aplicáveis nas avaliações de implantação de programas de Atração de Investimentos na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal com recursos destinados à melhoria do urbanismo e infraestrutura.

Ao analisar a documentação do CONTRATO DE EMPRÉSTIMO No. 2957/0C-BR entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) verificou-se que havia a previsão de Unidades Setoriais para a execução das obras contratadas sob a égide desse empréstimo. Sendo previsto na Secretaria de Estado de Obras a criação da Unidade de Gerência Setorial com as funções de planejamento, acompanhamento e supervisão das ações e atividades do Programa, que estejam sob sua responsabilidade, bem como, assegurar uma efetiva coordenação e sincronização no desenvolvimento dos projetos e obras físicas relacionadas à infraestrutura e urbanização das ADEs a cargo das entidades: NOVACAP, CAESB, CEB, SEDHAB.

Consulto sobre:

Houve a criação dessa Unidade e qual foi a sua duração?

Ela realizou o acompanhamento desses contratos?

De que forma a Secretaria de Obras atuou na execução do PROCIDADES?

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Agradeço o empenho dedicado à resposta dos questionamentos acima e resalto a grande importância dela para a realização da pesquisa.

Atenciosamente,

Rosália Saldanha Barboza

Guilherme Nery da Fonseca Coelho <Guilherme.Coelho@so.df.gov.br>

18 de abril de 2023 às 11:36

Para: "rosaliasaldanha@gmail.com" <rosaliasaldanha@gmail.com>

Cc: Bruno Morais Alves <bruno.alves@so.df.gov.br>

Bom dia,

Prezada Rosália,

Conforme solicitação feita por meio do email enviado a essa SUGRE/SODF, seguem, no email abaixo, as respostas dos questionamentos enviados.

Atenciosamente,

Guilherme Coelho

SUGRE/SODF

24/05/2023, 19:24

Gmail - Informações sobre o PROCIDADES

Tel-3306-5045

De: Bruno Moraes Alves
 Enviado: segunda-feira, 17 de abril de 2023 14:08
 Para: Guilherme Nery da Fonseca Coelho
 Assunto: Re: Informações sobre o PROCIDADES

1. Houve a criação dessa Unidade e qual foi a sua duração?
 Resposta:

a-) Sim, foi criado o Grupo de Trabalho Setorial GTS/SODF do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PROCIDADES, destinado a promover a articulação e a interface entre a Unidade de Gerenciamento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico UGP/SDE e as Unidades de Gerência Local UGLs Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB e Companhia Energética de Brasília - CEB, conforme definido no Convênio nº 03/2015 UGP/SEDST, com o objetivo de prestar o apoio técnico necessário à execução dos serviços específicos previstos no Contrato de Empréstimo nº 2957/OC-BR, firmado entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, mediante a Portaria nº 98, de 17 de junho de 2019 da Secretaria d Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, publicada na edição nº 119 (27/06/2019) do Diário Oficial do DF.

b-) A duração do GTS/SODF foi limitada ao período de execução do Programa PROCIDADES-DF.

2. Ela realizou o acompanhamento desses contratos?

Sim. Os contratos eram acompanhados nos termos descritos na referida Portaria

3. De que forma a Secretaria de Obras atuou na execução do PROCIDADES?

A SODF atuou nos termos definidos pelo Convênio nº 03/2015 UGP/SEDST.

Cordialmente,

[1555096274120]
 Bruno Moraes Alves

Chefe
 Unidade de Gerenciamento de Programas Nacionais, Internacionais e Emendas Parlamentares
 UGP/NI/SUGRE/SODF
 (61) 3306-5047
 SAP, lote B, Bloco A 15 - NOVACAP

[Texto das mensagens anteriores oculto]

3 anexos



OutlookEmoji-1555096274120b5341d4a-21db-4b42-8512-c9b78a5a9221.png
 9K

 **Portaria GTS.pdf**
 554K

 **Extrato DODF - Convênio.pdf**
 25K

<https://mail.google.com/mail/u/0/?ik=2d1cf620b6&view=pt&search=all&permthid=thread-a:r-301783852034347574&simpl=msg-a:r-30013136881...> 2/2

Anexo do –email: Portaria GTS

KARINA FERNANDES OLIVEIRA, matrícula 250926-1, período de 19/05/2014 a 18/05/2019; KARINA TEOFILO ROSENBERG, matrícula 250894-X, período de 14/05/2014 a 12/05/2019; LEANDRO DE SOUSA CARVALHO, matrícula 250797-8, período de 08/05/2014 a 06/05/2019; S. TEIXEIRA NASCIMENTO, matrícula 250897-4, períodos de 14/05/2014 a 14/05/2019; LORENA BARBOSA MARQUES, matrícula 911-3, período de 09/05/2014 a 07/05/2019; LUCIANA BORGES DA COSTA MARINHO, matrícula 250812-5, período de 09/05/2014 a 17/05/2019; LUIS A. DE PAULA DO NASCIMENTO, matrícula 250899-5, período de 08/05/2014 a 06/05/2019; MARCELO BAIISTA LIMA, matrícula 250777-3, período 07/05/2014 a 05/05/2019; MARCO A. GOMES SILVA CAVALCANTI, matrícula 808-7, período 09/05/2014 a 07/05/2019; MARCOS PAULO FERRAZ PINTO, matrícula 9296, período 20/05/2014 a 18/05/2019; MARCUS VINICIUS CORREA MIRUZZI, matrícula 250798-6, período 09/05/2014 a 07/05/2019; MARLA GABRIELA SANTANA DE SOUZA, matrícula 250747-1, período 05/05/2014 a 04/05/2019; MATHEUS RIBEIRO DE SANTA ANA, matrícula 250737-4, período 05/05/2014 a 03/05/2019; MOISES FERREIRA DIAS, matrícula 250919-9, período 16/05/2014 a 14/05/2019; PAULA ROBERTA MOREIRA, matrícula 250900-8, período 14/05/2014 a 12/05/2019; PEDRO TOSTES ABREU, matrícula 8826, período 14/05/2014 a 12/05/2019; RAFAEL LOPES CARNEIRO, matrícula 760-9, período 06/05/2014 a 30/05/2019; RAMON SERAINE FAGUNDES, matrícula 751-X, período 06/05/2014 a 04/05/2019; REJATA ARAUJO PENOTO, matrícula 786-2, período 09/05/2014 a 07/05/2019; RODRIGO ANJOS DE OLIVEIRA ROCHA, matrícula 969-3, período 26/05/2014 a 24/05/2019; RODRIGO MARQUES FERNANDES, matrícula 921-0, período 16/05/2014 a 14/05/2019; ROGERIO EUSTAQUIO DA SILVA, matrícula 743-9, período 05/05/2014 a 03/05/2019; SERGIO PEREIRA DA COSTA, matrícula 1204-1, período 05/05/2014 a 03/05/2019; SUELEN PEREIRA BRAGA DA SILVA, matrícula 739-0, período 05/05/2014 a 29/05/2019; SUENE SILVA FERREIRA, matrícula 785-4, período 07/05/2014 a 05/05/2019; TALITA ILANA VIEIRA GEHRE, matrícula 754-4, período 06/05/2014 a 04/05/2019; THIAGO RODRIGUES GONCALVES, matrícula 822-2, período 09/05/2014 a 07/05/2019; THILO TEIXEIRA E SILVA, matrícula 867-2, período 13/05/2014 a 11/05/2019; TIAGO RAFAEL DA COSTA OLIVEIRA, matrícula 250746-3, período 06/05/2014 a 04/05/2019; VABERLENE SOARES BEZERRA, matrícula 13455, período 25/05/2014 a 23/05/2019; VICTOR LINS BATISTA, matrícula 250870-2, período 13/05/2014 a 11/05/2019; VINICIUS SOUZA LIMA, matrícula 250767-6, período 07/05/2014 a 05/05/2019; VIVIANE L. DA SILVA FILGUEIRA, matrícula 250783-8, período 07/05/2014 a 05/05/2019; WENDEL DA LUZ ARAUJO, matrícula 250846-X, período 12/05/2014 a 10/05/2019; ZILDA M. S. DE B. RIOS PORTALES, matrícula 250736-6, período 05/05/2014 a 06/05/2019.

VALMIR LEMOS DE OLIVEIRA

INSTRUÇÃO Nº 716, DE 11 DE JUNHO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 100, inciso XLI do regimento aprovado pelo Decreto nº 27.784, de 16 de março de 2007, resolve: CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, nos termos do Artigo nº 130, inciso V e Artigo nº 139, da Lei Complementar nº 840/2011, aos seguintes servidores: CLEIDSON DA SILVA BARBOSA, matrícula 250651-3, períodos de 01/07/2011 a 04/07/2017; JONAS GONÇALVES DOURADO JÚNIOR, matrícula 250288-7, períodos de 01/07/2011 a 14/12/2015; MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA, matrícula 250311-2, período 17/06/2013 a 12/09/2014; WILSON LEOCADIO DE SOUZA, matrícula 250718-8, período 14/02/2014 a 12/02/2019.

VALMIR LEMOS DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA

CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL

ORDEN DE SERVIÇO Nº 17, DE 26 DE JUNHO DE 2019

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei nº 11.343/2006, de 23 de agosto de 2006, Lei nº 10.216/2001, de 06 de abril de 2001, Decreto Distrital nº 32.108/2010, de 25 de agosto de 2010 e inciso V, art. 17 da Portaria nº 17, de 05 de setembro de 2011, e considerando a deliberação ocorrida no âmbito do colegiado do Conselho de Política Sobre Drogas do Distrito Federal (CONEN-DF) na ocasião da 12ª Reunião Ordinária de 2018 e 56ª Reunião do CONEN-DF, ocorrida no dia 06/12/2018, acerca da necessidade de criação de um Grupo de Trabalho específico para análises e estudos detalhados acerca da revisão dos valores mínimos necessários ao custeio de vagas em entidades classificadas como Comunidades Terapêuticas, para o abrigo e o acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, executada de forma continuada, por demanda, na modalidade de internação, em regime de residência, custeados com recursos do Fundo Antidrogas do Distrito Federal (FUNPAD) e considerando a deliberação ocorrida no âmbito do GT na ocasião da reunião do dia 27/02/2019, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo por mais 30 (trinta) dias, o prazo do Grupo de Trabalho instituído pela Ordem de Serviço nº 01, de 15/01/2019, publicada no DODF nº 12, Seção I, pag. 6, do dia 17/01/2019, que versa sobre a necessidade de análises e estudos detalhados acerca da revisão dos valores mínimos necessários ao custeio de vagas em entidades classificadas como Comunidades Terapêuticas, para o abrigo e o acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, executada de forma continuada, por demanda, na modalidade de internação, em regime de residência, custeados com recursos do Fundo Antidrogas do Distrito Federal (FUNPAD).

Art. 2º Designar o conselheiro e Vice-Presidente do CONEN-DF: JOSÉ DO NASCIMENTO REGO MARTINS - matrícula 232.918-2, para substituir o Presidente da referida Comissão em seus impedimentos legais e afastamentos regulamentares.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON MOURA E SOUSA

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº 98, DE 17 DE JUNHO DE 2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 105, incisos I e VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Art. 1º Criar, no âmbito da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, o Grupo de Trabalho Setorial GTS/SODF do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal - PROCIDADES, destinado a promover a articulação e a interface entre a Unidade de Gerenciamento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico UGP/SDE e as Unidades de Gerência Local UGLs Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB e Companhia Energética de Brasília - CEB, conforme definido no

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html> pelo código 30012019062700028

Convênio nº 03/2015 UGP/SEDST, com o objetivo de prestar o apoio técnico necessário à execução dos serviços específicos previstos no Contrato de Empréstimo nº 2957/OC-BR, firmado entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

§ 1º O GTS será instalado junto à SODF, tendo como objetivo principal assegurar a efetiva coordenação e sincronização no desenvolvimento dos projetos e obras físicas relacionadas à infraestrutura e à urbanização das Áreas de Desenvolvimento Econômico - ADEs, a cargo das entidades NOVACAP, CAESB, CEB e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH.

§ 2º O GTS/SODF terá duração limitada ao período de execução do Programa PROCIDADES-DF. Art. 2º O GTS será constituído por três técnicos, sendo um coordenador executivo, integrante do quadro funcional da SODF, designado pelo Secretário de Estado, com comprovado conhecimento e experiência em sua área de atuação, e outros dois técnicos, um engenheiro sênior e um técnico administrativo, contratados pela empresa consultora responsável pelo apoio ao gerenciamento do Programa, os quais deverão prestar assessoria diretamente nas dependências da SODF.

§ 1º O GTS atuará em nível de apoio técnico à execução física do Programa, dedicado ao planejamento, acompanhamento e supervisão das ações e atividades que estejam sob a responsabilidade da respectiva Secretaria de Estado.

§ 2º O GTS também realizará a articulação com a UGP/SDE, prestando-lhe apoio.

Art. 3º Ao GTS/SODF compete:

I - acompanhar as ações previstas no Componente IV - Urbanismo e Infraestrutura nas ADEs do Programa, conforme o estabelecido no Plano de Aquisições;

II - acompanhar, nos processos de contratação de obras e serviços correlatos, os procedimentos estabelecidos nas Políticas do BID (GC-2349-9) afetas ao tema;

III - elaborar as minutas dos Termos de Referência e das Especificações Técnicas relacionadas com as obras programadas ou solicitadas pela Conveniente SDE;

IV - elaborar, direta ou indiretamente, os projetos e orçamentos das obras pertinentes ao Programa;

V - elaborar as minutas dos editais de licitação para as contratações necessárias à execução do Programa;

VI - acompanhar a execução dos contratos fiscalizados pela Conveniente NOVACAP, no âmbito do Componente IV - Urbanismo e Infraestrutura nas ADEs do Programa;

VII - encaminhar à Conveniente SDE os relatórios mensais contendo as informações físico-financeiras das atividades sob a responsabilidade da Conveniente NOVACAP;

VIII - colaborar com os servidores dos Órgãos de Controle prestando esclarecimentos na sua área de atuação;

IX - cumprir integralmente as respectivas obrigações pactuadas no Convênio e no contrato de empréstimo entre o DF e o BID, relativas à sua área de atuação;

X - assegurar a adequada manutenção e conservação dos bens permanentes decorrentes do Componente IV - Urbanismo e Infraestrutura nas ADEs do Programa, de acordo com as técnicas universalmente aceitas, responsabilizando-se por eventuais danos.

Art. 4º O GTS/SODF terá um coordenador geral e contará com o apoio técnico de uma empresa de consultoria na estruturação e no gerenciamento da execução do programa.

Parágrafo único: Fica designado para compor o GTS/SODF - PROCIDADES, o servidor GUILHERME NERY DA FONSECA COELHO, Subsecretário, matrícula nº 0174824-6, na qualidade de Coordenador.

Art. 5º Os órgãos e entidades do Distrito Federal prestarão ao GTS/SODF - PROCIDADES as informações e o apoio técnico necessário à execução do programa.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IZIDIO SANTOS JÚNIOR

PORTARIA Nº 100, DE 24 DE JUNHO DE 2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 105, parágrafo único, V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Art. 1º Prorrogar por mais 30 (trinta) dias o Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 87, de 22 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal no dia 24/05/2019, na página 38, com finalidade de produzir a elaboração do Manual de Supervisão e Execução de Obras e Serviços de Engenharia da SODF.

Art. 2º O Grupo de Trabalho é composto pelos seguintes servidores: ANTONIO CARLOS RIBEIRO SILVA, matrícula 273.631-0; DANILO EDSON HAYAKAWA, matrícula 273.899-0; ELIZABETE BORGES E BORGES, matrícula 274.459-7; FERNANDES ALBUQUERQUE DA SILVA, matrícula 273.580-6; MARIANA HENRIQUE CALAZANS, matrícula 273.598-9; e SANDRO JARDIM DE OLIVEIRA, matrícula 108.568-9.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IZIDIO SANTOS JÚNIOR

PORTARIA Nº 101, DE 25 DE JUNHO DE 2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III, V e VII, do artigo 105, da Lei Orgânica do Distrito Federal e em conformidade com o que dispõe no Decreto Distrital nº 38.458, de 30 de agosto de 2017, que institui o Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal - CONSAB/DF, resolve:

Art. 1º Designar os Membros Titulares e Suplentes do Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal - CONSAB/DF, conforme os artigos seguintes:

Art. 2º Designar como representantes da Administração Pública e entidades do Distrito Federal:

I - Da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - SODF:

a) Titular: IZIDIO SANTOS JÚNIOR;

b) Primeiro suplente: VIRGINIA CUSSI SANCHEZ;

c) Segundo suplente: DIEGO LOPES BERGAMASCHI;

II - Da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA:

a) Titular: JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR;

b) Primeiro suplente: ELISA MARIA LIMA MEIRELES;

c) Segundo suplente: JOSÉ AQUILES TOLLSTADTUS LEAL;

III - Da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH:

a) Titular: EDNA AIRES;

b) Primeiro suplente: MARIA CRISTINA RIBEIRO FERREIRA;

c) Segundo suplente: GRACO MELO SANTOS;

d) Da Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal - SEFP:

a) Titular: JÚLIO CESAR LIMA;

b) Primeiro suplente: ANA PAULA DRUMOND GERVÁSIO GUERRA;

c) Segundo suplente: DANILO COSTA MACEDO;

d) Da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES:

a) Titular: EVERALDO RESENDE SILVA;

b) Primeiro suplente: ANDERSON DE MORAIS LEOCADIO;

c) Segundo suplente: REGINA DOS SANTOS SCALA;

d) Do Instituto Brasileiro Ambiental - IBRAM:

a) Titular: JANAINA SOARES E SILVA ARAÚJO;

b) Primeiro suplente: PAULO RUBENS MARTINS ARAÚJO FILHO;

c) Segundo suplente: ERIKA NAZARE GADALHA MEIRA CERQUEIRA.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA

RATIFICAÇÕES DE NOTAS DE EMPENHO

No sentido de cumprir o que determina o art. 26, parágrafo único, no seu inciso II, para que seja procedida a ratificação das Notas de Empenho nº 2015NE00437, 2015NE00438 e 2015NE00439, uma vez que a realização da despesa foi fundamentada no artigo 25, inciso III a favor das Empresas KATIA COELHO LIMA DIAS - ME, ASSOCIAÇÃO BATERIA NOTA SHOW e ASSOCIAÇÃO CULTURAL MENINO DE CEILÂNDIA, para o Evento "KIZOMBA A FESTA" a ser realizado no dia 26 de dezembro de 2015, no Espaço Cultural Água Imperial e Bateria Nota Show na EQNP 11/15 - Módulo B em Ceilândia, pelo fato das Empresas deterem serviços de natureza exclusiva, para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública. Processos: 138.000.531/2015. VILSON JOSÉ DE OLIVEIRA, Administrador Regional de Ceilândia.

No sentido de cumprir o que determina o art. 26, parágrafo único, no seu inciso II, para que seja procedida a ratificação das Notas de Empenho nº 2015NE00437, 2015NE00438 e 2015NE00439, uma vez que a realização da despesa foi fundamentada no artigo 25, inciso III a favor das Empresas KATIA COELHO LIMA DIAS - ME, ASSOCIAÇÃO BATERIA NOTA SHOW e ASSOCIAÇÃO CULTURAL MENINO DE CEILÂNDIA, para o Evento "KIZOMBA A FESTA" a ser realizado no dia 26 de dezembro de 2015, no Espaço Cultural Água Imperial e Bateria Nota Show na EQNP 11/15 - Módulo B em Ceilândia, pelo fato das Empresas deterem serviços de natureza exclusiva, para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública. Processos: 138.000.531/2015. VILSON JOSÉ DE OLIVEIRA, Administrador Regional de Ceilândia.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTAS - DIA 23/12/2015 ÀS 09H 30 MIN
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, Comunica a todos os interessados que a abertura das propostas do Processo 300.000.612/2015, da Tomada de Preços nº 01/2015, do Tipo Menor Preço, no Regime de Empreitada por Preço Global, marcada para o dia 23/12/2015, às 09h30 min, na sede da Administração Regional de Águas Claras, localizada na Rua Manacá, lote 02, Bloco 1, Águas Claras/DF; telefones: 3383-8905, cujo objeto é a revitalização da Avenida Brasília QS 11 Areal.

Brasília/DF, 21 de dezembro de 2015.
ALESSANDRA MEDEIROS ROCHA
Presidente

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2014.
Processo: 392.041.521/2013 - Contratante: Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal/CODHAB - CNPJ 09.335.575/0001-30; Contratada: Construtora Artex S/A - CNPJ 00.086.165/0001-28. Objeto: Execução das obras de infraestrutura, que incluem os serviços de terraplanagem, drenagem, pavimentação, sistema de abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário, rede de distribuição urbana de energia elétrica alta e baixa tensão no empreendimento Parque do Riacho - novo acréscimo financeiro ao valor contratado. Licitação: Concorrência nº 01/2014 - CODHAB/DF com fulcro na Lei nº 8.666/93. Dotação Orçamentária: UO: 28.209. Natureza da Despesa: 44.90.51 - Obras e Instalações. Nota de Empenho Inicial: 2015NE00238 no valor de 27.692.973,61 (Vinte e sete milhões seiscentos e noventa e dois mil novecentos e setenta e três reais e sessenta e um centavos), emitida em 16/03/2015. Programa de Trabalho: 15.451.6208.1110.9565. Fonte de Recursos: 135008617. Valor do aditivo: R\$ 140.597,09 (cento e quarenta mil quinhentos e noventa e sete reais e nove centavos). Valor total do contrato com acréscimo: R\$ 61.837.587,93 (sessenta e um milhões, oitocentos e trinta e sete mil, quinhentos e oitenta e sete reais e noventa e três centavos). Assinatura: 18/12/2015. Signatários: pela CODHAB/DF: Gilson Paranhos, na qualidade de Diretor Presidente, Pela Contratada: Mauro César Alves Lacerda, na qualidade de Superintendente. Datas de Publicação do Contrato: Contrato nº 016/2014 (DODF nº 190, pág.60, de 12/09/2014); 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 016/2014 (DODF nº 152, pág.63, de 07/08/2015); 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 016/2014 (DODF nº 167, pág.67, de 28/08/2015).

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TURISMO

EXTRATO DO CONVÊNIO DE COLABORAÇÃO MÚTUA Nº 03/2015-SEDST

Processo: 370.000.002/2015 - Partes: SEDST X NOVACAP X SINESP. Do Objeto: O presente Convênio tem por objeto disciplinar as obrigações e responsabilidades das Convenientes e da Interviente SINESP na execução do Componente IV - Urbanismo e Infraestrutura nas ADES, do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (PROCIDADES/DF, no que se refere implantação da drenagem, urbanização e pavimentação, conforme especifica o Plano de Aquisições. VIGÊNCIA: O Convênio vigorará a partir da data da sua assinatura até o término do contrato de empréstimo celebrado com o BID, com a possibilidade de prorrogação, cujo término será em 09/setembro/2019, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. Os participantes do presente Convênio acordam que a entrada em vigência deste documento será a data da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal, de igual modo para os eventuais Termos Aditivos. DATA DE ASSINATURA: 18/12/2015. SIGNATÁRIOS: Pela Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Arthur Bernardes de Miranda, na qualidade de Secretário; pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, Hermes Ricardo Matias de Paula, na qualidade de Diretor Presidente; e pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal, Júlio Cesar Peres na qualidade de Secretário.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO TERMO DE QUITAÇÃO

Termo de Quitação do Contrato nº 8473/2014. PARTES: CAESB X TECNOMBOMBAS BOMBAS, MOTORES E SERVIÇOS LTDA. ASSINATURA: 21/12/2015. ASSINANTES: Pela CAESB: Walter Lúcio dos Santos Barros - Diretor de Operação e Manutenção e Carlos Alberto Faviero - Superintendente de Logística. Pela contratada: Rafael Santa Cruz Ferreira Sá.

SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL COMISSÃO JULGADORA PERMANENTE

CONVITE Nº 02/2015.

RESULTADO FINAL DE JULGAMENTO (*)
Tomamos público o Resultado Final, referente à CONVITE supracitada. Empresa 1ª classificada: EXTREMA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, no valor de R\$ 131.554,59 (cento e trinta e um mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos).
Brasília, 16 de dezembro de 2015.
MARCELLO DUARTE MOREIRA DOS SANTOS
Presidente

(*) Republicado por erro de grade, publicado no DODF nº 243, de 21 de dezembro de 2015, página 55.

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 24/2015.

Processo: 113-012407/2015 - Partes: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e BRB - BANCO DE BRASÍLIA. Objeto: prestação de serviços de serviços bancários de arrecadação de multa e outras arrecadações. - FUNDAMENTO LEGAL: artigo 25, da Lei nº 8.666/1993 e o artigo 144, da Lei Orgânica do Distrito Federal. Vigência: 12 (doze) meses. Valor: R\$550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais). Data da Assinatura: 03/12/2015. Assinantes: Pelo DER/DF: Engº HENRIQUE LUDUVIC; Pela Contratada: CARLOS VINÍCIUS RAPOSO MACHADO COSTA.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2015.

Processo: 113-003227/2014 - Partes: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e JM TERRAPLENAGEM. Objeto: Prorroga-se o prazo de execução contratual por 60 (sessenta) dias, devendo expirar-se em 29/02/2016. - DATA DA Assinatura: 18/12/2015. Assinantes: Pelo DER/DF: Engº HENRIQUE LUDUVIC; Pela Contratada: JULIO CÉSAR DE AVILA OLIVEIRA.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 41/2014.

Processo: 113-001811/2009 - Partes: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e ELISEU KOPP & CIA LTDA. Objeto: aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ao contrato. Data da Assinatura: 21/12/2015. Assinantes: Pelo DER/DF: Engº HENRIQUE LUDUVIC; Pela Contratada: ALEX SCHNEIDER VITALIS.